

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ANA LUÍSA LISBOA NOBRE PEREIRA**

**LUTANDO PELA TERRA E FAZENDO O MORADOR:**

Identidade e território em uma Vila Pesqueira

São Cristóvão

Agosto de 2017

**ANA LUÍSA LISBOA NOBRE PEREIRA**

**LUTANDO PELA TERRA E FAZENDO O MORADOR:**  
Identidade e território em uma vila pesqueira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, linha de pesquisa em **Cultura, Identidades e Patrimônio**, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia, sob orientação do Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi e Coorientação do Prof. Dr. Frank Marcon.

São Cristóvão  
Agosto de 2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SERGIPE

P436l      Pereira, Ana Luísa Lisboa Nobre  
Lutando pela terra e fazendo o morador : identidade e território  
em uma Vila Pesqueira / Ana Luísa Lisboa Nobre Pereira ;  
orientador Hippolyte Brice Sogbossi. – São Cristóvão, 2017.  
177 f. : il.

Dissertação (mestrado em Antropologia) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2017.

1. Antropologia. 2. Etnologia. 3. Identidade social. 4.  
Territorialidade humana. 5. Comunidade – Aspectos políticos. I.  
Sogbossi, Hippolyte Brice, orient. II. Título.

CDU 572.028(813.1)

**ANA LUÍSA LISBOA NOBRE PEREIRA**

**LUTANDO PELA TERRA E FAZENDO O MORADOR:**  
Identidade e território em uma vila pesqueira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, linha de pesquisa em **Cultura, Identidades e Patrimônio**, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia, sob orientação do Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi e Coorientação do Prof. Dr. Frank Marcon.

---

Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi (UFS) Orientador

---

Prof. Dr. Fernando Firmo (UFBA)

---

Prof. Dr. Paulo Neves (UFS)

São Cristóvão  
Agosto de 2017

Para meus pais e irmãos, pela rede de olhar que manteve unido o mundo.

Para Gustavo, pelo *amor fati* em todos os mares. Pela casa.

Para Tiago José (*in memoriam*), pela ternura.

## AGRADECIMENTOS

Aos moradores da Vila do Estevão de Canoa Quebrada, pela imensa generosidade em partilharem comigo por tantos anos seus modos de existir, pensar o mundo e reivindicá-lo. Pela pronta disponibilidade em colaborar com este trabalho. Pelos banhos de mar, moquecas e conversas nos alpendres.

Aos meus pais, pelo sentimento fundador e pelo lugar no mundo.

Aos meus irmãos, por serem a gota de sangue auto-entornada do poema de Ondjaki.

A Gustavo, pela imensa serenidade, parceria e paciência nos momentos de imersão empreendidos durante os longos meses de escrita. Pela memória do cuidado que carrego desse tempo. Pelo riso nos dias em que ficamos sem luz quando esqueci de pagar as contas. Agradeço também a família Pereira de Souza Correia pela acolhida carinhosa e exemplo de força.

Aos Lisboa Nobre, em nome dos meus avós Evandro e Lourdinha (*in memoriam*). Pelo afeto verdadeiro que alimenta minha ideia de origem.

A Matheus Lisboa, pela ajuda na elaboração dos mapas.

A Tânia e Valdirene, por todo cuidado e amparo.

A toda comunidade do Ilê Asé Opô Osogunladê, em nome do babalorixá Ogum Torikpê. Pela conexão fundamentada no tempo estendido e co-substancialidade. Pelos bons ventos que fazem bater as asas e ajeitar o rumo.

A todos os meus professores e professoras da graduação na UFC e da pós-graduação na UFS. Por todos os aprendizados e dedicação.

Ao meu orientador Hippolyte Brice Sogbossi.

Ao meu coorientador Frank Marcon, pela leitura preciosa e instigante, pela confiança depositada e pela rara sensibilidade no acompanhamento do delicado processo de escrita. Sou muito grata pelo aceite da coorientação e pela acolhida no Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTS).

Aos professores Fernando Firmo, Paulo Neves e Ugo Maia, pelas ricas considerações nas bancas.

A Regiane, pela disponibilidade, pronta ajuda e torcida durante todo o período em que cursei o mestrado.

Ao Ceará, pelos quinze anos de amigos, amores, estudos e mares. Pela saudade.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é a análise do processo de emergência identitária e da construção do território de uma comunidade de pescadores localizada na costa leste do estado do Ceará, a Vila do Estevão. Nesse sentido, focalizo o campo de relações prático-discursivas sobre as diferenças no centro do qual agentes situados se apropriam simbolicamente de discursos e categorias normativas, criando um campo político autônomo que funciona como instância intermediária onde a coletividade politicamente organizada instrumentaliza seus revides. Após sucessivas intervenções estatais através de atos administrativos relativos ao território, a Associação local teve parte do território titulado definitivamente. Porém, a existência de cláusulas resolutivas e a forma como o órgão público conduziu a titulação fizeram com que os moradores interpretassem que o título teria vigência por dez anos, podendo ser renovado caso fossem cumpridas as condições contratuais. Durante uma década, a Associação buscou criar reputação com o órgão pela demonstração de comprometimento. Assim, normatizou a atribuição do direito à um lote de moradia como um processo administrativo interno e selecionou dentre os modos de constituir relação familiar e as modalidades de praticar o território aqueles que pudessem servir à formação de uma política de reconhecimento nativa. Uma “cláusula” passou a ser aplicada aos próprios moradores, que devem participar das mobilizações associativas por um ano, ao fim do qual espera-se que a burocracia possa ter contribuído para instituir novas modalidades de pertencimento e produzir territorialidades específicas voltadas à luta pela terra.

Palavras-chave: Território; Identidade; Política.



## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the identity emergence process and the construction of the territory of a fishermen community located at the east coast of the State do Ceará, the Vila do Estevão. For that matter, I have focused in the field of practical-discursive relations on the differences in the center of which situated agents symbolically appropriate themselves of speeches and normative categories, creating an autonomous political field that works as an intermediate instance where the politically organized community organizes their responses. After successive interventions from the State through administrative acts related to the territory, the local residents association had a part of the territory permanently titled. However, the existence of a clause and the way that the public agency conducted the titling led the residents to understand that the title would be valid for ten years and might be renewed if the contractual conditions were fulfilled. For one decade, the local residents association sought to build a good reputation with the public agency through the demonstration of commitment. Thus, has regulated the attribution of the right to a land lot as an internal administrative process and selected among the ways of constituting familiar relationships and the manners of managing the territory those that could serve to the formation of a native recognizing policy. A clause has become applied to residents their own, who should participate in the local residents association's mobilizations for one year, after which it is hoped that the bureaucracy could have contributed to institute new modes of belonging and produced specific territorialities oriented to the fight for land.

Keywords: Territory; Identity; Policy.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABCQ** - Associação de Buggeiros de Canoa Quebrada

**ACS** – Agente Comunitário de Saúde

**ADCT** - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

**AMECQ** - Associação de Moradores do Estevão de Canoa Quebrada

**APA-CQ** - Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada

**APPs**- Áreas de Proteção Permanente

**ARIE- Estevão** - Área de Relevante Interesse Ecológico do Estevão

**ASDECQ** - Associação de Empreendedores de Canoa Quebrada

**BB** - Banco do Brasil

**BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**BNB** - Banco do Nordeste do Brasil

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CAGECE** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

**CCCQ** - Conselho Comunitário de Canoa Quebrada

**CCE** - Centro Comunitário do Estevão

**CCU** - Contrato de Concessão de Uso

**CEPEMA** - Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente

**CEPESCA** - Conselho Estadual de Pesca

**CERQUICE** - Coordenação Estadual dos Quilombos Rurais do Ceará

**COEMA** - Conselho Estadual do Meio Ambiente

**CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente

**COMAM** - Conselho Municipal do Meio Ambiente

**CNPT** - Centro Nacional de Populações Tradicionais

**CPP** - Comissão da Pastoral dos Pescadores

**DEM** - Partido Democrata

**EMBRATUR** - Empresa Brasileira de Turismo

**FPC** - Fundação Cultural Palmares

**FINOR** - Fundo de Investimento do Nordeste

**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**FVJ** - Faculdade Vale do Jaguaribe

**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IDACE** - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará

**IFES** - Instituições Federais do Ensino Superior

**INCRA** - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Paisagístico Nacional

**ITERCE** - Instituto de Terras do Ceará

**LABOCART** - Laboratório de Geoprocessamento

**LAGEPLAN** - Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental

**LESC-Psi** - Laboratório de Estudos sobre a Consciência

**ME** - Ministério da Educação

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**MP/CE** – Ministério Público do Estado

**MPF/CE** – Ministério Público Federal no Ceará

**MPF** – Ministério Público Federal

**MPP** - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**PDS** - Partido Democrático Social

**PFL** - Partido Frente Liberal

**PGE** - Procuradoria Geral de Justiça do Estado

**PL** – Projeto de Lei

**PMA** - Prefeitura Municipal de Aracati

**PNPCT** - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

**PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária

**POBS** - Partido Operário Baseado nos Sindicatos

**PPDU** - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

**PRODETURIS** - Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará

**PRODETUR-NE** - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

**PSB** - Partido Socialista Brasileiro

**PSD** - Partido Social-Democrático

**RESEX** - Reserva Extrativista

**RTID** - Relatório de Técnico de Identificação e Delimitação

**SDA-CE** - Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará

**SECULT-CE** - Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos do Estado do Ceará

**SEINFRA-CE** - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará

**SESC** - Serviço Social do Comércio

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**SNUC** - Sistema Nacional da Unidades de Conservação

**SPU** - Secretaria do Patrimônio da União

**SUDEPE** - Superintendência de Pesca

**SEMACE** - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará

**SETUR-CE** - Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

**TAUS** - Termos de Autorização de Uso Sustentável

**TDAs** - Títulos de Dívida Agrária

**TIs** – Terras indígenas

**UCs** - Unidades de Conservação

**UFC** - Universidade Federal do Ceará

**UFS** - Universidade Federal de Sergipe

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**UNIFOR** - Universidade de Fortaleza

**UnP** - Universidade Potiguar

**USEC** - União de Esportes de Canoa Quebrada

**ZCCT** - Zonas de Conservação de Comunidades Tradicionais

**ZPP** - Zona de Proteção Prioritária

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
A Questão.....	8
A Observação participante .....	13
Estrutura do texto .....	14
CAPÍTULO 1 – ACERCAMENTOS .....	18
1.1 Construção de um objeto de pesquisa .....	18
1.2 Sobrevoando o campo empírico e abordando definições .....	43
CAPÍTULO 2 - A LUTA .....	62
2.1 Terra para morar .....	62
2.2 Preservar para permanecer .....	92
2.3 A “prova de fogo” .....	102
CAPÍTULO 3: FAZENDO O MORADOR .....	116
3.1 Nascer e morar .....	122
3.2 O sócio-morador e a “cláusula” .....	134
QUESTÕES ABERTAS: Muito mar pela frente .....	141
REFERÊNCIAS .....	147
ANEXOS .....	152

## INTRODUÇÃO

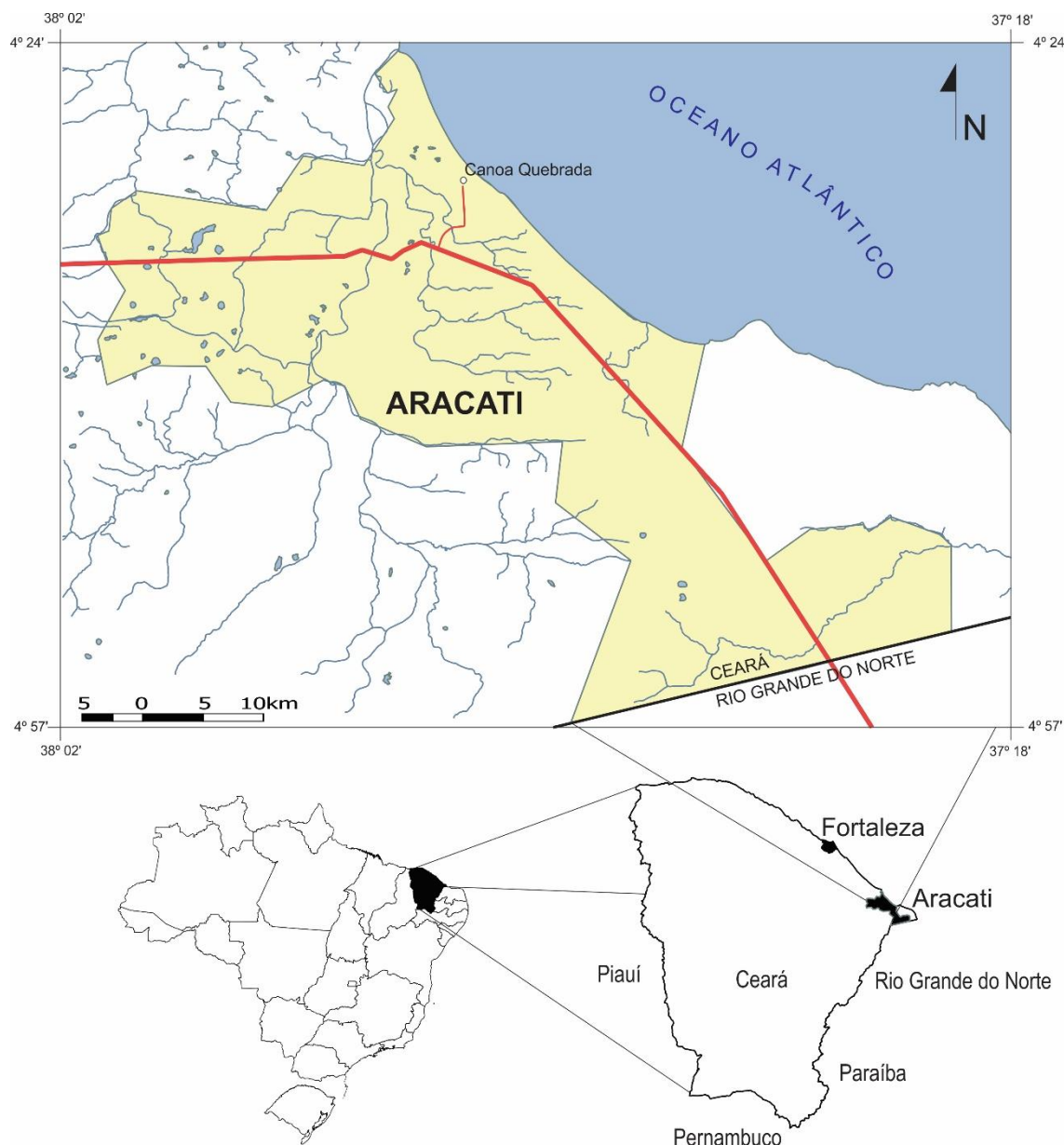
“Não se trata mais, portanto, de partir das alteridades dadas e sim de investigar como a alteridade torna-se um dado, como ela é feita um fato, como ela é discursiva e praticamente construída, por meio de linhas, cortes, nervuras, dobras, diferenças e identidades.” (ARRUTI, 2006, p. 26).

## A QUESTÃO

Foi na varanda dessa reflexão evocada na epígrafe sobre o estatuto teórico-epistemológico da questão da alteridade, tanto fundante quanto longamente discutida e renovada dentro da Antropologia, que fui modulando a proposta de investigação que ora apresento. Procuro situar-me diante de uma agenda de pesquisa provocada pelas reconfigurações entre cultura e política face à problemática social da politização das identificações e da instrumentalização política do conceito antropológico de cultura, não mais a nós exclusivo. Se vemo-nos impelidos a refletir sobre o contexto favorável ao desenvolvimento de políticas de reconhecimento desde a promulgação da Constituição de 1988, cada vez mais têm-se tornado objeto de preocupação antropológica, ao mesmo passo, os diversos conflitos eclodidos durante esses quase trinta anos. Conflitos relacionados tanto à indução de modalidades de pertencimento pautadas por critérios identitários postulados como unos, fixos e excludentes entre si no rol dessas políticas que têm sido desenvolvidas no país, e, no que tange às populações tradicionais, quanto à delimitação e demarcação de territórios a partir de objetos fundiários político-administrativos.

No bojo dessas reflexões de partida, deixo que o interesse na alteridade específica a ser abordada nas próximas páginas tome forma, encarnada em uma experiência social específica. O objetivo desta pesquisa é a análise do processo de emergência identitária e construção do território de uma auto-denominada Comunidade de Pescadores localizada na costa leste do estado do Ceará, a Vila do Estevão. Lá vivem 70 famílias com 313 moradores (TAKAHASHI, 2016) que estão vinculadas administrativamente a um núcleo praieiro urbano que é o segundo mercado turístico mais apreciado do estado (CEARÁ, 2017), a famosa praia de Canoa Quebrada. A praia fica no município de Aracati, uma das mais importantes cidades cearenses da época colonial, historicamente ligada às atividades pecuárias, agrícolas e portuárias, localizada a 170 km de Fortaleza, capital cearense, como pode ser visualizado no mapa abaixo.

Mapa I - Localização de Canoa Quebrada, Aracati, CE.



Fonte: Base Cartográfica Contínua – IBGE. Elaboração: Matheus Lisboa, 2017.

A designação local “comunidade” abrange tanto as matrizes de relações gregárias em torno da pesca artesanal e das coletividades familiares que consideram-se descendentes de um patriarca comum, Estevão Pereira da Silva, quanto a coletividade politicamente organizada e mobilizada em torno da Associação de Moradores do Estevão de Canoa Quebrada (AMECQ) para reivindicar perante o aparato do Estado direitos coletivos diferenciados. Nesse sentido, o uso comum dos recursos territoriais marítimos e continentais há pelo menos 85 anos<sup>1</sup> – chamados

<sup>1</sup> A família Estevão, vinda de uma localidade praieira próxima, Fontainha, se estabeleceu em Canoa Quebrada em 1932. Ela está há cinco gerações fixada ali, mas, deslocando-se entre zona praiana e

pelos termos nativos de o “molhado” e o “seco” - ampara a percepção de tal coletividade de seus direitos territoriais e a mobiliza politicamente para a “luta pela terra” ao se depararem com sucessivas ações expropriatórias desde os anos 1970. Foi quando a beleza cênica da praia, formada por uma apreciada paisagem de verdes e calmos mares, um campo de dunas brancas que compõe uma bela paisagem tropical junto às rochas avermelhadas, as falésias, e à pacata vila de pescadores tornaram-se produto diferenciado convertido em “chamariz turístico” (GRUNEWALD, 2003, p.144).

A cidade de Aracati está relacionada à invenção da relação do estado, anteriormente inserido em um quadro simbólico e em um circuito político-econômico relacionado ao sertão, com os territórios litorâneos antes desprezados. Desprezados enquanto não comportavam a expansão das atividades que alavancavam a economia local - o binômio pecuária-agricultura - e valorizados posteriormente como importante recurso para consolidar novos parâmetros de desenvolvimento especialmente a partir da maior indústria mundial, a turística (*ibid.*), que posicionou o estado nesse importante mercado nacional e internacional. Essa súbita valorização representa a transição de um modelo político-econômico levado à cabo pelas antigas elites tradicionais, importantes oligarquias coloniais, para um novo modelo urbano, capitalista, industrial e empresarial, assumido pelas novas elites cearenses, em franca ascensão político-econômica no cenário nacional (FARIAS, 2012).

Assim, grande parte dos 573 quilômetros de paisagem litorânea do estado (MORAIS *et al.*, 2016) tornou-se o maior produto turístico sob o qual um discurso oficial acerca da identidade cearense toma corpo, construído especialmente sobre a ideia de que o Ceará tem uma relação intrínseca com o espaço marítimo que vem a superar as ideias de fome, seca e pobreza nordestina das quais o Ceará era um dos principais consignatários (DANTAS, 2002) Em Aracati, essa inserção deu-se especialmente pelo lançamento de dois produtos: na sede municipal, o conjunto arquitetônico e paisagístico setecentista tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Paisagístico Nacional (IPHAN), ou seja, a “história”; e nos distritos litorâneos, um conjunto de três praias, a saber, Canoa Quebrada, Majorlândia e Quixaba.

---

zona rural da porção leste do estado do Ceará até o Rio Grande do Norte em vários processos de reterritorialização, contam os moradores que sua família é tão “antiga quanto a maré”.



Nesse cenário, a Vila do Estevão só pode ser compreendida em contiguidade à outra coletividade vizinha com quatro mil habitantes que está a 200 metros de distância, separada por uma curta fronteira física de uma pequena faixa de areia, no chamado “Centro” da praia ou ainda “Canoa Quebrada”. Os moradores da Vila mantêm relações parentais, de trabalho e de amizade com os do Centro, mas também importantes divergências interpretativas sobre questões fundamentais. Essas divergências versam especialmente sobre as origens familiares, consideradas distintas e com momentos diferentes de chegada no território, que alimentam as fronteiras simbólicas em constante revisão, sempre a recriar Vila e Centro como parâmetros de diferenciação e contraste uma da outra, especialmente em momentos em que eclodem conflitos de terra e ambientais. Os motivos de disputas que alimentam essas divergências sob a origem foram disparados com a chegada da atividade turística e com a problemática da especulação imobiliária na praia, instigando a fundação da principal categoria de identificação coletiva na Vila, moradores, surgida e mantida em confronto com a de nativo, criada no Centro.

Ambas categorias surgem para posicionar cada uma das coletividades no interior de disputas simbólicas e materiais relacionadas ao estabelecimento de critérios que conferem legitimidade ao domínio, uso e posse dos recursos territoriais, seja hierarquizando a localidade de nascimento, no caso dos nativos, como critério fundamental, ou, no caso dos moradores, no tempo e na fixação no território como o que é mais importante para possibilitar a constituição de relação com o lugar e as pessoas. Tomando a primeira especulação na praia que ocorreu apenas na área do Centro como prólogo a partir de onde, pela diferença, foi-se construindo um modo de conceber e praticar o território, os moradores defendem a preservação ambiental e o direito ao território tradicional, assim como são apropriados pela mídia e pela indústria turística como o lugar originário da praia de Canoa Quebrada, *locus* de tradicionalidade e resistência cultural, apesar de terem se fixado ali posteriormente aos nativos.

No mapa abaixo é possível ver a Vila à direita de do Centro de Canoa Quebrada, separada por uma diminuta faixa de areia:

Mapa II – Localização da Vila do Estevão.



Fonte: *Google Earth*. Elaboração: Matheus Lisboa, 2017.

Um símbolo potente - o território -, com capacidade de agregar experiências, memórias e crenças assim como de fazer convergir processos ecológicos, culturais e sociais (ARRUTI, 2006) torna-se a bandeira mobilizadora em nome da qual dá-se início a um inacabado processo em que a existência da Vila do Estevão na esfera pública é acompanhado da instituição de tal coletividade como fonte de pertencimento identitário. É justamente face a sucessivos, sobrepostos e peremptórios processos de territorialização (OLIVEIRA, 1993) implicados no reconhecimento público da Vila que pretendo perscrutar as relações entre identidade e território. Para tal fim, focalizo a relacionalidade (e reatividade) aos marcos presentes nos quadros políticos administrativos estatais a que a Vila tem aderido ao acessar as políticas que salvaguardam seu território tradicional e a complexa negociação local em torno da aceitação tácita aos enquadramentos, categorias e sentidos postos por tais quadros, que sempre são ressemantizados (MONTERO; ARRUTI; POMPA, 2012) a partir do universo de significação nativo e das práticas que conformam seu modo de vida, impelindo a construção de territorialidades específicas (ALMEIDA, 2006) e delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo. Decorre do objetivo geral da pesquisa portanto, a análise do campo de relações prático-discursivas sobre as diferenças que produzem modalidades variadas de pertencimentos, no centro do qual agentes situados se apropriam simbolicamente de discursos e categorias normativas,

criando um campo político autônomo, instância intermediária onde a coletividade politicamente organizada faz sua luta e instrumentalizam seus revides.

## **A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Ao longo dos sete anos em que estive em contato com os moradores da Vila do Estevão, houveram três momentos distintos em que lancei mão do método da observação participante para alimentar esta etnografia. Aqui faço uma diferenciação necessária entre um modo de trabalhar consolidado na Antropologia e o produto final a que chegamos com o texto escrito<sup>2</sup> (PEIRANO, 2014; INGOLD, 2011). Primeiro, de 2011 a 2013, como membro de um projeto que tinha a Vila como campo de extensão universitária, capitaneado por um laboratório de estudos alocado no Departamento de Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Depois, ainda em 2013, quando fiz pesquisa para a monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais (PEREIRA, 2013) na mesma universidade. E, por fim, em dois momentos durante o mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Sergipe (UFS): entre março e abril de 2016 e em outubro do mesmo ano. A primeira sessão do primeiro capítulo trata de modo mais demorado dessa trajetória, que foi modulando minhas escolhas teórico-metodológicas para a presente pesquisa.

Como se verá em breve, a minha entrada via projeto aconteceu junto às lideranças associativas em torno de atividades tocadas pela AMECQ em parceria com os membros do projeto. Essas atividades ocorriam tanto na própria Vila do Estevão como junto a outras redes políticas e institucionais em Canoa Quebrada, em Aracati e nas comunidades do entorno, além das audiências públicas e reuniões promovidas pelos órgãos públicos e, ainda, as que fazíamos conjuntamente na própria universidade como seminários, mesas e grupos de encontro. Dessas atividades, o projeto – assim como nós, individualmente – produziu uma grande quantidade de material, entre áudios de reuniões, registros em formulários, e-mails de comunicação com agentes políticos importantes, diários de campo (no meu caso), levantamento de mapas, entre outros. O projeto compreendia que a atuação extensionista acontecia em um campo multissituado que não estava territorializado no perímetro físico da Vila,

---

<sup>2</sup> Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Firmo pelas considerações sobre o assunto feitas na banca de defesa desta dissertação.

daí a importância de fazer com que a equipe transitasse nesses vários espaços. Como fomos percebendo com o tempo, a maior contribuição que os associados esperavam de nossa atuação não era um trabalho de base comunitária como tinha se pensado inicialmente, mas que nós nos colocássemos como mediadores para que os moradores pudessem acionar redes, recursos, categorias e espaços de visibilidade. Em suas palavras: que pudéssemos construir “pontes”.

Apesar de isso ter tido importância fundamental na perspectiva que tentei trazer para a dissertação – em especial a ênfase da artesanaria da fronteira -, também mantive um grande interesse pelo espaço das reuniões ordinárias da AMECQ, de igual importância no que dizia respeito à produção e manutenção da diferença. Nelas, fiz grande parte da observação. Também fiz muitas entrevistas ao longo desse tempo, usando diretamente para a dissertação onze delas e mais duas gravações de reuniões. Ao passo que crescia a importância das reuniões ordinárias da AMECQ, parecia sobressaltar aos meus olhos uma certa tensão com aquilo chamado de “comunidade” que estava para além da organização política em torno da Associação. Por mais que ao longo do trabalho de campo essa “comunidade” não tenha aparecido para mim por meio de uma existência empírica, nos moldes de uma perspectiva fixa e duradoura de grupo, existiam socialidades produzidas no seio de redes familiares que se manifestavam a partir de práticas cotidianas e em espaços fora do âmbito associativo. Enxergando a necessidade de sair do espaço circunscrito pela Associação, uma parte do trabalho de campo foi caminhar e conversar com os moradores em situações cotidianas: durante os afazeres do dia-a-dia, na volta da pesca, no caminho da aula, nos aniversários, nos quintais nos fins de semana e na porta das casas aos fins dos dias. Desse modo pude entender melhor alguns conflitos, assim como aprender mais sobre o território e os mapeamentos sociais.

Além disso, trago na dissertação muitos trechos de leis e documentos, tendo sido a pesquisa documental parte importante do trabalho de campo. A conduta metodológica adotada foi a de considerá-los epistemologicamente simétricos aos dados coletados em primeira mão, o que quer dizer que não tomo nenhum como fonte documental de reconstituição do passado, mas como ideias relacionadas aos seus contextos de produção e agentes produtores. Nesse sentido, não se trata obviamente de destituir os agentes produtores de seus lugares de poder face à classificação ou

nominação que operam em função de seus interesses localizados, mas de destituir qualquer vantagem ou desvantagem epistemológica em função da relação dos agentes produtores de sentido com as agências nominadoras oficiais. Por fim, me relacionei com dois agentes políticos importantes por meio de suas dissertações de mestrado (cf. LIMAVERDE, 2002 e DANTAS, 2003) e fiz um levantamento bibliográfico encontrado ao longo do texto.

## **ESTRUTURA DO TEXTO**

Euclides da Cunha talvez não concordasse com o caminho teórico-metodológico que proponho, sintetizado no formato da divisão da dissertação. Em *Os Sertões* (1984), o célebre escritor partiu da Terra, a natureza absoluta, para falar do Homem, determinado por ela, e depois da Luta, o conflito de Canudos, ambientado por ambos. A inevitável conclusão foi a do esmagamento do sertanejo pelo avanço da história e pelo incontornável processo civilizatório no sertão. O caminho proposto aqui é o inverso.

No primeiro capítulo, “Acercamentos”, narro a construção do objeto de pesquisa, remontando algumas passagens de minha trajetória junto à comunidade, dando ênfase à percepção de como a universidade tornou-se um profícuo *locus* de agenciamento da diferença. Busco trazer ao leitor certo desenvolvimento das problematizações deram origem às preocupações presentes na pesquisa, tocando em alguns momentos de minha formação como cientista social especialmente no âmbito da extensão universitária. Também faço uma apresentação de partida do campo empírico.

No segundo capítulo desta dissertação, chamado de “A Luta”, evidencio três marcos político-administrativos para discutir como uma desapropriação em 1985, a chegada das Unidades de Conservação (UCs) em 1998 e uma titulação feita em 2016 dinamizam os processos de identificação na Vila. Sugiro pensar na “luta pela terra” como instância de formação a partir de onde os moradores se enxergam, resistem, revidam e se criam no mundo, um processo correlato à produção de um modo situado de conceber e praticar uma base territorial. Como resultado, a Vila é fatiada em porções territoriais com estatutos diferentes: terras particulares que correspondem à

área da mata nativa e onde hoje opera um Parque Eólico; terras do Governo do Estado do Ceará que correspondem à área de moradia; terras da Prefeitura Municipal de Aracati que correspondem à uma pequena faixa fronteiriça entre Vila e Centro; e terras da União, que correspondem à principal área produtiva dos pescadores, a saber, o mar e a faixa de areia. Outro ponto importante ressaltado no capítulo é a ambiguidade provocada pela chegada do órgão público que coordenou a titulação, que fez com que os moradores interpretassem terem se tornados proprietários de uma faixa de terra doado em caráter provisório e condicional.

Por fim, o último capítulo, “Fazendo o morador”, trata dos processos de ressignificações entre a burocracia e a política nativa no que diz respeito ao modo de gerir coletivamente o território através da figura da Associação. O contexto de sobreposição territorial trouxe como consequência prática o comprometimento comunitário tácito com a conservação da biodiversidade e a responsabilização da administração da área titulada à AMECQ. Como gestora do território de moradia reconhecida pelo Estado e como gestora do território tradicional assim reconhecida pela coletividade, a Associação deve tanto legitimar sua capacidade administrativa perante todo o aparato burocrático e garantir o cumprimento de várias condições que assumiu como moeda de troca à salvaguarda territorial, sob pena de perdê-lo, quanto gerenciar uma série de relações domésticas e afirmar sua legitimidade comunitária enquanto representante do coletivo, o que deve fazer produzindo justiça local e atribuindo o direito que está sob sua responsabilidade, o de morar. Analiso o processo administrativo da AMECQ que funciona como processo de reconhecimento dos moradores e atribuição do direito de morar. Essa passagem obrigatória de quem deseja construir uma casa pela AMECQ é usada como oportunidade de instituir a ideia de comunidade a partir da vocalização de sentidos sobre a terra e o morar, de critérios de pertencimento coletivo selecionados dos modos locais de constituição de parentesco e da defesa de práticas territoriais precavidadas contra grilagens.

Assim, uma “comunidade moral” (BAILEY, 1971) – e ainda uma “comunidade de sentimento” (WEBER, 1994) - busca ser formada e mantida com o objetivo de criar moradores, reconhecidos coletivamente depois de “aprenderem” sobre a “história”, “cultura” e a importância da organização política. Não apenas de sua importância, mas que experimentem por um ano obrigatoriamente (AMECQ, 2005) as práticas que

contornam um repertório próprio de fazer a Luta: reunir-se com os associados, aprender a portar-se em reunião, aprender algo do funcionamento burocrático, participar das atividades associativas, assumir responsabilidades institucionais, comprometer-se em não especular a terra, praticar um modo específico de morar. Essas obrigações estatutárias foram chamadas localmente de “cláusula”, um termo que revela a apropriação nativa da condicionalidade interpretada sob o título tratado no segundo capítulo, que significa um tempo burocraticamente fixado ao longo do qual alguém pode criar reputação, provando comprometimento e seriedade.

Assim, o agenciamento da diferença aparece na dissertação transversalmente, entre contextos macro e micro-políticos, em que são acionados recursos, redes, retóricas e categorias mobilizadas em um campo multissituado (MARCUS, 1991) que vai desde o Estado em suas várias esferas e seus vários agentes, passando pela universidade, redes de articulação política, pela própria Associação e as famílias e suas matrizes de relações. Invertendo Euclides da Cunha, partimos da Luta, do político, para perceber como o território foi sendo construído a partir daí, para ao fim, focalizar a artesanaria cotidiana do fazer o morador.

## **1 ACERCAMENTOS**

Este primeiro capítulo será dividido em duas sessões. A primeira trata da trajetória do meu objeto de pesquisa, com uma reflexão mais demorada sobre os caminhos que me levaram à presente proposta de pesquisa. Na segunda sessão faço uma apresentação do campo empírico e trato de algumas definições relacionadas à situação social aqui abordada.

### **1.1 Construção de um objeto de pesquisa**

Lembro da estranha sensação de familiaridade quando assisti a um belo curta-metragem de André Parente com imagens da então isolada Vila de Canoa Quebrada de 1978 com suas casas de taipa e um areal imenso que fazia reluzir a luz do sol. Em uma tomada feita do alto era possível ver a vila que parecia haver sido cuidadosamente depositada no meio do cordão de dunas, como que a protegê-la da visão de qualquer forasteiro que não acertasse o exato caminho. Ao fundo, a voz de Dona Raimunda, conhecida por Vovó, entoava um canto sobre lamento e solidão enquanto ela ajeitava o cachimbo na boca com uma mão e com a outra debulhava o tempo. Ela mastigava as horas pela contínua tarefa diária de mover as areias das dunas que enterravam sua casa portando metade de uma cabaça. Como o mar, dia após dia, se propunha a repetir uma mesma obrigação: enchia a cuia de areia e vazava para longe de sua casinha. Vovó teimava contra o destino de mudar-se conforme o vento e o mar, que fazia com que de cinco em cinco anos as casas de taipa com teto de palha de carnaúba ficassem obsoletas, castigadas pelo avanço de areias e marés que geralmente fazia com que a família mudasse para uma melhor posição. Os canoenses guardam a lembrança de suas casas antigas e a de seus parentes, assim como da primeira igreja, como que, na ausência da testemunha física daquilo que ali existiu, uma memória espacializada em um território em constante reconfiguração: falésias que ruíram e diminuíram, dunas que se transformam constantemente, areias engolidas pelo mar, que avança mais a cada dia. Um mapa de Canoa Quebrada teria que ser um mapa vivo, que reagisse à constância da mudança de seu território.



Lembrei, ao ver o curta, do livro de Wanda Figueiredo (1979), o “Aqui Canoa Quebrada”, em que a pesquisadora registrou nesse mesmo ano longas conversas com essa conhecida e querida senhora de Canoa Quebrada. Nesse fatídico ano de 1978, enquanto Vovó afirmava a Wanda, como que para fazer que ouvissem os grãos de areia solicitando colaboração ao seu projeto de escavar, que gostava muito “das vivências do viver no meu cantinho”, era o início de muitas lutas na praia. E não eram apenas mais as lutas do “viver” de Vovó com as areias, das mulheres com os artesanatos<sup>3</sup>, dos meninos e meninas pegando água muito cedo no chafariz ou dos homens no mar a pescar fosse saúna, lagosta ou até pargo em jangadas de piúba<sup>4</sup>. Sob o canto de Vovó do filme, que podia soar quase belo embora que triste, juntei na cabeça a lembrança das vozes que me concederam nesta pesquisa a grandeza de reviver suas histórias de dor, luta e esperança contra também as tentativas de espoliação territorial iniciadas em 1978 quando a praia sofreu o primeiro ataque especulativo. O seco, a casa e a luta começaram a ganhar novos sentidos. O território continental ganhou uma consonância fundiária e também outro nome situado, a “terra”. O direito à moradia tornou-se a pauta da ordem do dia. E a luta, substantivo usado para se referir à lida diária com uma “natureza” tão imperativa e dotada de agência, agregou a ideia de que era preciso resistir e defender o território. As dunas, que localmente são chamadas de “morros”, passaram a representar o limite com o

---

<sup>3</sup> Canoa Quebrada é conhecida como a terra do labirinto, uma renda do litoral nordestino muito apreciada pela beleza das obras bordadas. Em Canoa Quebrada, ele servia aos pescadores para trocar por paus de jangadas na fazenda Joaquim Nabuco em Pernambuco até o ano de 1919 quando passaram a comprar madeira vinda do norte. As mulheres e crianças iam vender semanalmente o artesanato na cidade de Aracati, juntamente com os chapéus de palha também produzidos, de onde traziam mantimentos básicos para alimentação. Para mais informações cf. MELANCIA (2005) e BARROSO (1979).

<sup>4</sup> A pesca do pargo feita em Canoa Quebrada encontra-se extinta há uma geração, conforme pude confirmar nas entrevistas feita com os pescadores, que ainda recordam das narrativas de seus pais em alto-mar à procura do peixe. A pesca do pargo é lembrada com orgulho pelo fato de ser feita muito longe da costa, em águas mais geladas e muito profundas, exigindo dos pescadores grande conhecimento do mar e das técnicas de orientação uma vez perdida qualquer referência da terra. As embarcações utilizadas para tal fim eram jangadas maiores de piúba, uma madeira vinda do Pará que aportava em Areia Branca, no Rio Grande do Norte, para onde os pescadores da Vila iam caminhando para pegá-la e traziam-na flutuando pelo mar com ajuda de uma vela até em casa. Hoje as jangadas não são mais feitas de piúba e sim de “tábuas”, a saber, de madeiras locais menos resistentes e mais leves, como o tronco do cajueiro, abundante na região. Também existem outras embarcações utilizadas, conforme a distância que se percorre para tal pesca e o tempo em que se fica embarcado: podem ser botes, paquetes ou jangadas de diferentes tamanhos. Mesmo com ajuda dos equipamentos como o GPS, os pescadores não arriscam-se mais na pesca do pargo, que permanece no imaginário como grande símbolo de valentia, coragem e “conhecimento” dos pescadores ascendentes.

alhures, de onde vêm forasteiros, grileiros e ideias, representantes do encontro com a diferença.

Esse curta me fez lembrar de outras representações fílmicas sobre Canoa Quebrada. A começar por um misterioso filme francês nunca lançado, o *Le Grabuge* (1968), nomeado de “Operação Tumulto no Brasil”, dirigido pelo conhecido cineasta Édouard Luntz e de roteiro produzido pelo sociólogo francês Jean Duvignaud, que naquela época passava pela Universidade Federal do Ceará (UFC) como um dos colaboradores que fundaram a Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. Tratava da história de uma moça prestes a se casar com um homem que não amava em sua terra natal e que foge em busca de outra vida de aventuras, apaixonando-se pelo chefe de uma gangue de piratas morto em uma última operação. Não apenas *Le Grabuge* trouxe a então pacata e isolada vila de pescadores como cenário que possibilitava uma vida alternativa à que corria em paralelo às tramas cotidianas e dramas transcorridos nas grandes cidades. Também o *Bela Donna* (1998), filme do brasileiro Fábio Barreto, retratou a praia como *locus* mágico que afugentava o cansaço que uma bela americana sentia do marido, um investidor de petróleo imune aos encantos da praia e das pessoas nativas, sábias, intuitivas e rusticamente belas. Em Canoa Quebrada ela deslumbrou-se pela natureza estonteante que a impeliu aos sentimentos mais nobres e profundos até então adormecidos em si, especialmente ao se apaixonar por um belo nativo da praia, interpretado por Eduardo Moscovis.

O meu preferido, todavia, é o *Casa de Areia* (2005). Ele é inspirado em Vovó. O tom melancólico do filme e a elasticidade do tempo faz caber anos e anos de maternidades transcorridas em meio à reconfiguração das areias, que mudam-se com o vento, fazendo transformar as paisagens e repetir histórias, revezando isolamento e encontro. Confesso que fez grande parte da minha vida uma música da banda fortalezense Cidadão Instigado chamada Homem Velho (2009) em que eu lírico pergunta para outro mais velho se acaso ele também é portador de angústias. Numa conversa feito monólogo, ele deseja, como quem procura um refúgio mental para as dores da vida, ver o homem velho a sorrir “talvez na Canoa Quebrada dançando *reggae* numa barraca flutuante massa rara, de braços dados com uma nativa oferecendo-lhe canções bonitas”. Se remete a um dos principais interesses da juventude fortalezense em Canoa Quebrada: luais promovidos por uma barraca de

praia nos quais é tocado o *reggae roots*, quando é possível manobrar sob o peso da repressão da família, do moralismo relacionado às práticas sexuais e das políticas proibicionistas das drogas. Não é à toa que a barraca chama-se *Freedom*.

Sob Canoa Quebrada convergem representações sobre a diferença idealizada, seja ela encarnada na paisagem natural e sua vocação para paraíso perdido ou, ainda, nas próprias pessoas que passaram a chamar-se “nativas”. Canoa Quebrada existe, assim, como lugar idealizado, onde é possível experimentar amores, neutralizar angústias, viver próximo à natureza embora que ela seja implacável, tornar-se um sujeito mais encarnado, mais próximo ao corpo - dançante, quiçá. Como um potente antagonismo que choca pela simplicidade em relação à vida conturbada que originalmente se vive.

Fecho os olhos. Rememoro a sensação que tive ao fim do primeiro dia em que fui a Canoa Quebrada, em 2008. Além do deslumbramento pela beleza do lugar, me sentia quente. Era como se fosse uma parede que tivesse levado sol o dia todo e, ao fim dele, por incapacidade de reter aquele calor todo em si, o corpo resolveu exalá-lo de volta. O vento Aracati, que nasce na praia, havia de levá-lo pelo maior rio cearense que tem a foz na cidade de Aracati, o Rio Jaguaribe, rumo ao sertão, transformando fiapos de calor dos corpos do litoral em brisa fresca aos sertanejos sentados ao fim do dia na porta de suas casas. Sob o tempo elástico do curta, descasco eu as memórias de uma trajetória de pesquisa. Emociono-me com a fresca lembrança de Seu Ezequiel, neto de Estevão e importante interlocutor desta pesquisa, dizendo “Novata, a areia tudo faz e tudo desfaz, assim como o mar, por acaso”. Resisto à essa lembrança quando ela tem o peso de que esses dias Seu Ezequiel, que portava as datas de nascimentos e falecimentos das pessoas da Vila, desfez-se em vento, fez-em mar. “21 do 7 de 2017, novata, foi o tempo de Seu Quiel. Deu o destino dele, por acaso”, ele diria. Imaginei a Vila em luto e o cortejo fúnebre feito rumo ao cemitério da praia, ao lado de onde foi construída uma estrada de acesso em 1984 por dois donos de loteamentos turísticos bem aonde uma parte da praia havia sido reservada à prática do nudismo por alguns chamados “hippies” e andarilhos que preconizaram a invenção de Canoa Quebrada como lugar de lazer e turismo. A estrada: motivo de indignação dos “hippies” e de felicidade dos nativos.

Lembrei dos moradores contando como em 1978 só haviam três instituições formais na praia: a Colônia de Pescadores Z-10, a Igreja de São Pedro e a Sociedade Mortuária, que tinha por finalidade angariar fundos dos associados para comprar a mortalha do falecido. “Canoa Quebrada era uma filha enjeitada de Aracati, Canoa Quebrada era um sonho longínquo de Fortaleza”, registrou Wanda (1979) em conversa com um morador. Me imagino novamente como uma parede que agregou o calor do sol quente de Canoa Quebrada e desejo que a experiência de sete anos trabalhando junto aos moradores da Vila do Estevão possa ser exalada nesta dissertação por meio do calor de pessoas reais, aqui convertidas em agentes ficcionais de uma narrativa certamente limitada. Abro os olhos, incerta, “por acaso”. Oxalá possam me servir potentes analogias.

Roy Wagner (2012) formulou que em vez de um recurso literário do qual lança mão o antropólogo para explicar uma realidade etnografada ou opção de estilo de um autor aplicado à construção de sua ficção, a analogia é o modo pelo qual o conhecimento antropológico, melhor ou pior, é feito. Possível somente em um campo de diferenças, fazer analogias é colocar em relação teorias nativas e teorias antropológicas, ambas produtos de realidades culturais singulares, nunca universalizáveis. Teorias nativas têm a vantagem epistemológica de construir sobre fenômenos vividos por aqueles que os teorizam. Assim, a convenção teoria/campo ou campo empírico/campo teórico (PEIRANO, 1995) desfaz-se na medida em que lidamos diretamente com o processo de produção de sentido de outrem que concebe simbolicamente seu mundo vivido a partir de uma dialética formada por convencionalizar e diferenciar. Nós, cientes dessa desvantagem, mas sem constatar daí a impossibilidade do fazer antropológico pela malignidade da sua ocidentalidade, assumimos então que podemos propor uma relação entre teorias lançando mão daquilo de que dispomos para conhecê-las, tentando não assimilar a criatividade que as gerou em detrimento da nossa. O autor aponta que essa relação implicará uma extensão de significados familiares entre termos que devem ser tomados teoricamente como diferentes, não explicáveis ou traduzíveis, porém sempre como simétricos, uma posição ética, a fim de que se abra a possibilidade de tornar o mundo do outro inteligível. Esses termos diferentes quando postos em relação, necessariamente se modificarão. Coloquei essa intenção ao fazer a pesquisa.

Lembro de quantas vezes saía da rodoviária de Fortaleza em uma sexta-feira e pegava um ônibus da única companhia que realizava o trajeto desde a capital até a praia. Partindo pela CE-040 que margeia o litoral do estado, o acesso é feito por uma estrada local, a Litorânea, que tem comunicação com a BR-304. O trajeto de 170 km torna-se moroso – em média três horas e meia – pelas sucessivas paradas para embarque e desembarque de passageiros. O ônibus vinha lotado alta-estação turística, nos meses de férias, e vazio nas baixas.

Em uma dessas vezes, em 2011, estava iniciando o terceiro ano do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), particularmente interessada em me vincular à algum laboratório e a pensar em uma temática de pesquisa para a monografia. Soube que havia um projeto de extensão procurando alunos. Foi à convite do professor que estava à frente da negociação do projeto, Fábio Porto, que ocupava um cargo de substituto no Departamento de Psicologia da UFC e era um dos coordenadores do Laboratório de Estudos sobre a Consciência (LESC-Psi) do mesmo departamento, que estive na Vila do Estevão pela primeira vez a fim de acompanhar uma conversa sobre uma demanda gerada por uma instituição de Canoa Quebrada, o Conselho Comunitário de Canoa Quebrada (CCCQ), para o laboratório.

Animava-me a possibilidade de compor uma equipe interdisciplinar que estava começando a formar-se (dez estudantes da graduação e pós-graduação da Psicologia, Biologia, Economia Doméstica, Pedagogia, Serviço Social e Ciências Sociais, sendo eu, a única desta última área) e ainda mais a possibilidade de ter uma experiência extramuros durante o curso de graduação. Trabalharíamos instrumentalizados por uma abordagem inspirada na obra de Paulo Freire, que o criador do LESC-Psi, Prof. Dr. Cezar Wagner, chamou de Psicologia Comunitária do Ceará.

O CCCQ, gerador da demanda, havia sido criado em 1996 com o objetivo de “reivindicar junto aos poderes públicos a execução das medidas que lhe asseguram a satisfação de suas necessidades fundamentais, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida”. Hoje é composto por nove entidades, entre as mais atuantes a AMECQ, que é uma de suas instituições fundadoras, a Associação de Empreendedores de Canoa Quebrada (ASDECQ), que representa o ramo voltado ao

turismo, e a Associação de Buggeiros de Canoa Quebrada (ABCQ). Congregando o quadro de principais instituições formais de Canoa Quebrada, as ações do Conselho centram foco na problemática urbana relacionada à questão ambiental - dada a frequência com que serviços básicos de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Aracati, como a coleta do lixo, não costumam ser atendidos satisfatoriamente; na “arte e cultura”, através de uma agenda anual de eventos e fomento às atividades “culturais”; no fomento ao turismo, através das ações conjuntas entre ASDECQ e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE); e em todo tipo de questões cotidianas como, por exemplo, as relativas ao posto de saúde e à escola municipal local, especialmente pela necessidade de sanar as vastas lacunas deixadas por uma atuação municipal entendida como reincididamente falha, ano após ano. Alguns pontos de embates mais frequentes entre as instituições costumam aparecer quando o ponto de vista dos associados da ASDECQ, pequenos e médios empresários não-nativos mas moradores de Canoa, orientado pelo objetivo do desenvolvimento de suas atividades empresariais, ou dos buggeiros, em sua maioria canoenses com interesse particular na atividade turística, não convergem ou com o interesse dos moradores locais, representado pela AMECQ, que é a única associação desse tipo não só no CCCQ mas de toda Canoa Quebrada, ou com as instituições ambientalistas, que trazem como pauta urgente a preservação da biodiversidade.

As lideranças do Conselho vinham preocupadas com uma situação que tornava-se cada dia mais alarmante. Jornais cearenses e turistas de todos os lugares comentavam como, em plena alta-estação<sup>5</sup>, uma avançada erosão nas falésias havia provocado um grave desmoronamento. Justamente em uma área concebida como uma zona fronteira entre Centro e Vila, uma faixa de 200 metros sem ocupação entre ambas localidades, chamada pelos moradores de “linha vermelha” (cf. *croqui* desenhado pelos moradores adiante) abriu-se uma fenda de 5.000 m<sup>2</sup> de superfície e 30 m de profundidade<sup>6</sup>, rompendo canos de água e da rede de esgoto ali enterrados e provocando uma cena de fato chocante. No *croqui* é possível ver algumas casas do Centro que estão entrando no território, o que é considerada uma invasão.

---

<sup>5</sup> A alta-estação corresponde aos meses de férias, de dezembro a fevereiro e de julho a agosto, quando a praia é mais procurada pelos turistas.

<sup>6</sup> Dados internos do Projeto registrados em relatório de 2011.

A abertura felizmente não impossibilitava a passagem de uma localidade a outra, mas ameaçava aumentar a cada nova chuva, uma vez que já alcançava a única rua calçada que chegava até a entrada da Vila e prometia novos desmoronamentos com risco aos transeuntes e moradores. Esse é um cenário considerado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como cada vez mais frequente na Zona Costeira brasileira relacionado às dinâmicas das ondas e correntes marinhas e também aos processos antrópicos que causam “sérios impactos sociais e econômicos, perceptíveis em várias áreas ao longo da costa brasileira que tiveram seus contornos transformados ao longo do tempo, seja por meio da urbanização desordenada da orla marítima, seja por mera depredação ambiental” (BRASIL, 2017).

O que causou tal problema, segundo os moradores, foi uma obra de “requalificação urbana” de Canoa Quebrada executada no ano de 2003 pela Prefeitura Municipal de Aracati com financiamento parcial do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que tinha por objetivo fomentar a atividade turística, chamado de Projeto Canoa. Nessa ocasião foi construída a Avenida *Broadway*, uma longa rua calçada com pedras portuguesas, ao longo da qual bares, restaurantes, boates e lojas de artesanato buscavam oferecer a melhor noite para o turista, geralmente hospedado muito perto dali, na significativa infraestrutura de hotéis e pousadas com vista para o tão apreciado mar canoense. Os moradores tinham a certeza de que a obra de escoamento necessária à primeira havia sido mal executada, provocando uma queda livre da água da chuva que vinha correndo desde a *Broadway* falésia abaixo em um percurso descendente.

Figura I - Croqui da área de propriedade da AMECQ.





Fonte: AMECQ. Concedido ao Projeto em 2011.

A falésia, como estrutura porosa, extremamente sensível tanto a intervenções antrópicas quanto a naturais, como as ações do mar e do vento, ruiu naquele trecho impactada por alguns anos recebendo o volume de água da chuva que desde então descia com mais velocidade.

Tal impacto afetou diretamente os moradores da Vila pelo corte de serviços essenciais e a todos que aguardam esses momentos do ano como possibilidade de acumular recursos através da presença do turista, uma poupança que seria paulatinamente gasta durante o restante do ano de baixa-estação, provocando uma preocupação generalizada pela perda da mais importante fonte de renda local<sup>7</sup>. Essa era uma preocupação que atingia a todos, em maior ou menor proporção, desde os moradores que angariavam alguma renda através de atividades indiretas pela oferta de serviços e vendas ao turista, ou de empregos temporários dentro de hotéis e pousadas, até os pequenos e médios empresários que viviam ali, e em menor grau, aos empresários de grandes redes hoteleiras que não viam, a não ser nas contas, os prejuízos daquela temporada turística frustrada. Com a fratura da paisagem da qual dependia o turismo, essa atividade caía vertiginosamente desde o início do desmoronamento.

Inicialmente, foi essa preocupação “socioambiental” que fez com que uma liderança com cargos institucionais tanto no CCCQ quanto na AMECQ e ainda no Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada (APA-CQ) aventasse a possibilidade de conseguir junto à universidade algum tipo de encaminhamento para aquela questão, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de

---

<sup>7</sup> Em pesquisa recente, Takahashi, (2016) registrou que dos 313 moradores da Vila, 55 trabalham com o turismo, nas redes hoteleiras ou no ramo alimentício, onde geralmente não lidam diretamente com o turista, ocupando vagas nas cozinhas de restaurantes e na limpeza, ou ainda prestando serviço de faxina em casas de veraneio. Há também os que vendem passeios de *kitesurf* ou parapente diretamente para os turistas e aqueles que vendem comida e artesanato. Takahashi também registrou o número de 29 meios de hospedagem na Vila na forma de chalés ou quartos dentro das casas dos próprios moradores. Além disso, chegou ao número de 90 moradores que são exclusivamente estudantes e de apenas 19 que vivem da pesca artesanal, apesar de quase todos os homens da Vila possuírem carteira de pescador e frequentemente irem para o mar. É difícil, porém, que a pesca realizada exclusivamente, havendo a co-existência com a atividade turística, especialmente de outubro a março, época de reprodução da lagosta que coincide com parte da alta-estação do fim de ano, os pescadores são proibidos de capturarem a espécie e recebem o seguro-defeso, assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais por um período de seis meses, no caso do Ceará. Nesses meses intensificam os passeios turísticos realizados em suas jangadas.

Aracati (PMA), frequentemente contatada para resolvê-la, mantinha-se indiferente à toda reivindicação vocalizada através dessas instituições.

A demanda chegou dividida em três. Primeiro, solicitou-se um diagnóstico ambiental, depois um projeto de paisagismo para recuperação da área erodida e, nesse ensejo, um projeto de educação ambiental a fim de que fosse revista a ação humana nas falésias que vinha contribuindo com a erosão. Junto a essas três metas, solicitavam também o apoio da UFC para pressionar o poder público em outras esferas que não a municipal, que não vinha reagindo à situação, especialmente a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a fim de que a questão recebesse a devida atenção. Oscar Della Santa, um argentino de Mar del Plata que mora na Vila do Estevão há mais de 30 anos, de apelido Índio, casado com Francisca Honorato dos Santos, de apelido Fianga<sup>8</sup>, neta de Estevão, com quem constituiu família, era essa liderança supracitada. Um mediador político de inserção e lastro com os quadros da cena político-partidária identificados com a causa ambientalista a nível nacional, estadual e municipal, frequentemente também apoiadores de uma nova agenda para o turismo desde que harmonizada com essa primeira pauta, ou seja, que defendem o discurso da possibilidade de um turismo atento à preservação ambiental.

O Índio já havia contatado o professor Jeovah Meireles que prontificou-se a contribuir. Jeovah faz parte do Laboratório de Geoprocessamento (LABOCART) e do Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental (LAGEPLAN) do departamento de Geografia da UFC, e tem feito pesquisas, projetos de extensão e diversas peças técnicas tanto de laudos quanto de perícias em contextos de conflitos ambientais e em processos de demarcação territorial, especialmente na zona costeira cearense. Esse primeiro laboratório desenvolve o projeto *Mapas do Cotidiano* inspirado no *Nova Cartografia Social*, um projeto iniciado na Amazônia pelo antropólogo Alfredo Wagner que trabalha com a metodologia de produção coletiva de mapas que sejam expressivos de realidades cotidianas em consonância com a delimitação territorial efetuada por populações tradicionais. Além disso, o professor

---

<sup>8</sup> Fianga contou-me que seu apelido vem do *tupi* e significa “rede velha”, em referência à fibra da rede, imune ao tempo.

Jeovah já havia elaborado um parecer técnico solicitado pelo Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) e Ministério Público do Estado (MP/CE) que instauraram uma Ação Civil Pública relacionada à construção de um Parque Eólico na APA-CQ, ocasião em que conheceu com os moradores da Vila.

Foi quando o Fábio, que já travava relações de amizade anteriores com o Índio, foi convidado a juntar-se a eles para dar encaminhamento às solicitações que seriam concretizadas por meio da captação de um recurso federal do Ministério da Educação (ME) – mais especificamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) via UFC. O recurso estava sendo disposto pelo gabinete do senador Rodrigo Rollemberg do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que desde 2011 preside a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, e já havia sinalizado a possibilidade de destinação dessa verba para as ações em Canoa Quebrada, um assunto que vinha sendo encaminhado pelo Jeovah, que estava em contato direto com o gabinete do senador. Era preciso que fosse pesquisado o melhor procedimento burocrático para a captação, o que a Pró-Reitoria de Administração da UFC sinalizou ser através de descentralização de crédito orçamentário mediante convênio firmado entre UFC e o gabinete do senador. O Jeovah repassava para nós da equipe que o senador vinha demonstrando “compromisso” e “interesse” pela situação de calamidade em Canoa Quebrada.

Rodrigo Rollemberg, atuante na cena política desde 1985, quando filiou-se ao PSB em Brasília, foi secretário de Turismo, Lazer e Juventude do Governo do Distrito Federal, deputado distrital por dois mandatos, secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, deputado federal, além do mandado como senador, em exercício. Vem defendendo no senado a “economia verde”, a “economia sustentável”, a partir do discurso que é possível, através de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, aumentar a produção agrícola e energética de modo afinado à preservação do meio ambiente. Insiste em derrubar o que chama de “falsa dicotomia” entre desenvolvimento e preservação e destaca as diversas populações tradicionais do país, como as ribeirinhas, indígenas e quilombolas que “tradicionalmente vêm preservando a biodiversidade brasileira”. Tem, em seus discursos no Senado e vídeos postados, apoiado a demarcação de terras indígenas

(TIs) e demonstrado ser contrário à revisão de territórios já demarcadas, assim como à transferência da deliberação sobre esse assunto ao Congresso Nacional, insistido na necessidade de disciplinar a atividade de mineração, assim como na importância do Código Florestal.

Ficou decidido que o projeto intitulado inicialmente de "Ações Integradas para Recuperação Ambiental e Paisagística de Áreas em Avançado Estado de Erosão e de Risco na Vila de Canoa Quebrada/Aracati" realizaria as três metas separadamente. O professor Jeovah ficaria responsável pela etapa do diagnóstico. A empresa fortalezense que prestou serviços à Prefeitura Municipal de Aracati na ocasião da elaboração de um Diagnóstico Ambiental, criação do Plano de Manejo da APA-CQ e elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU) em 2001, a Gau Guimarães Arquitetura e Urbanismo SS Ltda, projetaria a recuperação da área erodida e, por fim, o LESC-Psi, o LABOCART e mais a Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA), à convite do Jeovah, executariam o projeto de educação ambiental, que o LESC-Psi formularia.

Dentre as linhas de pesquisa do LESC-Psi, o projeto se configurou dentro da de "Conscientização", um conceito trazido da Educação Popular de Paulo Freire (1999), que, junto ao conceito de "cultura" e "comunidade" instrumentalizaria a nossa reflexão e atuação. "Cultura" estava sendo considerada no projeto tanto como produto quanto produtora da realidade humana, uma dialética a ser intermediada – e possivelmente transformada – por meio da ação política dos sujeitos. Uma "*praxis* libertadora" seria a ação de um sujeito que, a partir de uma tomada de consciência, um processo que acontece entre agir e refletir, mobiliza-se para transformar as relações de opressão e desigualdade a que encontra-se submetido. O desenvolvimento dessa consciência que conduziria à libertação seria, grosso modo, o fim que o projeto pretendia alcançar. Para além das implicações propriamente teóricas da Educação Popular daí derivantes, a destaque, antes, como aparato discursivo favorável ao agenciamento da diferença dos moradores na universidade, embora que, independente de filiação teórica, a procura pela "parceria" com a UFC tinha um sentido estratégico muito claro, fundamentado justamente naquela percepção compartilhada entre AMECQ e as outras instituições do CCCQ que o poder público municipal mostrava-se sempre vacilante e era preciso buscar novos "parceiros" com maior

lastro. Conforme retrata essa fala do Índio em uma reunião posterior de avaliação do projeto:

Indo para a gênese da coisa: a procura que a comunidade fez da universidade foi porque a gente estava num patamar que estávamos precisando de um parceiro, ou vários parceiros, que tivessem um peso, uma massa crítica que pudesse nos ajudar a movimentar e que tivessem também condições que poder receber junto com nós benefícios para a própria comunidade. Formatar projetos, receber ajuda através de projetos, facilitar os projetos, essa foi nossa procura. Por isso nós procuramos a Universidade Federal, e não foi a Estadual, nem a Universidade de Fortaleza, foi federal, justamente visando atingir a nível até nacional, um parceiro que tivesse peso nacional, então foi uma procura direcionada. (...) A meu ver não é tão fundamental a qualificação técnica individual que cada um de nós possa ter, senão a possibilidade de ir expandido o número de parceiros dentro da universidade e através da universidade ir se expandido para outros lugares e ir criando corpo.

O que Índio e Fianga vocalizavam para nós sobre a postura dos moradores face à questão ambiental, considerada por eles muito problemática, foi pensado como mote para os dois objetivos do projeto, que ficou mais ampliado: o “fortalecimento da identidade” dos moradores e a instiga à “mobilização comunitária”. Fianga, agente comunitária de saúde (ACS), graduada em Enfermagem, muito atuante na Igreja Católica de São Pedro e diversas vezes presidente da AMECQ, é uma grande liderança que fala em nome da coletividade Estevão em vários cenários políticos, desde as reuniões da Associação, passando pelos espaços no Centro de Canoa como o CCCQ, junto à PMA, órgãos públicos e sessões públicas e outros espaços em Aracati, como também no cenário estadual em espaços de socialização pesqueira, como o Encontro Povos do Mar<sup>9</sup>, em que tem falado sobre a luta pela Terra e a gestão territorial. As memórias de seu avô e de sua avô, esposa de Estevão, Maria Valente da Silva, e dos momentos de conflitos e conquistas são sempre presentes em sua fala, tendo a luta uma grande centralidade em sua vida, uma instância em que diz ter-se formado não somente como liderança comunitária, meio pelo qual valida a “história”

---

<sup>9</sup> Os Povos do Mar são 120 coletividades dos 21 municípios situados na região costeira do estado, que é dividida em costa leste e costa oeste, a depender da localização em relação à Fortaleza. Envolvidas em diferentes situações sociais, sejam relacionadas ao pleito por terras, à residência dentro de Unidades de Conservação (UCS), ao deslocamento provocado por grandes projetos e à retomada de seus territórios compartilham a necessidade da ampliação de redes de articulação política, de comunicação e solidariedade. Entendem que têm como ponto em comum proximidades entre seus modos de vida marítimos e dificuldades específicas, como a questão do turismo, a expropriação territorial, que instiga a defesa da criação de mais UCs, e a pesca predatória, articulando-se em torno do Encontro Anual “Povos do Mar: Socialização das Práticas e Saberes das Comunidades Litorâneas” promovido desde 2010 pelo Serviço Social do Comércio (SESC) do Ceará através da Rede Social Sesc Povos do Mar.

e “memória” daqueles que vêm lutando, mas como “pessoa”. É por isso – pelos anos de dedicação – que ela vinha apresentando um certo cansaço no sentido de frustrar-se com a falta de interesse especialmente dos jovens da comunidade. Isso parecia-lhe indicar um contexto de desmobilização – em suas palavras, falta de “união” e “solidariedade” – e, além disso, preocupava-se com a falta de “consciência” de alguns moradores, que demonstravam-se alheios aos objetivos da AMECQ.

Foram essas ideias e sentimentos que conduziram o Índio, o Fábio e a Fianga, que trabalhavam em co-autoria na formulação do projeto, a chamá-lo de Projeto Duas Fendas. A primeira fenda seria a própria erosão, a manifestação materializada do que a falta de “consciência ambiental” poderia provocar na prática, em seus efeitos e impactos. Aí existia uma crítica ao mau uso que fazia-se das zonas das falésias, que desde a criação das UCs havia tornado-se uma Zona de Proteção Prioritária (ZPP), segundo a legislação ambiental da APA-CQ (ARACATI, 2002), o que quer dizer que só haviam dois usos permitidos nela: ações para coibir a erosão e a circulação de pedestres. Circulação de veículos e qualquer tipo de construção estavam proibidos, sendo o estatuto dessa zona a de Áreas de Proteção Permanente (APP), a saber, aquelas que não comportam nenhum tipo de uso, direto ou indireto, nem nenhuma forma de ocupação (BRASIL, 2000). No entanto, escadas para descer até a praia, caixas d’água das barracas de praia que ficavam lá embaixo, tráfego de veículos particulares e *buggys*, aglutinados de turistas esperando passeios de parapente que saem da beira das falésias vinham contribuindo para a acentuação da erosão. Fato confirmado pela *ong* ambientalista Recicriança, com sede na Vila e sob diretoria de um paulista que ali mora há muitos anos, Tércio Vellardi, que monitora ano a ano a erosão em franco aumento nos últimos anos. Portanto, existia essa crítica à atividade turística como má contribuinte do objetivo da preservação. Mas os moradores também contribuíam significativamente, segundo o Índio, com a queima de lixo, com lixo jogado em todo canto, com o desperdício de água, com a pesca de espécies em épocas de reprodução, com o uso de redes de pesca, que poderiam capturar animais que não deveriam ser capturados como as tartarugas, entre outras questões.

A outra fenda, no entanto, era essa falta que Fianga identificava, algo que não estava imediatamente visível, palpável, mas que a fazia voltar sua reflexão não imediatamente para a questão da fenda física, mas para o próprio processo de

identificação dos moradores enquanto membros da coletividade. Eu tinha a sensação de que ela partia de uma avaliação sobre os limites e dificuldades com as quais tinha-se esbarrado nesse processo que a conduziam para a intenção de renovar e reoxigenar, naquele momento, a partir da nossa inserção como agentes e mediadores políticos, as ideias de comunidade, terra e identidade.

Quando aquele projeto inicial que seria financiado pelo senador não foi concretizado, por motivos de dificuldades nos trâmites burocráticos, o Projeto Duas Fendas foi inscrito como projeto de extensão e começou a ser realizado somente pelo LESC-Psi. Eu participei dele entre os anos de 2011, 2012 e 2013, indo quinzenalmente à Vila, onde geralmente ficávamos por 3 dias a cada ida, de sexta à domingo, para retornarmos nossas rotinas de aulas na segunda-feira. Em períodos de férias, costumávamos ficar mais tempo, de dez a quinze dias, sempre nos hospedando ou na casa de Índio e Fianga ou na sede da AMECQ, no Centro Comunitário de Canoa Quebrada (CCCQ). O projeto foi dividido em quatro frentes de atuação: Articulação Institucional; Geração de Renda; Pesquisa e Memória; e, por fim, Mobilização Comunitária. A atuação na Articulação Institucional ficava mais restrita ao Fábio, ao Cezar e a outros professores que juntaram-se em alguns momentos, diante de algumas configurações diferentes que o projeto foi tendo, a fim de criar redes de articulação política e ações conjugadas com outras instituições. Eram reuniões extraordinárias com gestores, com o corpo de instituições da Vila, com um fórum político-partidário em Aracati, com o corpo de instituições de Canoa, com outros laboratórios de pesquisa, em audiências pública, que às vezes eu conseguia assistir. Nesse sentido, houve uma participação significativa na elaboração de uma contra-proposta para ser apresentada na audiência pública sobre a realização de uma etapa de obras do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), em que o Projeto ajudou na elaboração de um mapa contendo as intervenções urbanísticas que os moradores da Vila queriam, que eram poucas, ao contrário que havia sido proposto no PRODETUR, e os equipamentos culturais que desejavam ser criados e incentivados, a exemplo do Museu do Pescador na casa onde Estevão havia morado, o que nunca se concretizou. Mas eles tinham a intenção de nele ser disposta uma genealogia das cinco gerações da família Estevão, artefatos antigos de pesca não mais usados, labirintos antigos e o que eles entendiam que fosse interessante para mostrar a um turista interessado em sua “história” uma proposta diferente de



turismo que acompanhava uma tendência na Vila, que já contava com uma ação de Ecoturismo<sup>10</sup> e os já citados 29 meios de hospedagem.

Na Geração de Renda, houveram três grupos e essa frente foi criada a partir da queixa especialmente da juventude, que havia manifestado nos Círculos de Cultura que havíamos feito com eles<sup>11</sup>, a situação crítica em que se encontravam pelas restritas opções de trabalho que se resumiam basicamente à pesca e trabalhos temporários ou permanentes em hotéis e pousadas, mas mal pagos e cansativos. Expressavam o desejo de continuarem morando na Vila, mas encontravam-se diante da realidade de precisar sair para estudar e trabalhar em cidades maiores. Participamos na elaboração de projetos para concorrer a editais e conseguimos aprovar dois, Oficina de Corte e Costura e Padaria Comunitária, e eu participava de um encontro de iniciativa das mulheres artesãs da Vila que juntavam-se semanalmente para trabalhar na fabricação de algumas peças enquanto pesquisávamos formas de escoamento daquela produção. Na parte de Pesquisa e Memória, foi feita uma pesquisa domiciliar pelas alunas da Economia Doméstica e organizamos um acervo documental, entre jornais impressos e documentos dos processos judiciais. E, finalmente, na Mobilização Comunitária, participávamos das reuniões ordinárias da AMECQ, reuniões mensais que aconteciam ao primeiro sábado do mês. A partir daí nos juntávamos a eventos promovidos pela Associação, como o Luar Comunitário - um encontro que acontecia uma vez por mês na noite de lua cheia com fogueira e música, uma proposta que surgiu da contraposição ao Luar das barracas de praia - e, ainda, fizemos encontros com outras populações próximas.

Visitamos, assim, a comunidade quilombola do Córrego de Ubaranas, com quem os moradores mantêm laços de parentesco e dividem importantes convergências interpretativas sobre a memória, costumando encontrar-se nas ações religiosas da Igreja Católica. Organizamos também um encontro de Grupos de Coco na Vila que foi chamado de Luar da Tradição, em que duas comunidades litorâneas,

---

<sup>10</sup> Projeto Recicriança desenvolve desde 1998, em parceria com a Rochester e a Secretaria de Educação de Aracati, o Programa de Educação Ambiental "Uma Aula Diferente", com alunos da rede municipal de educação. A aula consiste em uma trilha que percorre o território da Vila com passagens pelas dunas, mata de tabuleiro, usina eólica, praia, piscinas naturais. Em cada parada são debatidos temas como o encontro dos ecossistemas Litorâneo com a Caatinga, a geração de energia, a fauna e flora, a praia e o turismo, com ênfase na avaliação dos pontos positivos e negativos avistados na UC.

<sup>11</sup> Uma metodologia da Educação Popular que usávamos muito.

Iguape e Majorlândia, foram em uma noite de lua cheia apresentar suas danças junto ao grupo de Coco local, que estava passando por uma tentativa de retomada após a morte do mestre Aluísio, um dos filhos de Estevão que liderava o grupo. Com a comunidade de Majorlândia existe uma relação muito próxima, com frequentes casamentos, relações de amizades antigas e a memória de que aprenderam a dançar o coco um com outro: seu Aluísio dizia que havia aprendido com os amigos de Majorlândia, que por sua vez diziam que tinham aprendido com o pessoal do Estevão. Esses contextos possibilitados pelo Projeto, além de enorme importância social, ofereceram-me riquíssimas possibilidades de observação, que registradas nos diários de campo, entrevistas, fotografias e captação de áudios.

No primeiro semestre de 2013, eu senti a necessidade de construir uma agenda mais autônoma em relação à equipe, para fazer uma etnografia para a monografia de conclusão do curso que chamou-se “Peixe bom, sangue bom: uma etnografia das relações de parentesco no contexto de especulação da terra na Vila do Estevam” (PEREIRA, 2013), o que ficou configurado dentre nossas ações como da frente de “Pesquisa e Memória”. Nessa ocasião, eu me afastei mais das outras frentes de atuação, privilegiando as reuniões ordinárias da AMECQ, buscando situações absolutamente cotidianas como caminhar e conversar em momentos que não os finais de semana, e, ainda, estabelecer contato com os moradores que não estavam associados, que corresponde a 90 por cento dos moradores (um número que sempre achei extremamente significativo).

Nas reuniões do Projeto, procurava refletir junto à equipe sobre o desafio que significava para mim a lida com os conceitos usados ali sendo estudante de ciências sociais já identificada com a Antropologia. Considerando as reflexões sobre o conceito de cultura, grupo e identidade dentro da disciplina assim como a criação dos sentidos de história e suas disjunções pela geração antropológica (STRATHERN, 2013) junto à qual estava me formando, trazia em mim a ideia de que a forma que o conceito de cultura usado no Projeto, inspirado no marxismo de Paulo Freire, estava “fora de contexto” (*ibid*, p.) para a Antropologia.

Segundo o Fábio Porto, no projeto encaminhado às instâncias financiadoras:

“A noção de cultura aqui pode ser sintetizada como todo o conjunto de produções e criações resultantes da ação humana de transformação da realidade natural, da Natureza em si, que vão se acumulando, se organizando

e se transmitindo ao longo das gerações, em um complexo processo histórico. Tal ação transformadora humana (práxis) têm múltiplas direções: atua sobre a Natureza não-humana, sobre a história e sobre a própria existência dos sujeitos humanos, agentes transformadores, que se recriam a si mesmos quando criam e modelam a realidade. A cultura seria, nesta concepção, conforme nos lega o mundialmente reconhecido educador e pensador pernambucano Paulo Freire, produto e produtora da realidade humana, sendo o ser humano ontologicamente como vocacionado a ser sujeito de seu mundo, por seu poder criador, auto-determinante, portanto histórico e cultural. Tomamos ainda a cultura em uma acepção mais amplamente conhecida, referindo-se concretamente a suas variadas formas de expressão e manifestação, artísticas, criativas e lúdicas, redefinidoras dos contornos da realidade compartilhada cotidianamente. De modo específico, apostamos na potência da arte e da cultura como meios essenciais para congregar e animar as pessoas, e assim, pela experiência estética, expressiva, ativa e pela vivência da criatividade e do poder criador, conseguir vencer o desânimo, a apatia, o pessimismo, a indiferença e a acomodação, decorrentes de uma lógica cotidiana fatalista diante da realidade vivida, atravessada e reforçada por relações de opressão, negação e marginalização.” (Material da autora, 2011)

O lugar que a Educação Popular ocuparia na prática antropológica, pensava eu até então, seria destituída de qualquer validade persuasiva, como discurso nativo e linguagem dos movimentos sociais com os quais nos relacionávamos, mas não como ferramenta analítica. A recíproca parecia ser verdadeira também quando reflexões antropológicas que pudessem fugir àquele expediente teórico tinham sido implementadas ali como ideias, não ultrapassadas teoricamente como parecia a Educação Popular à Antropologia, mas “pós-modernas”, um termo que servia ao diagnóstico da incapacidade teoricamente provocada de lidar com atuações em realidades concretas, o que vinha a calhar com a ideia de “academicismo” antropológico. O conceito que eu usava que provocava a manifestação imediata dessa com os outros membros da equipe era “discurso” e, do lado, de lá, o conceito de “cultura” despertava imediatamente em mim uma discordância. Seguíamos, assim, tentando praticar a perspectiva dialógica a que nos propúnhamos, entre alguns estranhamentos e aproximações, diante do desafio de lidar com perspectivas disciplinares distintas sobre o mesmo tema, o que nos colocou em bons e profícuos embates e um grande aprendizado de tentar buscar modos de construir analogias na diferença.

Da minha perspectiva, eu via que os conceitos usados no Projeto estavam sendo tratados teoricamente como correlatos, que poderiam ser agregados em dois temas, os da ordem da cultura (identidade, modo de vida e memória) e os da ordem da organização social (grupo e comunidade). Eles eram tratados como conceitos

analíticos com existência empírica e eu via isso com mais clareza pelas implicações metodológicas que daí derivavam na definição do nosso campo de atuação, a saber, a associação sendo tomada por comunidade como nosso principal *locus*. Apesar do desenho do projeto através das frentes de atuação pudesse possibilitar uma compreensão do nosso “campo de extensão” não somente a partir de um recorte empírico da Vila, ali territorializado, o que permitia uma atuação multissituada (MARCUS, 1991), afinada aos fluxos e instâncias que envolviam a produção localizada de distintividade, a saber, junto ao Estado em suas várias esferas, de onde vinham os parâmetros de disputa e referência para definição dos papéis, junto aos quadros de instituições também em instâncias diferentes e a universidade, o que nos possibilitava um importante acesso aos agenciamentos discursivos da diferença nesses espaços e ao processo de mediação, nos colocando diante de um panorama da relação dos moradores com os quadros e marcos normativos – nisso eu recebia uma aula de como efetivamente corresponder àquela demanda - ainda parecia ser considerada a unidade morfológica chamada comunidade, previamente definida e restrita aos limites do grupo social.

Eu tentava avançar na reflexão sobre o intrigante número de dez por cento de associados, buscando para além da comunidade tomada pela Associação - a comunidade política institucionalizada - a produção de relacionamento a partir de relações cotidianas entre pessoas concretas, fosse na família ou na pesca, de onde surgiam outros modos de agregar e outros sentidos de coletividade. Com Barth (1998) tentava pensar que a “comunidade” em si não era a unidade referencial para o entendimento dos fenômenos em que fronteiras simbólicas são instituídas e mantidas pela utilização dos elementos da cultura, mas os contextos específicos de interação social com outras unidades de onde emerge a diferenciação. Pensava também que essas unidades eram manifestações realizadas contextualmente a depender de situações limites que provocam ações coordenadas e consensos de significado que convergiam em dado momento (ANDRADE, 2004), o que implica que a utilização da noção barthiana de grupo étnico deve estar atenta ao fato de que os “elementos simbólicos referentes à origem presentes no meio de dado grupo étnico são normalmente compartilhados, mas não os significados que lhes são atribuídos pelas pessoas” (*ibid.*, p. 106) e que “estas variações não refletem uma incoerência ou contradição, já que elas decorrem das diferenças entre os indivíduos e famílias que

compõem um mesmo grupo e que carregam suas próprias experiências, trajetórias, idiossincrasias e biografias” (*ibid.*) . Daí que me interessava perceber aonde, afinal, nas redes de relações cotidianas estava a comunidade, como ela era constituída, por quais mecanismos e práticas, por quais significados de coletividade, de origem, por quais práticas territoriais. E, muito particularmente, como essas matrizes de relações e estavam sendo trazidas ao campo associativo, à comunidade política. Ao fim, queria saber se essa reflexão poderia iluminar ou apontar caminhos para pensar a questão da representatividade da AMECQ.

Meu interesse na monografia foi discutir uma questão que, no bojo dessas reflexões, há algum tempo estava me intrigando: porque os moradores com cargos associativos sentiam-se diante do desafio de dissolver seus parentes em um quadro difuso de moradores, todos pertencentes à coletividade Estevão, tanto quanto universalmente reconhecíveis perante o código, também imputáveis. Uma equação bastante difícil de ser feita, uma vez que pesava sempre a ideia de que era preciso “ser ruim” com os próprios parentes. Implicava que os moradores que requeriam lotes para morar tornavam-se indivíduos descontextualizados de suas redes familiares, e, nesse sentido, deveriam ser julgados diante de suas ações individualmente. Existia uma ideia no campo associativo que parentesco não tem lugar na política, porque dentro da burocracia qualquer decisão inflamada por lógicas familiares seria da ordem do privilégio ou nepotismo. Deixei de fora da análise um ponto que ficou em aberto: que parecia haver uma comunidade moral tentando ser instituída por meio da burocratização, pela gramática do contrato, um mecanismo modelado às lógicas do funcionamento do Estado-nação.

Meu orientador da época, o Prof. Dr. Leonardo Sá, primeiramente sugeriu que fizéssemos a banca de defesa na Vila, porque ele via que poderia ser profícuo aproveitar o caráter “colaborativo” de meu trabalho. Nas suas palavras, transcritas do áudio da defesa:

Para reforçar a ideia do compromisso que a universidade precisa ter com as comunidades onde nós fazemos pesquisa, compromisso ético (...) A produção do conhecimento, ela chama mais produção de conhecimento e a produção de conhecimento não é uma exclusividade da comunidade acadêmica. O conhecimento é um fazer e, antes de tudo, é imaginação. E os vínculos são criados a partir das trocas entre as imaginações. No caso, da comunidade do Estevão, da Ana e das nossas imaginações conceituais. (Registro da autora)

Uma fala orientada por uma perspectiva teórico-metodológica a qual ele nutria muito afinho, a saber, a antropologia reversa de Roy Wagner. Novamente, é interessante perceber o uso das teorias com a finalidade da criação de espaços para o agenciamento da diferença, como a Educação Popular vinha possibilitando na Psicologia Comunitária. Pela impossibilidade de datas com os outros membros, ele sugeriu, então, que a banca ocorresse na UFC e que o Índio fosse convidado como membro avaliador, assinando como “pesquisador-colaborador”. E foi assim que mais de dez moradores da Vila foram assistir a defesa na UFC, uma atividade configurada como ação do projeto. Foram vestidos com uma blusa em que uma gravura trazia a imagem das falésias avermelhadas sob as quais tinha duas mãos em formato de concha, como quem planta, mas em vez de sementes, o formato de um globo, e o dizer “AME a terra”, uma referência direta à AMECQ, chamada na Vila apenas de AME. Foram o Índio, a Fianga e seus dois filhos, uma das filhas de Estevão ainda vivas, Dona Lourdes, e o restante eram as mulheres que participavam do grupo de artesanato que eu acompanhava. Os pescadores estavam no Encontro Povos do Mar que acontecia durante aquela semana e recebi as desculpas de seu Assis, o representante dos pescadores da Vila, pela impossibilidade de ir. Junto a eles, estavam aos membros do projeto, amigos da faculdade e minha família que foi de Natal em caravana para Fortaleza. Esse foi um momento muito interessante.

Após as arguições e minha defesa, uma das professoras da banca, fazendo referência a uma literatura sobre parentesco que eu usava que focalizava a processualidade de tal fenômeno social (SAHLINS, 2013; CARSTEN, 2000) e meu argumento de que a luta era um modo importante de criar relação, sugeriu que, então, eu poderia ser considerada parente dos moradores. O silêncio constrangedor que ecoou na sala foi a resposta mais significativa: aquele era um espaço de agenciamento da diferença, em que os moradores iam portando seus elementos de distintividade, referências pintadas na imagem da blusa que vestiam, sendo o pressuposto teórico confirmado da existência de muitos modos de constituição de parentesco bem diferente de afirmar que eu, por meio de “engajamento político” poderia assim ser tomada a partir de uma categoria que afirmava a ideia de origem comum.

Depois da banca, chamei todos para um almoço em uma churrascaria ao lado da universidade, mas só foram os moradores, minha família e uma das professoras. Ali, os rostos cansados dos moradores pelas quatro horas de defesa em uma sala fria – o que significou um bom cochilo para algumas moradoras - animaram-se com o que foi chamado de “o banquete”, sendo dessa forma que posteriormente aquele dia foi lembrado e não como o dia da defesa ou da universidade. De fato, comemos e bebemos muito nesse dia. Meus pais, irmãos e avô conversavam com os moradores, tiramos várias fotos, foi um momento de celebração. Nunca mais fui a campo sem que me perguntassem do “vovô” e eu achava aquilo significativo porque as unidades domésticas em Canoa Quebrada recebem o nome do patriarca da família. Se houver mais de uma casa, aquele conjunto de casas fica conhecido pelo primeiro nome do chefe da família de quem são descendentes. Além disso, as pessoas portam nomes aparentados, ou seja, o nome próprio é seguido do pós-fixo que indica de qual família pertence, mas não a partir de um sobrenome, que não é efetivo cotidianamente, e sim do nome patriarca. Assim, Estevão é tanto o nome do chefe da família, quanto o lugar em que as unidades domésticas estão fixadas (“lá no Estevão”, ou fulano “do Estevão”), e ainda o nome que acompanha os dos seus filhos, chamados, por exemplo, a Lourdes do Estevão, a Anália do Estevão, etc. Acontece também do nome alcançar a geração de netos, mas, nesse caso, ele será chamado, por exemplo, de Seu Ezequiel dos Estevão (da família Estevão). Logo, cada pessoa é reconhecida como pertencente a uma coletividade familiar territorializada, que lhe contextualiza, valida e lhe atribui reputação, sendo a localidade e a genealogia a qual cada um pertence muito importante nas localizações sociais ali efetuadas.

Entendi que a partir daquele dia eu ganhava uma outra referência para além da participação no Projeto, agora como pertencente a uma coletividade familiar que me contextualizava e validava, em nome da qual recebia e transmitia cumprimentos e lembranças mútuas. Tornei-me a partir dali, além da “Ana do Projeto”, a Ana do meu avô. E entendi também porque era difícil que cada morador fosse descontextualizado dessas redes de relações ao ser julgado individualmente.

Achei importante que eu também fosse apresentar a pesquisa na Vila posteriormente e minha família foi convidada a estar presente. Meu avô não pôde ir, motivo de lamento, mas meus pais e irmã foram. Eles reservaram para mim um

momento da reunião ordinária da AMECQ, como a última pauta daquele dia. Quando cheguei na sala da reunião, havia em um quadro de giz listadas as pautas e a última foi chamada de “Monografia/Comunidade Tradicional”. Queria que aquele dia fosse mais agradável para os moradores do que aquelas horas da banca e então selecionei algumas fotografias que tinha tirado durante aqueles anos no Projeto que achava que poderiam ser bons ganchos para tematizar algumas ideias abordadas na pesquisa. Mesmo sem uma reflexão teórica sobre o uso de fotografias como modo de restituição da pesquisa, acreditava que elas poderiam servir à continuidade do ciclo de reciprocidade em que sentia-me inserida e, inclusive, continuei fazendo uso de fotografias como modo de retomar contatos anteriormente estabelecidos.

Usei a metodologia do Círculo de Cultura e dispus as fotos ao centro, pedindo para que cada um escolhesse uma e falasse o que ela remetia para si. Eram fotos de parentes, da pesca, de atividades da AMECQ, obras turísticas e degradação ambiental. Ao começar, me apresentei a partir de meu nome completo, de último sobrenome Pereira e, então, fui interrompida por uma moradora que disse: “Então, vocês são nossos parentes, porque esse é o nosso sobrenome também”. De repente, haveria uma outra resposta para o comentário da professora na banca. Sim, eu poderia ser metaforizada como parente pelo compromisso moral e político que eles entendiam que eu tinha com a comunidade e a Associação, representado pela aproximação que a partilha de sobrenomes podia indicar, que, no entanto, não tem efetividade cotidianamente, apenas usados em contextos específicos para remeter à “família Estevão”, a saber, aquela ideia de coletividade formada pelo conjunto dos moradores politicamente organizados que não tem uma existência empírica enquanto unidade.

A apropriação da minha monografia pelo Índio dizia muito sobre a contribuição maior da minha pesquisa, que embora fosse o objetivo do projeto, eu não me sentia comprometida a ter que provocar: o reforço à ideia de tradicionalidade. Depois que cada um escolheu as fotos e falou um pouco sobre a que ela lhe remetia, um momento que foi bastante rico, o Índio fez uma fala em que pegou o texto da monografia, que eu tinha levado também impresso para a biblioteca da AMECQ, e leu o trecho do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades



Tradicionais (PNPCT) que trazia o conceito administrativo de “populações tradicionais”. A saber,

Grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Uma leitura que inclusive se repetiu em outras reuniões, que vinha sempre seguida do comentário de que “somos uma comunidade tradicional conforme a lei”. Essa intervenção do Índio apontava para o fato de que ele atuava fortemente como mediador que propunha relacionamentos com os quadros normativos, tendo aquela ocasião possibilitada pela pesquisa sido um modo que ele encontrou de afirmar essa ideia que era permanentemente instituída em um campo prático-discursivo sobre a diferença. Ao fim da apresentação, recebi de um morador um livro em que trazia uma entrevista que ele tinha concedido para uma coletânea sobre jangadeiros (CARUSO, 2004). Nela, ele narra como foi sua iniciação na pesca e o que motivou a pedir ao pai para aprender a pescar. Continuando inserida nesse ciclo de reciprocidade marcado pelas trocas, entre livros, fotografias, lembranças e comidas, minha família e eu fomos convidados para almoçar na casa de Índio e Fianga no dia seguinte. Ela preparou o “prato mais tradicional” de Canoa Quebrada, a moqueca de arraia, e o Índio fez um “asado” argentino e depois de uma tarde de comidas, bebidas e fotos saímos de lá com lembranças ao “vovô”.

Depois da monografia, eu me afastei do Projeto e voltei à Vila quando estava pensando em ingressar no Mestrado em Antropologia, o que se concretizou em 2015. Pretendia, inicialmente, retomar a questão que tinha deixado de fora na monografia, a qual durante o mestrado, foi tomando outros contornos teóricos e eu fui deparando-me com a necessidade de reformulá-la, até chegar a presente proposta de pesquisa.

Senti que estava renegociando minha entrada em campo, embora que aquela experiência anterior tivesse deixado as “portas abertas” para mim, a perda daquela forte referência a que era associada, o Projeto, dava seus sinais, estando eu mais individualizada nesse sentido, em vias de ser localizada a partir de outros critérios para efeitos de mapeamento. Eu vinha refletindo sobre qual o melhor meio de hospedagem durante o tempo em que ficaria em campo e fiz a escolha de não ficar hospedada na casa de Fianga e Índio, como costumava, nem na AMECQ, justamente

na tentativa de criar outros acessos que a estadia na casa deles dificultava. No entanto, a recusa daquela oferta de hospedagem também não foi tranquila, uma vez que significava certa quebra naquele ciclo de reciprocidade anteriormente construído, o que sempre dava um jeito de ser recordado por Fianga. Aluguei uma casa um pouco distante da Vila, no Centro, com a intenção de, caminhando entre Centro e Vila, entender a questão da construção da ideia de diferença e do modo de praticar e conceber o território de modo mais relacional, uma vez que achava que ficava sempre muito circunscrita à Vila. Nesse sentido, essa foi uma boa escolha.

A cada dia de manhã me colocava à marcha para a Vila. Saía da casa que ficava do outro lado de Canoa Quebrada, que não é grande, mas significava que fazia um percurso diário em que passava pelos pescadores preparando a pescaria de manhã, pelo ponto de ônibus onde crianças pegavam transporte para ir à escola, pelo posto de saúde onde pessoas esperavam por atendimento, pela avenida *Broadway* toda fechada durante o dia, mas que reunia os homens após a pesca para jogar cartas e mulheres para fazer suas rendas. Andava por outras ruas paralelas em que moradores tocavam suas atividades diárias, em pelos becos de areia quase totalmente desassistidos dos serviços mais básicos. Aí, as mulheres estendiam roupas em cordas na rua devido à ausência de espaço nas pequenas casas geminadas e muito adensadas.

Na Vila, notava que as perguntas e comentários endereçados a mim pretendiam me localizar a partir de duas questões: porque ficar “lá embaixo”, ou seja, no Centro, e, se eu estava sozinha, não somente ali durante a estadia, mas seu eu era uma mulher comprometida. O que estava em discussão ali eram quais meus pertencimentos – eu era Ana de onde e de quem? – que serviriam a uma interpretação sobre minha reputação, meu lugar moral interpretado a partir do quadro de referências de que dispunham para efetuar as localizações sociais. Para tanto, uma referência à localidade, por mais que eu não fosse da região, mas a escolha por um lugar de hospedagem específico falaria muito sobre mim e outra referência às minhas matrizes de relações também era o que me posicionaria, com especial importância, enquanto mulher, não somente à minha coletividade familiar, a maior referência que acabava existindo e resistindo sobre mim independente de minhas práticas individuais, mas ao

que dizia respeito ao meu *status* civil, muito especificamente, à presença ou ausência de um homem em minha vida íntima.

Então, a escolha pela hospedagem no Centro dava margem à uma interpretação sobre o possível interesse que eu teria de aproveitar a “noite” e tirar vantagens do turismo, o que era sugerido por meio ou de piada ou comentário que aguardava uma reação minha. “Vamos terminando a conversa que agora você vai para o *show*, ne?”, “A gente pode marcar sexta-feira à noite, se bem que eu não sei se você já tem compromisso nessa hora”, “Nós estamos indo à missa e a Ana está indo para a *Broadway*” eram falas que tematizavam práticas que poderiam servir de indício ou pelo menos suspeita sobre minha reputação. Desse modo, percebia nas mulheres uma tentativa de controle em saber qual minha possível intenção com os homens da Vila, por meio de comentários e insinuações sob um suposto interesse que eu poderia ter nos homens que entrevistava. Enquanto que neles notava que consideravam-se autorizados a tratar de assuntos não adequados a serem conversados com mulheres comprometidas. Chamava-me atenção aos frequentes conselhos que passei a receber relacionados ao sexo e à minha vida íntima, fossem sobre proteção contra DSTs, cuidados para evitar gravidez e a importância de um relacionamento sólido. Notei um grande deslocamento em relação à minha entrada anterior, apesar de manter minhas referências. De forma não planejada, meu novo lugar foi marcado, por um lado, pela ausência de uma figura masculina que me localizava como uma mulher parcial em busca de realizar minha integralidade por meio de um relacionamento e, por outro, como mulher extremamente sexualizada, disponível.

Essas experimentações me possibilitaram uma apreensão do campo a partir da minha própria experiência, servindo como fonte de aprendizado sobre esse contexto à medida que ia percebendo os deslocamentos e as reversibilidades pelos quais fui passando nos mapeamentos operados por esses olhares externos sobre mim. Identifico duas questões que talvez foram as mais profícuas de toda essa experiência. Primeiro, a grande preocupação em torno de uma mulher sozinha e jovem em uma praia turística indicava a tensão relativa à relação social considerada mais delicada no que se refere à preservação territorial: o casamento. Pude entender que, como veremos melhor no último capítulo, o casamento é o evento que mais causa

preocupação pela possibilidade de provocar conflitos territoriais internos com a inserção de uma nova pessoa na família. Tais disputas de pertencimento impeliram a Associação a diferenciar quem tem a permissão de morar na Vila e quem possui direitos territoriais, ou seja, direito a um lote de terra. Instigaram também uma definição muito específica em relação ao modo de morar que buscou excluir as dinâmicas de deslocamentos, que é o que marca os casamentos mistos entre pessoas moradores e pessoas não moradoras. Em segundo lugar, entendi a importância local da manutenção dos vínculos, tanto reiterados em uma dinâmica cotidiana quanto passíveis de serem refeitos, assim como as areias e os ventos.

Passo, agora, à uma apresentação sumária de alguns aspectos do campo empírico e à abordagem de algumas definições relativas à essa situação social.

## **1.2 Sobrevoando o campo empírico e abordando definições**

Quem manda na nação é a terra e a maré.  
(Seu Ezequiel, em entrevista, março de 2016)

O que Seu Ezequiel, neto de Estevão recentemente falecido, vocalizou nessa entrevista foi muito significativo para entender como os moradores percebem a si em relação aos agentes sociais de seu entorno e diante dos antagonismos sociais com os quais têm se deparado nas últimas décadas. Seu Ezequiel falava-me nessa ocasião da problemática fundiária, em suas palavras da “marcação de terra”. Mais especificamente, lembrava do dia em que teve que dizer a um antigo amigo de pesca, que tinha a intenção de construir uma casa no Estevão, que a “nação” não permitiria. Quando o perguntei o que significava essa denominação local ele respondeu que era o “pessoal do Estevão”, um agregado de pessoas de um tipo único cuja identificação dá-se pelo pertencimento a uma família, que está na quinta geração desde que chegou em Canoa Quebrada, em 1932. Essa ideia de origem comum é o que fundamenta que o etnônimo local e que a própria localidade onde estão territorializados receba o nome desse ancestral compartilhado.

Os 350 moradores distribuídos em 75 famílias (TAKAHASHI, 2016) ocupam uma área de em média duzentos hectares, considerados seu território tradicional, que converge para o perímetro de uma das duas Unidades de Conservação no local, a Área de Relevante Interesse Ecológico do Estevão (ARIE - Estevão), criada em 1998. As narrativas dos moradores sobre a ocupação do território rememoram o advento da

vinda do pescador e agricultor Estevão Pereira da Silva e sua esposa, Maria Valente da Silva, labirinteira e artesã, com mais treze filhos de uma praia próxima que fica a 20 quilômetros a leste de Canoa Quebrada, Fontainha. Essa praia era a terra natal de Maria Valente. Já Estevão era originário de uma comunidade rural também em Aracati chamada São Chico. Na Vila, nasceram mais quatro filhos do casal. Dos dezessete filhos de Estevão e Maria apenas cinco estão vivos: Dona Margarida, Dona Lourdes, Seu Cazuzza, Dona Conceição e Dona Júlia, todos com mais de 75 anos. Com exceção de Dona Júlia, que mora em Fortaleza, e de Dona Conceição, que mora no Centro, os outros residem na Vila.

Para definir a “nação”, Seu Ezequiel fez uma importante referência à agência do território sobre suas vidas, transparecida pelo verbo mandar, confirmando a grande centralidade que ele ocupa, em suas múltiplas instâncias (social, econômica, cultural, simbólica). Por isso é que, na passagem de um etnônimo para categorias de identificação com consonância administrativa, duas práticas territoriais relacionadas ao modo específico deles gerirem e conceberem o território foram selecionadas para propor uma mediação com o Estado: morar e pescar. Na Vila do Estevão, terra e maré são referências a um território classificado conforme a sensação corporal de um tipo específico de pescador, o jangadeiro. Jangadeiros são pescadores artesanais nordestinos que reivindicam a distinção diante de outras categorias de pescadores pela ideia de que utilizam a embarcação mais perigosa e instável, o que consequentemente lhes exige mais “coragem” e “inteligência”, como consideram os moradores. A estrutura da jangada, “rasa” (CASCUDO, 1957), faz com que os jangadeiros estejam encharcados durante todo o tempo da pescaria. Por isso que o mar é chamado na Vila conforme a afecção corporal do jangadeiro, o “molhado”, enquanto que o continente é nomeado em função da experiência corpórea oposta, o “seco”.

A pesca artesanal funciona, segundo Maldonado (1986) mediante a formação grupos de trabalho geralmente familiares, sendo os pescadores trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres das embarcações, com poder decisório em relação ao destino final do pescado, e um contato mais direto com o mercado, sendo parte dele geralmente destinado ao consumo familiar. A família, e a casa, portanto, entram na pesca artesanal tanto como

unidade de produção quanto como unidade de consumo, sendo os grupos de trabalho formados mediante a divisão das tarefas conforme idade, sexo e local de produção. Assim, tanto pessoas quanto os espaços são classificados em função de sua proximidade ou distância com a terra e, conseqüentemente, com o mar. Mulheres e crianças são pessoas de terra para quem o universo da pesca tem um tom proibitivo, mas que podem desempenhar atividades relacionadas à ela que sejam feitas em terra. Existem os pescados de terra e os de mais longe e o próprio mar é classificado pelo quão perto da costa está, sendo o “de dentro” aquele próximo ao continente e o “mar de fora” ou “o alto” aquele mais distante e também mais perigoso, mais misterioso e mais fértil.

Na Vila, os homens pescam preferencialmente entre parentes porque assim os grupos de trabalho tornam-se mais estáveis e os tratos relacionados à divisão do peixe e destino final do pescado são mais facilmente negociáveis, além da jangada geralmente ser um bem familiar, da casa, que vai sendo transmitida de pai para filho, que a desmancha e reforma para o novo pescador. Enquanto que as mulheres se ocupam de atividades consideradas de terra, geralmente relacionadas à casa. Tal divisão socioespacial das tarefas ampara a visão de mundo do “pessoal do Estevão”, mesmo que tenha havido uma vertiginosa queda da atividade pesqueira na Vila e que o turismo tenha trazido novas atividades desempenhadas em algumas épocas do ano. É o que Diegues (2004) chama de *maritimidade*, uma noção que foi criada com vistas a superar o determinismo geográfico e biológico que marcavam as interpretações das relações dos pescadores com o espaço marítimo, prioritariamente consideradas em sua dimensão natural e econômica (KNOX, 2007). Assim, o autor destaca as dimensões sociais e simbólicas da interação dos pescadores com esses espaços diferenciados, especialmente em função da centralidade que o território marítimo ocupa na condução do modo como eles enxergam-se no mundo a partir de sua atividade produtiva, que ultrapassa a pauta trabalhista porque orienta a construção das relações sociais, as classificações dos espaços e pessoas, sendo esse o particularismo da *gente do mar* (DIEGUES, 2004).

Essa dinâmica de trabalho, marcada pelo tempo da pesca, informada pelos constantes deslocamentos e ausências dos homens em terra, influenciou no modo de estabelecimento de relações entre quem fica no seco, as mulheres e crianças.

Existem fortes redes de solidariedades entre mulheres próximas para o cuidado com os meninos. Geralmente, a mãe escolhe a irmã como madrinha de um dos filhos e então, enquanto “comadres”, elas organizam a alimentação e a dormida das crianças. Quem está alimentando com mais frequência a criança, embora que ela vá dormir na casa de sua mãe biológica, constitui *relacionalidade* (CARSTEN, 2000) com ela e a criança sente-se mais vinculada a essa mulher e, por vezes, também a chama de mãe ou “mãe do coração”. Esse fato também foi encontrado entre os *tupinambá* de Olivença e tornou-se objeto de uma bela etnografia que teve por foco a importância da “memória do cuidado” na constituição de relação entre a criança e a mulher que a alimenta e as reversibilidades implicadas no processo de tornar-se mãe e deixar de ser mãe devido práticas de deslocamento locais (VIEGAS, 2003).

O interessante na situação social aqui abordada é que, embora, como Diegues ressaltou<sup>12</sup>, o território marítimo seja fundamental para os pescadores, ambas porções territoriais da Vila, a continental e a marítima, porque interdependentes, formam uma relação, que é o que ampara a percepção do que é o território dessa coletividade e seu modo de viver. Na Vila, o seco também é chamado de dentro e, então, deslocando-se da casa para o mar, de dentro para fora e de fora para dentro, os pescadores percorrem esse circuito que costura esses espaços inseparáveis. Enquanto os que ficaram dentro orientam seu dia pela observação do mar, que funciona como um relógio ao apontar as horas de partidas e chegadas das velas que vêm de fora, despontando ou sumindo no horizonte. Um atraso no desenho das jangadas no horizonte já preocupa os que ficaram em terra, que ficam angustiados imaginando o que pode ter acontecido. Projetam seus pensamentos para fora, articulando redes de ajuda em terra para socorrer os possíveis acidentados e recorrendo à São Pedro, santo dos pescadores, rezas para que os embarcados estejam à salvo. Jangadeiros acidentados no mar retiram forças da já sabida

---

<sup>12</sup> Esse esforço de diferenciação do autor, o que Maldonado acompanha, surge contextualizado pelo fato dos pescadores terem sido tratados como um tipo de sociedade camponesa, o que até pouco tempo resvalava em implicações institucionais a nível nacional, os impelindo a iniciarem a formação de um sub-campo de estudos próprios para as sociedades marítimas. Chamado no Brasil de Sócio-Antropologia das Sociedades Marítimas (ou da Pesca) foi criado a fim de dar visibilidade a esse importante grupo social e também para desenvolver reflexões próprias do ponto de vista teórico e metodológico para lidar com as especificidades da pesquisa junto aos grupos para os quais toda a sua vida é entendida em função do mar, de onde deriva sua localização no mundo e sua identidade.

preocupação da família e, lembrando dos filhos e de dentro, encontram forças para o retorno. Esse fato é registrado em muitas outras etnografias sobre populações pesqueiras brasileiras, que afirmam que seu território não é só o mar. Na defesa de um território em que o pescador pesca mas também mora, os pescadores nacionalmente articulados no Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) formularam um conceito para “territórios pesqueiros”. São eles:

(...) extensões, em superfícies de terra ou corpos d’água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico (MPP, 2012).

#### Sendo “comunidades tradicionais pesqueiras”

Grupos sociais, segundo critérios de auto-identificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados (*ibid*).

O conceito de terras tradicionalmente ocupadas de Almeida (2006) também é válido para definir a situação social aqui abordada. São aquelas formas de apropriação dos recursos baseadas no uso comum que orientam as populações no que se refere aos direitos territoriais entendidos como coletivos, o que, entretanto, não implica a destituição dos parâmetros da apropriação privada de bens “acatadas de modo consensual nas relações estabelecidas entre vários grupos familiares que constituem uma unidade social”. Esses parâmetros co-existem com aquela primeira forma de uso, sendo ambas praticadas a partir de “normas específicas” (ALMEIDA, 2006, p.). Tanto a casa quanto os espaços marcados no mar, onde os pescadores exercem a pesca e deixam, a depender da espécie pescada, como no caso da lagosta, seus instrumentos de trabalho, são considerados espaços privados, que não podem ser violados. Embora que no mar esse espaço privado seja usado durante o tempo que dura uma pescaria, que vai até o momento que o pescador retira as boias que delimitam esse espaço, que é chamado de “pesqueiro”.

Na Vila, pescadores, uma categoria de identificação mais antiga, começou a dividir lugar com moradores, que ganhou uma centralidade situada, tornando-se a classificação prioritária da qual fazem uso atualmente – identificação que nomeia a



principal instituição da Vila, a Associação de Moradores do Estevão de Canoa Quebrada (AMECQ), orientando sua ação política - especialmente por ser o argumento em defesa dos moradores que vêm constando desde então nos documentos dos atos administrativos relacionados à pauta fundiária. Não existe em nenhum documento oficial sobre a questão fundiária da Vila referência aos pescadores e, nesse sentido, é importante ressaltar que, como atenta Maldonado (ano), o mar é um meio inapropriável juridicamente, patrimônio da União, fundamental pelo interesse na defesa das fronteiras nacionais, mas também considerado um território “vazio” (DIEGUES, ARRUDA, 2001), sem dono, o que as etnografias sobre sociedades marítimas vêm a confrontar ao revelarem o espaço marítimo como território todo cartografado, classificado, diferenciado, simbolizado e apropriado de modos diferentes pelos pescadores que os vive.

A inclusão do espaço marítimo como parte do território pesqueiro, sujeito à titulação, desapropriação e demarcação, inclusive, é uma das pautas do MPP que entende que o mar como Patrimônio da União só vem favorecendo a expropriação privada de territórios públicos pelo setor industrial pesqueiro e aquífero, o hidronegócio (MPP, 2013), e sujeitando os pescadores à impossibilidade de reivindicação de um território fundamental à sua existência. Por isso mesmo que os pescadores enxergam que os parâmetros de desenvolvimento da artesanía pesqueira e a forma como utilizam os recursos marítimos não vêm a concorrer com a pauta estatal da conservação da biodiversidade marítima, porque, antes de tudo, são os maiores interessados na regulação da pesca, fundamentados pelo grande conhecimento que dispõem dos ciclos reprodutivos marítimos, assim como dos impactos da predação descontrolada, o que os qualifica para um adequado manejo “sustentável” afim à conservação da biodiversidade marinha e, portanto, aptos à receber títulos de propriedade marítima.

Alguns tímidos avanços já vêm acontecendo junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) desde 2010 no sentido de favorecer a proteção das comunidades tradicionais que têm como especificidade o uso de bens da União, a saber, as águas federais e as faixas de areia, por meio da concessão de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) que permitem a permanência dessas populações

haliêuticas<sup>13</sup> nesses domínios caso preservem o bem público, o que está disciplinado pela Portaria nº 89/2010. 102 Unidades de Conservação (UCs) Marinhas, relativas a 1,5% do território marinho nacional também foram criadas nos últimos anos pelos órgãos ambientais nas instâncias federal, estadual e municipal (BRASIL, 2017). No entanto, mesmo que tais UCs possam estar contribuindo com a defesa dos territórios das populações marítimas e que os TAUS sejam um importante avanço, tais povos resvalam-se com a ausência de um órgão específico que lide com as demandas territoriais continentais e marítimas dos pescadores, capaz de intermediar as relações entre órgãos responsáveis por cada uma dessas duas porções territoriais, que não raramente atuam sob perspectivas que não convergem (ALMEIDA, REZENDE, 2013), - evitando contradições jurídicas e administrativas a fim de centralizar e coordenar as deliberações sobre os territórios pesqueiros e efetivar políticas transversais de reconhecimento para essas populações. Permanecem, como na Vila, processos político-administrativos que desenrolam-se como pautas distintas, reguladas por legislações específicas e conduzidos unilateralmente, que vão sobrepondo-se.

Nesse sentido, a duplicidade da identificação em moradores e pescadores como categorias administrativas que os posiciona de diferente modo para suas reivindicações em porções territoriais específicas é efeito dessa fissão jurídico-administrativa que o MPP demanda que seja superada, mas para o “pessoal do Estevão” converge para uma pauta única. Pescadores não é a categoria mais efetiva, na Vila<sup>14</sup>, para efeitos de pleitos territoriais, estando mais relacionada às questões trabalhistas e ambiental. Em um momento é que pescador possibilitou, na Vila, a negociação com o Estado nacional no pleito por direitos territoriais, que foi na ocasião da chegada da política ambiental. Adentraram, de modo extensional (CUNHA, 2009), na categoria de “populações tradicionais”, uma categoria administrativa que tem duas definições conflitivas, a do Sistema Nacional da Unidades de Conservação (SNUC), onde originou-se, e a do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Populações Tradicionais (PNPCT) (ALMEIDA, REZENDE 2013). A categoria

---

<sup>13</sup> Das águas, sejam de várzeas e mangues, mares territoriais, alto-mar ou ilhas.

<sup>14</sup> Em outras situações, pescadores pode ser a categoria que ampare a população no pleito por direitos territoriais em terra. Apesar de considerar a formação da categoria pescadores no campo institucional, o que é importante é perceber a mediação dos agentes que possibilitam modos próprios de relacionamento com uma categoria para saber seus alcances e efetividade relacionada a motivos específicos e contextos de disputa.

focalizada na questão fundiária foi primeiramente morador, pescador surge inicialmente como uma categoria compulsória, criada com o surgimento da política de nacionalização da pesca que criou Colônias de Pescadores em todo o Estado nacional (RAMALHO, 2014), obrigando pescadores agregarem-se nelas sob pena de proibição da pesca ou encarceramento (DANTAS, 2002). Foi somente depois, já na década de 1960, que essa categoria foi ressemantizada como categoria de identificação defendida em Canoa Quebrada, quando os jangadeiros cearenses começaram a fazer “viagens de luta” (CARUSO, 2004) para suas reivindicações políticas, de fundo trabalhista e ambiental e algumas conquistas foram efetivadas. Mas, ela continuou relativa a essas duas pautas até o ano de 1998, quando outra ressemantização levou os pescadores à condição de agentes conservacionistas da biodiversidade aptos ao pleito fundiário em terra e adentrando a esfera pública municipal com a criação de UCs municipais.

Os moradores identificam-se, ainda, como um segmento dentre populações que vêm se nomeando no estado como povos do mar: ocupam tradicionalmente territórios litorâneos expropriados para fins econômicos, com destaque às atividades turísticas, à criação de camarão em cativeiro (carcinicultura), à energia eólica e à pesca industrial, e se encontram em revide às situações de injustiça e desrespeito vividas por meio, principalmente, da elaboração de demandas de salvaguarda territorial e da sua construção como agentes sociais objetivados. Os Povos do Mar têm questionado as invisibilizações operadas na construção da história do Ceará a partir de algumas teses como a ausência da presença negra no estado, o desaparecimento de coletividades indígenas e que a zona costeira é “terra de ninguém”. Uma tendência observada dentre os povos do mar é que a identificação a partir de uma região geográfica contextualizada por particularidades político-econômicas e modos de viver seja acompanhada de uma identificação étnica, como estratégia para sobrepor marcos-jurídicos de salvaguarda territorial. Assim, têm emergido quilombolas de praia, indígenas da beira-do-mar e ciganos litorâneos. Interpretam-se como destinatários dos direitos territoriais previstos na Constituição de 1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ao mesmo tempo em que consideram-se menos favorecidos pela inexistência de uma referência constitucional direta às comunidades tradicionais litorâneas, o que

frequentemente os têm impelido a agregar em seus modos de reivindicar territórios a pauta ambiental cruzada com a questão étnica.

Como argumento para explicar ao amigo da decisão supracitada no início da sessão – de não serem permitidas mais construções de casas na Vila por pessoas de fora -, Seu Ezequiel tentou demonstrar que a “reunião”<sup>15</sup> vinha cumprindo um papel fundamental ao afirmar que apenas quem poderia mandar no pessoal do Estevão eram dois elementos que não só funcionam de receptáculo físico do qual depende a manutenção das condições ambientais e materiais do grupo, mas que são instâncias de formação social e moral dos seus membros e, por isso, seus fatores de identificação. Ao falar em quem manda, Seu Ezequiel não falava apenas dos deslocamentos provocados pelo impetuoso avanço do mar ou das areias que os impele a procurar constantemente novos lugares de moradia. Falava, implicitamente, das tentativas de desalojamento pelas quais tinham passado. Falava, também, do enfrentamento que fazem há três décadas em defesa do território, por meio do qual galgam novas posições dentro das relações de poder em que afirmam não estarem subordinados a “donos” que almejam exercer mando sobre eles.

É por isso que em vez de seco<sup>16</sup> Seu Ezequiel falou em “terra”. Justamente porque essa categoria representa a passagem para o momento em que o território que comporta tamanho significado para sua família passou a adquirir, para os outros – grileiros e Estado - uma consonância apenas fundiária. Essa experiência adentrou definitivamente a forma como eles se remetem ao seu território e, conseqüentemente, a forma como enxergam a si. Para ele e sua família, portanto, falar de terra é falar de um seco marcado pelos conflitos territoriais, que ganhou novos significados, mas que contém os sentidos sobre as relações, as práticas e as memórias espacialmente localizadas em um território vivido.

Esse modo de vida, pesqueiro e tradicional, ganhou maior visibilidade no começo da década de 1980, quando uma reestruturação social, econômica, política e fundiária começou a acontecer no estado. Apesar de desvelar antigas situações de

---

<sup>15</sup> Para se referir ao surgimento da AMECQ, em vez de chamá-la pela redução da sua sigla – AME - o que é de praxe ali, ele se remeteu a uma das principais estratégias de organização política que compõem o seu modo de fazer a luta, surgida quando eclodiram os conflitos territoriais em Canoa Quebrada: reunir-se.

<sup>16</sup> Passarei a retirar as aspas dos termos nativos já explicados até agora com a finalidade de deixar a escrita mais fluida.

desigualdades construídas desde o tempo colonial refletidas no modelo de ocupação fundiária local, tal mudança foi responsável pela quebra de relativa autonomia que as populações litorâneas gozavam. O modelo de ocupação fundiária do projeto colonialista, por mais desigual que fosse, permitia que as populações litorâneas e seus territórios permanecessem invisibilizados – e por isso, protegidos - até a inserção de novos agentes interessados em terras litorâneas para efetivação de empreendimentos econômicos, com destaque aos turísticos.

Essa reestruturação foi o que abriu caminho para a constituição de Canoa Quebrada como segundo produto turístico mais importante do estado do Ceará, um projeto político consolidado na década de 1990, mas que já dava seus sinais na década de 1980, no governo de Luiz Gonzaga Mota (1983-1987), filiado, na época da sua eleição, ao Partido Democrático Social (PDS). O Ceará estava saindo de mais de uma década sob governo dos coronéis apoiados pela ditadura militar, o chamado “Ciclo dos Coronéis” (FARIAS, 2012), em que três oligarquias cearenses pactuavam para que pudessem centralizar o poder no estado a fim de conservar a ordem socioeconômica e evitar a divisão com outros setores políticos que pudessem interferir nas esferas de decisão do governo. Esse pacto chamou-se o “Acordo dos Coronéis”. Nesse período, houve grande incentivo à industrialização cearense e investimento em obras de infraestrutura, especialmente a partir de Projetos Estruturantes que tinham a finalidade de intensificar a transição de um modelo socioeconômico agrário eminentemente ligado ao sertão para um modelo urbano economicamente orientado para a indústria e comércio. Nesse sentido, a concessão de incentivos à burguesia local do ramo industrial fortalecia política e economicamente uma classe empresarial emergente no estado por meio de fomentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ainda oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), ao passo que a economia cearense ascendia.

O poder político dos coronéis, das antigas elites sertanejas, começou a decair simetricamente à decadência da ditadura militar brasileira, de que dependia diretamente, em detrimento da ascensão dos empresários instigada pela própria política de industrialização dos coronéis. Com o restabelecimento do pluripartidarismo no Brasil, a Arena, que virou o Partido Democrático Social (PDS), aglutinou inicialmente os coronéis, que posteriormente dividiram-se em três partidos: o coronel

Virgílio Távora ficou com a sigla do PDS, o coronel Adauto Bezerra com o Partido Frente Liberal (PFL) e o coronel César Cals com o Partido Social-Democrático (PSD).

Sem força política para lidarem individualmente com o pleito eleitoral estadual, os três coronéis resolveram dar uma sobrevida ao pacto anterior mesmo na democracia liberal para lançar o primeiro governador do estado eleito desde o golpe de 1964, Luiz Gonzaga Mota. Um professor de economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), técnico do BNB, que havia sido secretário de planejamento do governo de Virgílio Távora quando elaborou o Plano de Metas Governamentais, ou seja, um quadro técnico, aparentemente neutro e ainda um candidato do consenso. Demonstrando não ser “um carimbador de mensagens”, Gonzaga Mota, entretanto, rompeu posteriormente com os coronéis filiando-se primeiro ao PFL, depois ficando sem partido e posteriormente ao PMDB, exonerando os correligionários dos coronéis da máquina pública e encarnando em seu governo uma transição entre a velha oligarquia cearense e a nova, dos posteriores governos “das mudanças”, a saber, da classe empresarial.

Durante o governo de Gonzaga Mota, o estado estava arruinado: de 1979 a 1984 havia tido uma das maiores secas do Ceará, inflando a capital de migrantes rurais, e em 1985 uma enorme enchente, que isolou áreas inteiras durante meses, o que praticamente arruinou a economia agropecuária e colocou o Ceará em um estado de calamidade. Definiu como metas de seu governo combate aos sinais típicos de pobreza absoluta, dizendo que priorizaria a melhoria dos serviços sociais básicos de saúde, educação, cultura, nutrição e habitação voltados para a população de baixa renda. Nesse sentido, articulava os governadores nordestinos para que o governo federal fizesse um pacto nacional para definir uma política para desenvolvimento do nordeste, uma das regiões mais pobres do país, afetada pelas secas, enchentes e pobreza, não somente para que o nordeste pudesse acompanhar o restante do país em termos econômicos, mas para que, dada a concentração de renda e fundiária e a baixa geração de empregos na região, essa pauta viesse acompanhada da de “equidade social”, o que acabou sendo o carro-chefe de seu mandato. Então, a identidade cearense estava muito relacionada à ideia de secas periódicas, solos ruins para plantação, migração rural, miséria e fome (DANTAS, 2002) para que, junto ao governo federal fosse disputada a compatibilização da distribuição de recursos federais que eram destinados em sua maioria para o centro-sul.

No entanto, apesar de ter sido depois, com o projeto político dos empresários no poder, amparados por uma retórica sobre a “mudança” e o discurso do “novo”, que o estado consolidou sua “vocação” turística, os conflitos fundiários em Canoa Quebrada começaram a popocar nesse contexto em que acontecia a decadência das oligarquias sertanejas com a crise das tradicionais atividades coloniais do binômio pecuária-agricultura, e da sua perda de poder político pela descentralização da hegemonia do sertão em detrimento da valorização das zonas litorâneas. O sucesso desse novo lastro econômico se deu pela expansão feita pelas oligarquias aracatienses para o litoral. No começo da década de 1980, os conflitos territoriais no litoral representavam justamente na transição entre esses dois modelos e manifestavam o primeiro passo para a consolidação da indústria turística, a saber, a reivindicação das terras habitadas tradicionalmente por populações locais (RODRIGUES, 2010c)<sup>17</sup>. Em Aracati, a proximidade entre as terras consideradas agriculturáveis ou produtivas com aquelas das zonas de praia consideradas estéreis para plantação facilitou uma técnica de grilagem comumente utilizada pelos latifundiários quando as zonas de praia começaram a ser valorizadas pelo turismo (MENDES, LIMA, CORIOLANO, 2004): bastava alongá-las desde sua origem até as faixas litorâneas – indocumentadas, porém que deveriam ser Patrimônio da União pela proximidade com o mar -, o que seria facilmente registrado pelos donos dos cartórios municipais particularmente interessados em tal transação – muitas vezes os donos dos cartórios eram de suas próprias famílias (FIGUEIREDO, 1979). As escrituras públicas de Aracati até o fim da década de 1970 só alcançavam o limite das dunas, não havendo registros, conforme constataram seus moradores (*ibid.*), da posse de nenhum proprietário na zona de praia. Depois da expansão, essas terras foram herdadas e depois vendidas especialmente para empresas imobiliárias interessadas na construção de equipamentos turísticos.

Não é à toa que, nesse contexto, o primeiro reconhecimento público favorável aos “moradores” da Vila do Estevão tenha sido feito por meio de um decreto do

---

<sup>17</sup> Rodrigues chama de indústria turística as práticas do ramo turístico que tem como características principais: (i) a reivindicação das terras habitadas tradicionalmente por populações locais para construção de grandes empreendimentos, criando longos conflitos entre os moradores e grupos de empresários; (ii) a degradação do meio-ambiente, muitas vezes resultando em grandes construções em áreas protegidas por lei ; (iii) uma complexa rede de articulação institucional na qual, além dos empreendimentos privados, se observa o papel fundamental do Estado no fomento de políticas públicas que promovem o turismo como importante força econômica.

governador Gonzaga Mota em 1986, que desapropriou o empresário Pedro Andrade, dono de uma imobiliária que projetava um imenso *resort* “ecológico” chamado Baía de São Pedro que seria construído em cima das casas da Vila (cf. Anexo A). Para além da grande força dos moradores na luta pela terra, capazes de agregar mediadores políticos implicados com a reabertura democrática e questões de natureza social e ambiental, nessa desapropriação o Governo do Estado do Ceará colocou-se não somente como revisor e corretor de injustiças sociais. Posicionou-se também como mais um agente interessado em reverter terras como seu patrimônio, com a finalidade de lançar-se como proprietário de um dos solos que passaram a ser dos mais caros do Ceará, tornando-se administrador do enxame de interesses que convergiam sob o território da Vila, parte do qual passou a ser de sua competência.

Há algum tempo, desde da década de 1920, que o Ceará vinha litoralizando-se (DANTAS, 2006): as zonas de praia da capital começaram a ser valorizadas com o objetivo de consolidar novos parâmetros de desenvolvimento. Com isso, as cidades começaram a incorporar territórios praiheiros, investindo na construção de um novo imaginário relacionado ao mar consolidado posteriormente com a atividade turística. É assim que a cidade de Fortaleza, matriz da guinada cearense à praia, no processo de construção enquanto “Cidade do Sol”, superou a alcunha de “Capital do Sertão”. Desse modo, voltou-se para o território dos pescadores e zonas portuárias, antes periféricas, consolidando sua hegemonia diante de outras cidades cearenses sertanejas que vão se enfraquecendo em detrimento da importância da movimentação do porto de Fortaleza, do controle das taxas alfandegárias e dos negócios com a Europa e, ainda, da construção de uma linha férrea que viabilizava que a cidade, que não era uma zona produtora importante, comercializasse mercadorias transportadas do interior.

O estado do Ceará começou, por um processo de apropriação dos seus quinhentos e setenta e três quilômetros de litoral (IPECE, 2016) antes valorizados apenas do ponto de vista administrativo em função de sua localização privilegiada durante o momento inicial de penetração colonial no território cearense (DANTAS, 2002), por abrigar alguns portos que, entretanto, sempre estavam sob controle das principais cidades cearenses (Aracati e Sobral) e pelo interesse econômico na pesca, a reivindicar uma relação com os espaços marítimos. Foi o que corroborou com a construção de uma identidade cearense além de sertaneja também praieira, em



gradativa superação de um imaginário que relacionava o estado às ideias de seca, fome e pobreza (*idem*), para investir através da mídia na imagem do “progresso cearense”, que virou tanto tema de novela como tema de escola de samba<sup>18</sup>.

Uma das cidades mais abaladas nesse contexto foi justamente Aracati. Aracati localiza-se na foz do Rio Jaguaribe, um rio que nasce no Sertão dos Inhamuns e atravessa uma área que corresponde metade do estado (GIRÃO, 1986), tendo sido de grande importância política, econômica e administrativa para o avanço do projeto colonialista por comunicar sertão, litoral e exterior. A cidade, hoje com uma população estimada em 73.629 habitantes (IBGE, 2010) compreende, além da sede, distritos localizados na zona rural e mais zonas de praias, em uma área de 1.228,058 km<sup>2</sup> (IPECE, 2016) de clima prioritariamente semi-árido coberta pelo complexo vegetacional da zona litorânea e a floresta mista dicotillo-palmacea, a caatinga, inscritos na Planície Litorânea, nos Tabuleiros Pré-Litorâneos e na Chapada do Apodi. Está situada na macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe e na microrregião Litoral de Aracati, uma área alimentada por zonas de mangue no entorno do rio, por inúmeros córregos que recortam a extensão do território e por campos dunares que encontram-se com formações rochosas, as falésias, no contato com o mar.

Aracati esteve historicamente ligada às atividades pecuárias e portuárias na segunda metade do século XVIII, com a presença significativa de grandes propriedades para o charqueamento da carne de gado, época em atingiu o posto de cidade mais importante do estado, até a chamada seca dos três setes (1777) que dizimou quase toda população bovina. Tal ciclo econômico foi sucedido por outro ligado ao cultivo do algodão, praticamente repetindo a estrutura fundiária galgada nas charqueadas e mantendo a importância político-econômica da cidade por alavancar o principal projeto cearense da época: aproveitar a crise algodoeira norte-americana durante a Guerra da Independência para consolidar o Brasil no mercado internacional, exportando especialmente para a Inglaterra para abastecer as fábricas têxteis. Pouco

---

<sup>18</sup> Segundo FARIAS (2012): “O Ceará transformou-se um dos estados que mais investiam em propaganda no Brasil. (...) Parecia que o Ceará era uma ‘ilha da fantasia’, um paraíso de modernidade e prosperidade. Para divulgar o estado (e, lógico, seu nome!) Ciro [Gomes] chegou a apoiar financeiramente a novela da Rede Globo ‘Tropicaliente’ (1994), cuja ação decorria no Ceará e exibia toda a infraestrutura turística e industrial. O mesmo ocorreu (na gestão de Tasso II) patrocinando a escola de samba Imperatriz Leopoldinense, campeã do carnaval do Rio de Janeiro de 1995 com o enredo ‘Mais Vale um Jegue que me Carregue que um Camelo que me Derrube... Lá no Ceará.’” (p.436)

depois, as criações de gado foram recuperadas e um binômio gado-algodão funcionou tão sincronizadamente que possibilitou a emancipação do Ceará de Pernambuco.

A decadência da cotonicultura na segunda metade do século XIX (GIRÃO, 1947) findou uma época de estabilidade econômica e hegemonia política em Aracati. Se, por um lado, o comércio bastante desenvolvido por causa do importante porto que a cidade possuía, criou as condições para que o setor de serviços se tornasse a atividade econômica de maior relevância atualmente (IPECE, 2016), compensando a lacuna que o declínio agropecuário abriu, por outro, a tentativa de inventar novos lastros econômicos deu-se pelo duplo movimento de renovação da agricultura através da inserção de outros gêneros agrícolas, com destaque ao plantio do caju para extração da castanha e da carnaúba para extração da cera, e do incentivo ao desenvolvimento de outras indústrias: a carnicultura, a eólica, a turística e a pesqueira. Em Aracati, foram lançados dois produtos turísticos: na sede municipal, o conjunto arquitetônico e paisagístico setecentista tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Paisagístico Nacional (IPHAN), ou seja, a “história”; e nos distritos litorâneos, as praias, das quais Canoa Quebrada sobressaiu-se.

Ainda que a plantação de cana-de-açúcar não tenha sido a atividade econômica prioritária no Ceará colonial, ao contrário do que ocorreu em outras localidades nordestinas localizadas na Zona da Mata que tinham inversamente a pecuária como atividade secundária e complementar (FARIAS, 2012), Aracati teve engenhos que ficavam ou próximos ao Rio Jaguaribe (PINTO *et al*, 2014), ou ainda que localizavam-se beirando os vários córregos ligados a ele (BARRETTO, SANTOS, CHIESA, 2013), somando-se às grandes propriedades das charqueadas/cotonicultura para consolidar um padrão de ocupação fundiária baseado na concentração de terras consideradas produtivas, as agriculturáveis, em sua maioria razoavelmente distantes da faixa litorânea pela pouca capacidade produtiva do solo arenoso. A margem direita do rio, no entanto, muito próxima ao mar, é intermediada por uma zona manguezal, o que a torna bastante fértil. Ali, uma zona propícia para a plantação de cana-de-açúcar foi ocupada por nove engenhos de cana-de-açúcar (PINTO *et al*, 2014) – ao longo de uma estrada chamada Canavieira - para a produção de um produto apreciado em todo estado, a cachaça.

Ainda na década de 1990, a carcinicultura – criação de camarão em cativeiro – começou a ser implementada nas áreas de manguezais do entorno do Rio Jaguaribe. Por ter sido praticada extensivamente e ter impactado gravemente os ecossistemas manguezais (EMBRAPA, 2004; IBAMA, 2005), a indústria do camarão passa atualmente por um período de crise, que tenta ser superado pela sua inserção na lógica do agronegócio (TUPINAMBÁ, 2002), apoiada no financiamento das instituições públicas como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em Aracati, das cento e trinta fazendas de camarão apenas uma é certificada (MEIRELES, 2011), totalizando quase três mil hectares de piscinas construídas, comportando o maior número de fazendas de camarão do estado e a maior área ocupada para tal atividade (IBAMA, 2005). A presença dessa indústria em zonas costeiras reflete a fragilidade da legislação que facilita a apropriação dos terrenos da Marinha, os investimentos públicos na atividade (TUPINAMBÁ, 2002) e ainda o declínio dos estoques pesqueiros no oceano.

Junto à carcinicultura, a industrialização da pesca surge como uma modalidade mais rentável de captura do pescado, ocupando uma importância mister dentre as atividades econômicas do estado, que é o percussor da comercialização da lagosta no país e seu principal produtor. Esse contexto possibilitou que o território marítimo, além do continental e manguezal, também se tornasse objeto de disputa e fonte de conflitos, tanto entre pescadores artesanais e a indústria da pesca como entre os próprios pescadores co-residentes que trabalham nos dois regimes e desentendem-se nos seus locais de moradia. Com o ciclo econômico da lagosta inaugurado no fim da década de 1950 no litoral cearense, o Estado criou uma série de normas para disciplinar a captura da espécie e garantir sua reprodução, instituindo o período de defeso, tamanho mínimo do espécime e permitindo apenas as técnicas artesanais como legais. Enquanto um pescador artesanal, fazendo uso de armadilhas, captura em média 12 quilos de lagosta por dia, pescadores ilegais à serviço da indústria lagosteira, fazendo uso de equipamento proibidos como redes e arriscando-se no uso de compressores, capturam 250 quilos (RBJA, 2010). Um produto extremamente apreciado e bem cotado no mercado internacional, no entanto, demonstra um elevado grau de esgotamento no litoral cearense, o que tem acirrado ainda mais a chamada “Guerra da lagosta”.

Podemos destacar ainda, nesse breve quadro econômico local, a importância da indústria eólica que surge nos anos 2000 e dá um novo significado ao nome Aracati – do *tupi*, bons ventos - fruto da criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia. Dos seis parques eólicos no município quatro estão dentro de Unidade de Conservação (UC) (SILVA, 2012), a APA-CQ. Um parecer técnico solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF) revelou, a partir do levantamento dos impactos socioambientais especialmente relacionados aos campos dunares e mudança nas dinâmicas aquíferas (MEIRELES, 2008), a fragilidade do próprio processo de licenciamento. Em 2008, Aracati iniciou as obras do Complexo Eólico Aracati, formado por cinco centrais de geração eólicas, atualmente em processo de construção, que corresponde a uma área de mais de 1.224 hectares entre a zona rural e a zona litorânea e de manguezais da cidade, inclusive nos territórios de populações tradicionais, a exemplo da previsão de construção de duas centrais localizadas no território quilombola do Córrego de Ubaranas (SHUTTE, 2014), motivo de intensos conflitos (BARRETTO, SANTOS, CHIESA, 2013).

Canoa Quebrada tornou-se desde então um importante recurso para a invenção de uma *maritimidade*<sup>19</sup> (DANTAS, 2002) aracatiense e emergiu no cenário turístico estadual, ao lado da praia de Jericoacoara localizada na costa oeste do estado, como seu carro-chefe desde a década de 1990, quando passou a ser objeto de políticas públicas para o turismo a nível estadual – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará (PRODETURIS) - e nacional – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), sendo o destino turístico de maior expoente da Costa do Sol Nascente, um roteiro consolidado pela Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR-CE) formado por 300 quilômetros de praias, passando por sete municípios desde Fortaleza até a fronteira com o Rio Grande do Norte.

---

<sup>19</sup> Para Dantas (2002), a noção de maritimidade no Ceará permite dar conta do processo de constituição das relações da sociedade local com o mar a partir da adoção de estratégias de organização dos espaços semiáridos nordestinos que acompanharam o surgimento do fenômeno de valorização dos espaços litorâneos cearenses e da mutação turística contemporânea. A noção, desenvolvida originalmente por Diegues (2004), foi criada com vistas a superar o determinismo geográfico e biológico que marcavam as interpretações das relações dos pescadores com o espaço marítimo, prioritariamente consideradas em sua dimensão natural e econômica (KNOX, 2007). Assim, o autor destaca as dimensões sociais e simbólicas da interação dos pescadores com esses espaços diferenciados. Dantas (2002) a utiliza para pensar na amplitude dos atores envolvidos na criação de uma aparente e natural relação dos cearenses com o espaço marítimo, identificando várias fases dessa relação, marcadas por quadros simbólicos específicos, contextos socioeconômicos e incentivos públicos e privados.

A Vila do Estevão começou a ser referida – especialmente nas representações turísticas sobre o lugar - como originário de toda Canoa Quebrada, onde ainda seria possível vê-la em um estado primário, puro, referente ao “antigamente”, principalmente pela manutenção de características espaciais não mais vistas no restante da praia, como ruas de areia, casas térreas mais amplas, com a presença de elementos naturais como palhas e paus de carnaúba, com alpendres e áreas onde é possível cultivar algum jardim ou pequeno roçado e, ainda, estender roupas, criar animais e trabalhar na construção de embarcações, o que é praticamente inexistente no modelo de ocupação que foi sendo consolidado no Centro, marcado por pequenos lotes, ocupações geminadas e alto adensamento populacional que orbitam em torno da *Broadway*. A fiação elétrica é enterrada na Vila e quase não existem postes para iluminação pública, o que faz com que a noite inspire uma sensação de inatividade, especialmente pelo silêncio e escuro, que se contrasta muito com a *Broadway* e seu entorno, conhecida especialmente pela movimentação noturna dos bares, boates e restaurantes.

No Brasil, a atividade turística é o maior vetor de desenvolvimento econômico (7,6% do PIB) atual, responsável por qualificar o litoral em uma atração de fluxos internacionais. A zona costeira nordestina, com paisagens com componentes geomorfológicos próprios como dunas e falésias devido à ação marítima, com um clima quente e seco favorável ao turismo de sol e mar, com baixo índice pluviométrico é particularizada culturalmente como espaço de lazer e turismo através da indústria turística, que conta com incentivo público e de agentes empreendedores. No Ceará, tal indústria é responsável por 11,6% do PIB e fez com que 3.343.815 pessoas desembarcassem no aeroporto de Fortaleza no ano de 2016, vindas principalmente de São Paulo, dentre os lugares emissores nacionais, e da Itália dentre os internacionais (CEARÁ, 2017). Canoa Quebrada, por sua vez, movimenta uma média de 314.564 turistas todo ano (*ibid.*), que têm uma média de seis dias de hospedagem na praia.

O discurso turístico vocalizado sobre Canoa Quebrada desde 1990 tornou a população da Vila em recurso para compor e valorizar o principal produto que motivava os turistas em seu deslocamento para a praia: a paisagem de verdadeira beleza cênica. A “simplicidade” dos pescadores originários do lugar harmonizaria

perfeitamente com o cenário. A “hospitalidade” é apontada como uma marca distintiva da população. A ideia de um nativo primitivo como contraponto estratégico em um mundo contemporâneo funciona como um diferencial no atrativo turístico que está sendo vendido, mesmo que não haja um turismo propriamente étnico, no sentido que Grunewald (2003)<sup>20</sup> dá à expressão: aquele que tem na fronteira étnica o próprio produto turístico. Entretanto, é importante pontuar, toda atividade turística acontece em contextos interétnicos (*ibid.*) – trata-se da maior indústria global - e, pelas relações de poder que engendram, é favorável à etnicização de populações “receptoras”. Essa etnicização acontece não somente no sentido de torná-las os principais produtos que visam a interação com a atividade turística, mas também como modo de possibilitar a contraposição à mercantilização dos territórios litorâneos promovidas pelo turismo. Nesse sentido, a etnicidade pode tornar-se o lugar a partir de onde falam populações contra o turismo. Entretanto, na Vila, essa vocalização acabou cumprindo uma função importante à indústria turística a partir do momento em que os moradores estão produzindo *modo continuum* a diferença e preservando o território, ou seja, ajudando a manter os dois produtos turísticos mais quistos ali. Desse modo, seja na paisagem ou na fronteira étnica, a diferença acaba sendo a mercadoria maior do turismo, o que faz com que essa indústria tenha uma dupla vinculação com a temática da etnicidade: além da mercantilização da diferença, os contextos interétnicos globalizados que lhe são próprios (GRUNEWALD, 2003).

Esse rápido panorama pontua um contexto que provocou o surgimento de graves conflitos ambientais e fundiários na região, mote das lutas e revides dos povos tradicionais aracatienses, em sua maioria autoafirmados como pescadores, marisqueiras, jangadeiros e outros e ainda agricultores e quilombolas, que confrontam o tão recente interesse pelas zonas litorâneas que data de, em média, cinco décadas com os séculos de sua ocupação territorial. Portanto, moradores surge para defender seu território tradicional, expropriado em sua completude, reivindicável parcialmente, agregando uma coletividade que emerge identitariamente pela evocação de uma

---

<sup>20</sup> Aquele que tem na autenticidade do exótico, na possibilidade de encontrar um nativo intocado e na fronteira étnica o próprio produto turístico. É característico desse turismo um processo de renovação identitária de grupos organizados em linhas étnicas com vistas a se lançarem como produto turístico diferenciado em um mercado internacional disputado. Se reposicionam, assim, objetivando uma interação com o turismo interessado em consumir sua “cultura” e “tradições”. Assim, os itens de cultura podem ser ressignificados como mercadorias, além de servirem de armamento retórico, isto é, como forma de expressão simbólica com um propósito ou um valor de troca num sistema maior. (GRUNEWALD, 2003)

prática territorial fundamental e um direito básico, a moradia, como modo de se contrapor à indústria turística e diferenciar-se dos grupos sociais do seu entorno, especialmente durante conflitos territoriais. Essa reação dos moradores ganhou o nome de A Luta pela Terra: um revide à situação em que identificam passar de uma condição de liberdade, representada pela pesca e a vida familiar em seu entorno, para sentirem-se cativos em sua própria casa e em seu próprio território. No processo de construção como sujeitos políticos, a luta recoloca os moradores, objeto dos discursos e intervenção estrangeiras, como coletivo com características singulares narrador da própria história. Posicionam-se assim face à especificidade da maior indústria global, a turística, como atividade econômica de mercado internacionalizado (ALMEIDA, 2006) que sobrevive do lançamento cada vez mais diversificado de produtos, provocando conflitos de base fundiária ao trazer a especulação para a ordem do dia e exotizando populações “receptoras”, a saber, os chamados “nativos”, com a finalidade de criar um contraponto interessante na retórica global.

Mas, por que a moradia seria um elemento diferenciador que os posicionaria em uma disputa material e simbólica não somente contra os investidores da indústria turística, mas também em contraste com coletividades co-residentes repartidas ou agregadas por um ato especulativo arbitrário? É o que o próximo capítulo responde.

## 2 A LUTA

A terra é um bem sagrado cuja principal função é socioambiental, isto quer dizer que deve ser utilizada principalmente para morar e cuidar do meio ambiente, desenvolvendo a organização comunitária e a preservação ambiental da comunidade do Estevão. (Folheto da AMECQ, 2012)

Este capítulo trata do processo de formação da Vila do Estevão como comunidade exclusiva, como um fio particular que conforma uma trajetória histórica única produzida por diversas lutas. Resultado de sucessivas categorias e recursos mobilizados, agentes mediadores implicados, redes de articulação política e modos de lembrar e significar suas experiências, o projeto coletivo vocalizado na epígrafe dessa parte do texto será meu foco. A intenção é entender como cada ideia dessas foi produzida, considerando a sobreposição de três contextos que se articulam de modo próprio em Canoa Quebrada, a saber, *(i)* emergências identitárias induzidas pelo envolvimento específico com sistemas globais e fluxos transnacionais a partir do turismo, considerando que o étnico, nesse sentido, é tomado tanto como mercadoria turística de qualidade diferenciada quanto como lugar a partir de onde falam de si coletividades mercantilizadas para divertimento e lazer *(ii)* o contexto de ascensão do multiculturalismo, quando o Estado brasileiro aparentemente se abre à pluralidade de sua formação social, cultural e étnica a partir de políticas de reconhecimento, em especial, aquelas efetivadas pela política de reforma agrária e *(iii)* a emergência de uma enorme preocupação global com o meio ambiente que instiga a formação da política ambiental brasileira, que converte compulsoriamente territórios tradicionais em áreas de proteção ambiental por um lado, e, por outro, possibilita que populações utilizem dessa estratégia como via de salvaguardá-los, ocasionando um rebote discursivo ao identificarem-se como agentes de conservação da biodiversidade. Essas sobreposições guardam paradoxos que eclodiram de diversas maneiras na Vila do Estevão durante os 32 anos de luta pela terra.

Divido, para tal fim, o capítulo em três partes, que serão conduzidas pelo mote da questão fundiária. Serão “Terra para morar”, “Preservar para Permanecer” e, por fim, “A ‘prova de fogo’”. Focalizarei em cada sessão três processos administrativos relativos à questão fundiária, a saber, respectivamente: uma regularização fundiária nos anos 1980, a chegada das UCs na década de 1990 e, por fim, uma titulação, nos anos 2000.



## 2.1 TERRA PARA MORAR

O objetivo dessa sessão é tratar do surgimento da categoria morador, categoria que inseriu a Vila do Estevão na esfera pública estadual e serviu à justificativa discursiva do Governo do Estado para que a área de moradia da Vila fosse desapropriada por utilidade pública (cf. Anexo A) como resultado final de um litígio que envolvia o empresário Pedro Andrade. Como dito, o empresário, dono da Machado Correia Empreendimentos Imobiliários Ltda, o chamado “dono da terra”, pretendia construir um *resort* “ecológico” chamado Baía de São Pedro em cima da área de moradia da Vila no ano de 1985, objetivo que pretendia atingir pedindo judicialmente a reintegração de posse devido à invasão de terras particulares.

Essa categoria foi construída pela mediação de vários agentes sociais envolvidos, cada um com interesses localizados na sua construção, que possibilitaram que uma situação de injustiça que a nomeação dos residentes da Vila em réus no processo judicial e ainda invasores, segundo Pedro Andrade, fosse identificada e a imagem pública dos moradores fosse convertida, transformados em sujeitos políticos reconhecidos pelo Estado para legitimamente ocuparem sua área de moradia.

Esse primeiro reconhecimento público, que deu-se ano de 1986, é representativo do contexto político que o Brasil atravessava: localizou-se entre a reabertura democrática após o longo período de ditadura militar e antes da promulgação da Constituição de 1988, um marco democrático brasileiro muito significativo para vários segmentos sociais contemplados por políticas de reconhecimento que legislam sobre direitos sociais diferenciados. Pressionados internacionalmente, os estados nacionais, de passado colonial ou não, estavam sendo impelidos à revisão das supressões da diferença operadas na construção das nações, e, assim, a corrigi-las por meio de ações a favor de grupos minoritários (ARRUTI, 2013). 1986 estava também seis anos antes da Eco-92, quando o Brasil assinou a Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas, no contexto de emergência de uma enorme preocupação global com o meio ambiente, quando foi instigada a constituição de uma nova política ambiental nacional afinada às metas ambientais internacionais.

A sobreposição de ambos os contextos é identificada como marco que provocou o surgimento de demandas sociais antes inviabilizadas, a partir da eclosão de grupos e coletivos que passaram a reivindicar serem reconhecidos em suas singularidades, fossem eles recortados por características étnicas ou por modos de produzir e gerir o ambiente (*ibid.*). Tais reivindicações foram prioritariamente relacionadas à necessidade de restituição de territórios expropriados, trazendo como finalidade mais imediata do agenciamento da diferença o pleito por terras, que revelou o abrupto processo de construção nacional sob contínuos saques à diversas coletividades. Situações tão invisibilizadas quanto recorrentes, o que a quantidade de demandas sociais geradas pós-88 surpreendeu pelo não esperado volume dos revides das populações amparadas pela nova Constituição. O campo normativo e institucional de políticas públicas para dar conta dessas questões foi se consolidando e a questão fundiária parecia ser duplamente contemplada tanto nas políticas de reconhecimento - uma vez que o reconhecimento de grupos tradicionais implicava também no reconhecimento de territórios tradicionais que deveriam ficar sob posse dos mesmos - quanto na política ambiental – que pautava que a biodiversidade deveria ser conservada, isso é, que haviam espaços que deveriam ser protegidos por meio da criação de Unidades de Conservação (UCs). Mais adiante, o projeto de Estado multiculturalista e pluriétnico foi apontando seus limites (ALMEIDA, REZENDE, 2013; ARRUTI, 2013; ALMEIDA, 2006), assim como o difícil equacionamento entre justiça social e equilíbrio ambiental (RICARDO, 2004).

Conduzirei as próximas páginas, então, abordando os agentes sociais implicados e instigados por motivos de disputa por pertencimento, os contextos relativos à tais disputas e as normas que regulam a interação e recepcionam as demandas por reconhecimento<sup>21</sup>. Assim, focalizarei conjuntamente processos de nomeação, identificação, reconhecimento e territorialização (ARRUTI, 2006) para responder por que a moradia tornou-se um elemento da cultura objetificado que funciona como demarcador social de diferença.

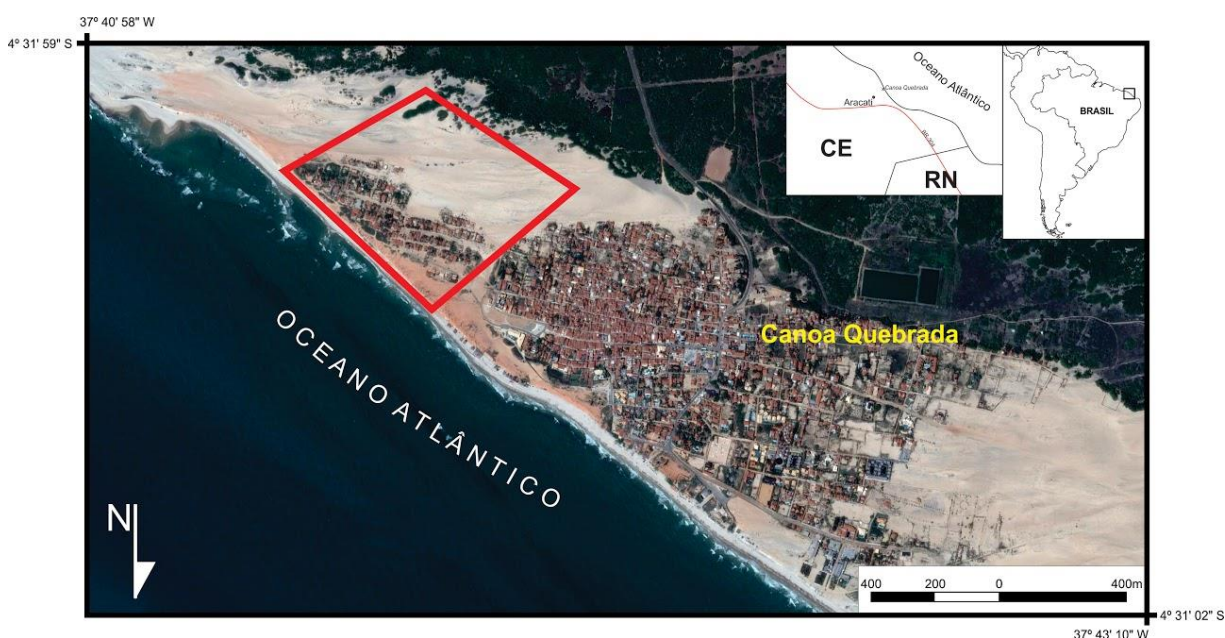
Na Vila do Estevão, o primeiro conflito fundiário de 1985 colocou quatro os agentes em disputa pela reivindicação das terras para si: os moradores; os nativos;

---

<sup>21</sup> Conforme proposta teórico-metodológica de Ennes e Marcon (2014) para investigação do que eles chamaram de “processos identitários”.

os novos “donos”, o que implicam necessariamente nos antigos “donos”; e o Governo do Estado. Outro agente que reivindicava o direito de morar são os antigos *hippies*, representados pelo Índio; e, por fim, dois mediadores políticos também foram fundamentais para a construção da categoria aqui abordada. O advogado que defendeu os moradores no processo, Inocêncio Uchôa, pautou a defesa de direitos sociais de posseiros. Por fim, outro agente trouxe um ambientalismo que foi progressivamente sendo adequado à demanda por justiça social, o arquiteto Carlos Limaverde, chamado de Caco<sup>22</sup>. Vejamos.

O mapa abaixo indica o objeto de litígio demarcado em vermelho. Nele é possível ver que além da área de moradia, outro elemento territorial estava inserido nessa área de 42,68 hectares, a Duna do Pôr-do-Sol, um dos mais apreciados pontos turísticos da praia. Para os pescadores, ela tem a importância de ser o último ponto de terra que se enxerga quando se afastam da costa, recebendo o nome de Morro do Caraço, sendo Caraço uma tradicional família de pescadores de Canoa. De costas para o mar, olhando na direção inversa, os turistas aplaudem o sol que se põe. Dessa perspectiva, a Vila está à esquerda e o Centro à direita.



Fonte: *Google Earth*. Elaboração: Matheus Lisboa, 2017.

<sup>22</sup> Com o Estado, me relacionarei por meio dos documentos. Com Caco, que hoje mora em Brasília, após duas tentativas de entrevistá-lo, concedeu-me generosamente sua dissertação de mestrado, que é um material que traz várias narrativas da sua atuação política, além de uma série de documentos anexos, muitos dos quais de sua autoria como agente do Estado. Inocêncio Uchôa me concedeu com impressionante dedicação uma entrevista por escrito. A ambos agradeço imensamente pela generosidade e contribuição à pesquisa.

Fora da área de litígio ficaram todos os outros territórios que compõem o seco: as áreas de extrativismo praticado na mata nativa, que além da coleta de cascas, frutos e ervas, também foi uma área usada por um tempo para fazer pequenos roçados temporários, os chamados “ranchos”, e ainda os outros “morros” que são um importante espaço para onde, nas noites de lua cheia, os pescadores iam com suas famílias contar suas “histórias mentirosas muito verídicas” e assar castanha em época de colheita do caju, entre agosto e outubro, como disse-me certa vez o representante dos pescadores locais e diretor da AMECQ, seu Assis. Também ficou de fora a Igreja de São Pedro, muito cara aos moradores, que somam-se em 97% de católicos (TAKAHASHI, 2016), além do cemitério centenário e a estrada de acesso, construída em 1984 por dois donos de loteamentos. Foi considerado como imenso desrespeito que Pedro Andrade tenha usado o nome do santo padroeiro dos pescadores para batizar o empreendimento. Esse fato mobilizou os moradores para que a fundação da AMECQ tenha acontecido na Igreja de São Pedro em 1986, sendo essa a única ocasião em que a Igreja Católica tenha tido uma participação direta na luta.

Três famílias de origens distintas ficaram dentro da área de litígio – os Estevão, os Marcos e os Carrim. Estima-se que haviam 1.5000 pessoas morando em Canoa Quebrada nessa época em 250 casas, das quais apenas não mais do que quinze ficaram separadas das demais dentro dessa área em questão. Essas casas estavam a uma pequena distância de 200 metros das outras que ficaram fora, e que embora fossem reconstruídas mais ou menos de cinco em cinco anos por causa do avanço do mar e areia, parece ter sempre sido mantida essa diminuta distância entre ambos conjuntos de casas.

As duas primeiras famílias não são originárias de Canoa Quebrada e a outra sim. Os Estevão e os Marcos, que são de regiões bem próximas à Canoa Quebrada mantêm relações de amizade, de trabalho e de casamento desde que os Estevão chegaram ali em 1932 - quando já encontraram os Marcos fixados. Enquanto que com os Carrim tem-se grande conflito pelo fato de o patriarca ter ficado, segundo os moradores, a favor do “dono da terra” em troca de pessoais benefícios, apesar de também manterem relações familiares. A família Marcos, que tem apenas um único membro vivo, Seu Eduardo, pertencente à segunda geração, filho do patriarca Manoel Marcos, já teve seus filhos junto à família Estevão, que identificam-se como

pertencentes a essa segunda família e lutam juntos pela terra. Conforme as narrativas, Estevão pediu ao Manoel Marcos para fixar-se ali com sua família, o que logo transformou-se em profícua e hospitaleira amizade. Eles contam também que mantinham amizade com os Carrim, o que posteriormente transformou-se em profundo desafeto. A memória da amizade com famílias do Centro é lembrada, mas igualmente o tom é de mágoa pela falta de cumplicidade no momento do conflito territorial. Hoje, a proximidade com os Carrim é entendida como uma fatalidade provocada pela localização do objeto de litígio. As três famílias passaram a ser chamadas pelo homônimo Estevão, a que a família Carrim reagiu negativamente ao reivindicar a sua anterioridade na ocupação do território, não se reconhecendo como parte dessa coletividade. Se retornarmos à página 27, veremos que no *croqui* existe um lote todo para fora da área da Vila do Estevão, próximo ao mar. Nesse lote estão as casas da família Carrim, que, após vários conflitos com a AMECQ, recebeu da instituição de modo extra-oficial um perímetro que é considerado desmembrado do território da Vila.

Existem várias interpretações sobre o fato de Estevão haver se fixado um pouco recuado e distante das casas do que passou a ser o Centro, que vão desde a atribuição da configuração das casas naquele momento às próprias areias até o motivo ter sido a escolha mesmo de ficar mais reservado junto aos Marcos, também uma família de fora. Com o conflito territorial, a distância física inicial foi reinterpretada como indício que já representaria, em 1932, a diferença em relação às famílias originárias dali que estavam à esquerda da Igreja. Nesse sentido, os moradores interpretam que os nativos são um grupo social coeso, originário de Canoa Quebrada, junto ao qual é rememorado um tempo idealizado sem conflitos em que a diferença aparecia apenas como modo de localizar pessoas em suas coletividades familiares e nomear localidades. O conflito territorial, por outro lado, é a situação social que instigou a reconstrução da ideia de origem e de diferença, fazendo com que essas coletividades co-residentes, que nunca deixaram de manter relações de trabalho, de amizade e familiares entre si, mas que identificavam-se a partir de genealogias distintas e que possuíam narrativas próprias da ocupação territorial, reconstruíssem os limites sociais tendo uma à outra como parâmetro de diferenciação e instaurando um severo antagonismo, em uma disputa sobre quais critérios legitimam direitos territoriais.

Dona Margarida, filha de Estevão e Maria, que teve dois filhos com Eduardo, filho de Manoel Marcos, contou-me que:

O primeiro morador daqui era o pai de Bazinha [apelido de Eduardo], o finado Mané Marco, depois foi papai. Agora que ficou a família dele morando, aqui ficou os Estevão. Aqui foi morando, foi fazendo as casas, os filhos foram se casando, fazendo as casas tudo junto. E aí ficou como os Estevão por causa do nome de papai. Aqueles ali [os Carrim] veio um tempo desse, um tempo desse. É porque disseram que eles eram os pioneiros dali, mas um tempo desses que eles vieram ali, menino!

Dona Margarida contou também que seus pais conheceram-se em Fontainha, em uma festa, na terra natal de sua mãe, da família dos Valente, e onde Estevão trabalhava. Ela tinha 14 anos e ele 16. Ele pescava e tinha um roçado em que plantava muita “fartura” (feijão, milho, mandioca e algodão). Ela fazia labirinto e chapéus de palha, vendidos em Aracati, que fica 27 quilômetros distante de Fontainha, para onde ela ia de tempos em tempos, junto a outras mulheres, a pé. Quando perguntei o motivo da mudança, Dona Margarida respondeu que havia um patrão que era “ruim” e Estevão “desgostou de lá” e disse que ali não morava mais. Partiu, então, em busca de um novo lugar para moradia. Foi quando, em Canoa Quebrada, assumiu o ofício da pesca como único ofício, que passou a representar o alcance de uma melhor condição de vida para si e sua família. A agricultura passou a ser a memória de um tempo duro. Por ser um homem “de opinião”, segundo sua filha, Estevão nunca mais voltou em Fontainha.

A família Estevão, mais numerosa - que já estava na terceira geração depois da fixação em Canoa<sup>23</sup>, ou seja, os dezessete filhos de Estevão já tinham tido seus próprios filhos -, com solidariedade dos Marcos e desaprovação dos Carrim, é que revidaram no conflito com Pedro Andrade, e, por isso que Estevão virou o topônimo nessa ocasião, expandindo o nome de um conjunto de unidades domésticas para englobar todas as que ficaram dentro do objeto de litígio. Antes do conflito, o chefe das unidades domésticas nomeava o topônimo daquele conjunto de casas. Logo, o nome do patriarca continha em si a referência à uma genealogia territorializada. O que é hoje a Vila do Estevão comportava originalmente o pessoal do Estevão, o pessoal de Carrim e o pessoal dos Marcos.

---

<sup>23</sup> Estevão e Maria Valente já não eram mais vivos nessa ocasião.

Seu Luciano é morador da Vila há mais de trinta anos, nascido no Centro, pertencente à uma importante família nativa, os Freire. O nome de seu pai era Geraldo da Barra, um dos melhores pescadores de Canoa Quebrada. Ele casou-se com a neta de Estevão, Dona Maria, a primeira presidente da AMECQ, com quem “fez família” e passou a identificar-se completamente com a família Estevão. Seu Luciano é um grande construtor de embarcações e pescador aposentado, embora desaconselhe o ofício para os meninos. Lamenta profundamente não ter estudado, o que acredita que poderia ter lhe dado condições melhores de vida e a oportunidade de contribuir mais com a Luta. Ele narrou, com indignação, o motivo do desafeto com os Carrim:

Tinha um senhor que era ela do nosso lado, o velho Carrim ali. E ele era do nosso lado, sabe? Mas só que quando chegou lá, o desgraçado quando foi prestar depoimento lá no Fórum, ele prestou depoimento contra nós. Depois que ele saiu de lá que viu nós, a consciência dele pesou tanto que ele começou a chorar. Um desgraçado daquele que eu cansei de tirar da minha panela o peixe do fogo pra dar pra ele. E ele foi contra. A família de Carrim quando começou a resolver o negócio da Associação foi quando ele começou a querer também terra pra vender. No tempo ninguém ligava pra isso, ninguém sabia de dono, tanto é que a gente foi tomar conhecimento de dono agora quando começou a aparecer o turismo, ne, e queriam vender.

Seu Luciano vocalizou a ocasião que gerou um sentimento de haverem sido traídos pelos seus vizinhos quando Carrim testemunhou a favor de Pedro Andrade em uma das audiências do processo. Nessa audiência ele testemunhou constatando a presença de Pedro Andrade no território. Em outro trecho, ele narrou como deu-se o início do conflito e a forma que os nativos se posicionaram nele:

Quando nós começamos a lutar pela terra aqui, esse cara [Pedro Andrade] chegou e queria tomar a terra da gente, ne. Aí foi quando se reunimos todo mundo e veio gente até lá de Canoa que veio ajudar e hoje em dia é contra a gente, que eles também vieram pra querer invadir também, né. Foi uma confusão muito grande. Ele mandava recado de lá que vinha derrubar as casas, pudesse esperar. E a gente ficou esperando. Aí quando foi um dia ele chegou com um mapa, um mapa mostrando. E ele ia ficar aqui aonde nós estamos e nós, no mapa dele – as casinha tudo feita já –, ia morar lá na beira da praia. Aí foi aonde o caldo engrossou. Começamos a se reunir e teve gente muito ameaçado, ne, gente que ficou com medo. (...) Às vezes a gente ia de caminhão pra Aracati porque não era assim fácil transporte, um monte de gente. Aí uns desgraçados de lá inda dizia ‘Pra donde vai? Vocês são doido, um bocado de índio! Vocês vão pra donde?’ . Quando foi desapropriado eles vieram já fincar cerca por ali. Aí nós procurava saber e dava o recado ‘que venha tirar senão nós vamos derrubar e inda vamos tirar os pau pra fazer lenha ainda’. Aí eles vinham derrubar.

Do exposto, é possível perceber que a constituição desse objeto de litígio, assim como da identificação dos moradores só pode ser entendida em contiguidade

aos seus vizinhos nativos. Nesse sentido, é justamente com o amparo teórico da teoria dos grupos étnicos (BARTH, 1998) que o mais frequente argumento atual nos trabalhos acadêmicos sobre Canoa Quebrada fica prejudicado. Os trabalhos da área de humanas sobre Canoa Quebrada dividem-se em dois períodos: o período pré-turístico e o período pós-turístico. Nos anos 60, o primeiro trabalho desse tipo teve por objetivo fazer uma análise sobre o nível de vida da população pesqueira de Canoa Quebrada<sup>24</sup>. A partir dos anos 90 passou a existir uma tônica sobre o início da problemática fundiária que preconizava o “fim da comunidade”, a “perda da identidade cultural”, a “degeneração pela integração em uma nova ordem econômica”. Ou ainda, aqueles que observavam as transformações sociais que acompanhavam os pescadores em terra (CIRINO, 1990). Nos anos 2000, outro grupo de trabalhos pareceu trazer como modelo analítico a polarização essencializada entre modernidade e tradição tomadas enquanto categorias temporais na construção de dois *locus* dicotômicos, a saber, Vila do Estevão e Canoa Quebrada, onde seria possível observar dois exemplos postos de modo comparativo de onde se tiram evidências ou “ainda” de resistência cultural às lógicas da contemporaneidade ou de inserção e adesão a elas (cf. SILVA, 2013; BRANDÃO, 2014; BARROS LEAL, 2012). Sobretudo, a alteridade é considerada nesse último grupo de trabalhos um atributo primordial em que o porte de diferenças culturais teria culminado nas realidades divergentes observadas hoje.

As conexões entre as coletividades revelam o compartilhamento de memórias históricas, relações de solidariedade na pesca e vínculos parentais antes e agora. Como disse seu Luciano, de início, os nativos foram solidários aos moradores. Por outro lado, a diferença deriva de divergências interpretativas sobre a memória, e muito particularmente exatamente sobre a ideia de origem, mediadores políticos diferentes e todo um campo político-jurídico que trata de modo próprio cada um dos grupos (que surgem assim na esfera pública), o que pauta um contexto específico de interação no

---

<sup>24</sup> Como registra KNOX (2005, p. 18) “Soubemos de outra pesquisa feita nos anos 1966/1967 por uma equipe de antropólogos da UFC, dirigida por Hélio Barros e intitulada ‘Projeto de Pesquisa de Áreas Pesqueiras Litorâneas, da Universidade Federal do Ceará, Instituto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras’. Em 1978, Wanda Figueiredo já tinha ido à procura das informações coletadas, mas os dados levantados se achavam com Hélio Barros nos Estados Unidos. O mestrando Carlos Alberto Marinho Cirino, por seu lado, lamentou que a maior parte dos resultados dessa pesquisa nunca tivesse sido colocada ao alcance da comunidade acadêmica. Fizemos a nossa tentativa. O próprio Hélio Barros de passagem em Fortaleza, eu outubro de 2002, nos informou que tudo havia sido destruído pelo fogo.”



seio do qual são produzidas e se mantém oposições, classificações e fronteiras, em suma, a diferença. A então Vila de Canoa Quebrada não dispôs especialmente de mediadores políticos de peso que pudessem mediar a sua inserção na esfera pública para efeitos de reconhecimento de direitos diferenciados, deixando-os de fato à mercê das expropriações e saques que vêm paulatinamente sofrendo até hoje. No entanto, não deixam de agenciar a ideia de origem no cotidiano da praia turística. É por isso que o primeiro ataque especulativo que havia acontecido alguns anos antes, em 1978, na Vila de Canoa Quebrada serviu como prólogo à luta pela terra na Vila do Estevão. Isso implica que Vila e Centro mantém uma permanente relação que é o que permite a contínua reconstrução e instituição de suas fronteiras, não sendo possível encontrar em nenhuma evidência anterior aos conflitos algo que justifique a tradicionalização da Vila e a urbanização do Centro.

O atual Centro, que era chamado de Vila de Canoa Quebrada, recebeu a nova alcunha justamente pelas modificações estruturais provocadas pelo turismo que foram centralizadas nesse espaço desde a década de 1980, fazendo com que se diferenciasse também fisicamente da Vila do Estevão e ganhasse o estatuto de núcleo urbano posteriormente, em 1993. Logo, o termo vila indica um estágio anterior de urbanização, fundada nos parâmetros do que seria uma vila de pescadores e seu conjunto arquitetônico, enquanto que Centro indica a reestruturação física e simbólica que a instituição da localidade como destino turístico trouxe. Conforme registrou Figueiredo (1979), assim como a Vila do Estevão, a Vila de Canoa Quebrada foi formada por famílias de origens distintas, muitas das quais se identificavam como sendo de localidades próximas – ou ainda, somente o pai ou somente a mãe sendo de fora -, dos distritos rurais e praieiros de Aracati, tal qual Estevão. A categoria que diferenciava famílias da região, como as famílias Rocha, a Freire e a Caraço, era nativo, que ganhou muita envergadura quando os primeiros viajantes na década de 1970, os chamados *hippies* ou andarilhos, começaram a ir para a praia passar algum tempo na casa dos moradores locais. Filhos dos membros das elites também passaram a frequentar a praia como rota de fuga da família e do Estado, muito particularmente, da repressão sexual e das políticas proibicionistas de drogas. Por esse motivo, Canoa Quebrada começou a ganhar uma conotação pejorativa para essas elites. Um lugar de promiscuidade onde divertiam-se os “maconheiros”. Com o advento da AIDS, essa má referência da praia aumentou, especialmente pela relação

que se fazia entre a doença e a homossexualidade. Apesar disso, pessoas de prestígio também passaram a frequentar sazonalmente a praia durante temporadas de descanso, para desfrutar do ócio criativo ou passar um tempo sabático. Àquela altura, a família Estevão também era considerada uma família nativa quando pensada em relação a esses novos viajantes.

Nesse primeiro conflito de 1978, as terras de antigos latifundiários foram parceladas e vendidas, e desse parcelamento a então Vila de Canoa Quebrada ficou na porção de um “dono” e o restante das casas de Canoa na de outro, onde houve o segundo conflito de 1985. Uma diferença fundamental entre os dois conflitos é que no primeiro o “dono” queria restringir as famílias em uma área que lhes seria concedida para moradia. No segundo, Pedro Andrade tornou a área de moradia o objeto de litígio e, no lugar mesmos das casas, como contou seu Luciano, ficaria o *resort*. Ou seja, no primeiro caso, seria efetuado o controle dos moradores em uma área fixa, e no segundo os moradores seriam despejados e tornariam-se pescadores sem terra. Essa conversa entre um pescador e o vereador Ubaracy Pinheiro de Deus em 1978, registrada por Figueiredo, é muito significativa:

Vereador: Essa terra aqui era terra de dois proprietários: meu pai, José Augusto de Deus, Zé Maninho, e os Bernardino. Isso de direito e o pessoal que morava aqui era dono de fato. Agora com essa procura de terrenos, os proprietários venderam as terras para uma imobiliária de Fortaleza e uma parte das terras onde é a vila foi vendida a meus parentes: Iran Joventino e Romero Moreira de Deus, meu cunhado e primo. A minha eu vendi. Aí tá nessa situação agora. Tô procurando como vereador do MDB, Ubaracy Pinheiro de Deus, procurando ver se consigo legalizar e documentar essa vila para eles ficar como os donos da vila. Tô procurando fazer uma demarcação que abranja a vila, mas uma parte fora (...) Essa ideia de dar terra é minha, mas eu consigo com os donos de não mexer com eles aqui. (...) O pensamento deles é quem tem sua casa ficar e não deixar mais construir.

Pescador: Agora, se eu quiser tirar minha casa daqui e fincar pracolá em cima?

Vereador: Eu não vou responder isso não! Aqui ninguém se interessa pelo lugar, tudo é pessoal, aqui é individualismo, não pode! Uma vila dessa que tá enfrentando o progresso é como um ranchinho na Avenida São João!

E em outro momento afirma

Nós queremos que demarque a terra. Que eles fiquem com a terra deles legalizada. Eu quero que essa área de 30 hectares seja deles, depois dessa área, a terra é da gente. (...) É a época moderna das coisas. As praias de Fortaleza, como todas as praias do Brasil, não prestam. Então o povo tá fugindo pra essas praias. Essas terras são nossas, já estão compradas. Aqui tem que ter um documento de posse, aqui ninguém tem um documento de que seja proprietário. (...) Compramos isso aqui por 90 mil cruzeiros. Acontece que chega uma imobiliária e me dá 500.

Nota-se que o preço da terra foi valorizado em mais de 5 vezes em relação ao valor original, o que estimulou aos antigos “donos da terra” a venderem, mesmo que para seus parentes. Nota-se que os moradores não tinham nenhuma documentação que atestasse a posse e que a “doação” de um espaço fixo para residência era uma ideia inimaginável para os moradores de Canoa enquanto que para os “donos” isso era entendido como uma concessão. Nesse contexto, os novos “donos” ameaçavam queimar e derrubar novas casas construídas, além de delimitarem o espaço de 30 hectares até a Igreja Católica, dos quais a família Estevão ficou fora por estar à direita da Igreja. Ficou nas terras da imobiliária de Fortaleza enquanto na porção dos Joventino e de Romero Moreira de Deus ficou a então chamada de Vila de Canoa Quebrada. Então, elementos da territorialidade local relativos à moradia foram ameaçados de modo diferente em cada conflito, a saber, a necessidade de mudar constantemente o local de residência como uma prática territorial costumeira e a importância da área residencial para famílias que viram-se sem terra para morar, então, seria preciso defender uma área de moradia fixamente delimitada. No primeiro caso, o revide dos residentes foi relacionado à queixa da tentativa de cerceamento da sua liberdade, enquanto que no segundo a pauta colocada era a defesa do direito à moradia. Esse ponto foi fundamental para produção de duas ideias de origem fundamentadas por justificativas distintas, como veremos.

Iran Joventino é um engenheiro químico residente em Fortaleza, filho de Raimundo Joventino, um aracatiense membro antigo da elite da cidade, atualmente filiado ao Partido Democrata (DEM), atuante na cena política municipal, tendo inclusive tentado algumas vezes a eleição para o cargo de prefeito pelo então MDB. Ele é dono de várias empresas, de reflorestamento, do ramo alimentício, hoteleiro e de enormes salinas na região. Romero Moreira de Deus era um major do Exército que residia em uma localidade praieira à leste de Canoa Quebrada, que foi chamada de nada menos do que Majorlândia em sua homenagem, uma praia toda sua.

Ambos se articulavam nas ameaças da destruição das casas, mas Joventino e Ubiracy tinham uma postura aparentemente mais cordial ao demonstrarem a disposição em “conceder” um espaço para residência dentro de suas propriedades, tudo devidamente legalizado, acionando a todo momento uma retórica de burocracia e do direito. Já o Major usava de seu prestígio político e de seu *know-how* de intimidação de modo mais agressivo (FIGUEIREIDO, 1979). Não foi diferente de

Pedro Andrade, quando ameaçava a derrubada das casas dos moradores. Ubiracy, primo do Major, e o Joventino tentavam estabelecer acordos que eram aparentemente bilaterais, mas caso não fossem cumpridos, o Major era acionado. Um deles era o de que os residentes precisavam ter o “usucapião”, o tal “documento” que atestasse a posse, o que os “donos”, inclusive, diziam que era um “direito” da população local. Deveriam todos ir até Aracati para solicitar a documentação tendo em vista que no cartório da cidade “nada constava” como posse dos residentes dali. Sem documento, não haveria como ter o direito à terra assegurado de fato.

Com os novos “donos”, novas regras ameaçaram a sensação de liberdade que os residentes dali tinham, fundamentada na importância do trabalho como instância de importância moral e social das pessoas que lhes conferia conhecimento e respeitabilidade, no estado de saúde favorável ao trabalho, na possibilidade de ter uma casa no lugar que a “natureza” orientava e na tranquilidade da pacata vida que levava-se ali. Por que todos haveriam de lutar contra o trabalho dos ventos e do mar? Há não muito tempo é que os residentes haviam percebido a existência desses primeiros “donos”, quase que concomitantemente aos segundos, uma vez que os primeiros não “ligavam” para aquela terra. A vida até então desenrolava-se sem padrão. Existia uma suspeita de que os primeiros “donos” só pagavam o imposto referente às “matas” (p.28), quer dizer, justamente a área produtiva para agricultura que ficava um pouco distante dali. Quando a problemática do turismo começou é que eles começaram a perceber algumas marcações de terra e cercas surgidas inusitadamente (*ibid.*). Ou seja, até pouco tempo antes de 1978 não havia sinal de alguém alegando ser “dono”, como é possível perceber no diálogo registrado abaixo por Figueiredo em 1979:

Deda: E agora tem esse problema da terra, não tô compreendendo. Nós agora somos cativos que nunca fomos, nós éramos libertos. Fico calada mas já tamo morando cativo. Quem era o dono de Canoa Quebrada era o vento. Ele é que botava o pessoal pra fora porque enterra a casa e tem que arrancar a casa e botar noutro canto. O vento é que pode, é quem manda! Ele é que reina. Sabe quem é o dono daqui? É o vento e o mar!  
Genésio: Dono tinha, mas não ligava, é preciso explicar tudo direitinho. Eu só sei do rebuliço de terra de quatro anos pra cá, negócio de turismo. O dono do terreno apareceu de dois anos pra cá, diz que é o dono.

Ou seja, Genésio percebeu os primeiros “donos” no ano de 1974 e os segundos no ano de 1976, datas muito próximas. Em pesquisa cartorial, foi possível aos moradores do Estevão constatarem poucos anos depois que haviam escrituras

públicas registradas no ano de 1962 que diziam respeito apenas às “terras agriculturáveis”, isso quer dizer, em uma distância de um quilômetro de Canoa Quebrada. Por meio do dispositivo de “retificação” de área, em 1975, esses proprietários estenderam sua posse até a praia e venderam as terras. Em 1978, havia apenas um ano que Francisco da Rocha Freira, o Zé Melancia, importante cordelista, estatístico de pesca do Conselho Estadual de Pesca (CEPESCA), presidente da Colônia de Pescadores Z-10 e chefe político de Canoa Quebrada havia falecido. Zé Melancia exercia sua chefia com muita autoridade e tinha grande reconhecimento das famílias locais tanto pela sua retidão moral (KUNZ *apud* MELANCIA, 2005) como pela importante atuação no sentido de amenizar a constante falta de recurso ali e a total desassistência do Estado à Canoa Quebrada.

No ano de 1978 não havia energia elétrica, água encanada, banheiros dentro das casas, estrada carroçável, escola pública, nem posto de saúde. Para aposentar um pescador era difícil, para ir com um doente até Aracati fazia-se o transporte dentro de uma rede carregada pelos homens a pé, enquanto o transporte de mantimentos era feita com jumentos. A presença do Estado, tirando alguns benefícios e normativas relacionadas à pesca, como a lei federal que regulamentava a captura da lagosta, quase inexistia. Havia um funcionário, também morador de Canoa, responsável pela administração de um chafariz público de responsabilidade da Prefeitura de Aracati, que funcionava todas as manhãs até que os 18.000 litros de água doce se esgotassem nas latas dos moradores. Teria água quem chegasse muito cedo, às 3 ou 4 da manhã, na fila que se formava em aguardo à abertura do chafariz. Em 1978, a água era um problema grave e, junto a ela, somava-se a demanda por uma escola, uma vez que só haviam algumas professoras que alfabetizavam as crianças pela Cartilha do ABC para quem podia pagá-las. Outro resquício da presença do Estado ressurgia em época eleitoral por meio dos políticos da ARENA e MDB, com candidatos dispostos a recolher as demandas locais e a apontar soluções para a falta de água encanada e educação escolar pública. É significativo que além da Igreja Católica e da Colônia de Pesca, a única outra instituição que existia fosse chamada Caixa Mortuária, criada por Zé Melancia, a saber, uma associação que tinha por finalidade alimentar mensalmente um fundo para que seus associados tivessem um enterro digno. Até o custo da morte era demasiado pesado para ser arcado pelas famílias separadamente.

Com a morte de Zé Melancia ficaram dois chefes que não davam-se bem: Chico da Judite e Dedé Caraça. O primeiro era estatístico de pesca da extinta Superintendência de Pesca (SUDEPE), fiscalizava obras da prefeitura de Aracati em uma praia próxima chamada Quixaba e era ex-capataz da Colônia. O segundo era capataz da Colônia, professor e filiado à ARENA. Pela filiação partidária tinha o agravante de não falar de modo algum com Joventino e Ubiracy, com quem tinha contraído inimizade desde a eleição anterior, quando não permitiu a eles que fosse colocado um carro de som de propaganda política em Canoa Quebrada. Dedé Caraça, por sua vez, afirmava que Chico tinha iniciado uma péssima prática em Canoa Quebrada: pelo fato de ter um melhor salário, dispunha das condições financeiras para construir outras casas. Elas não seriam para moradia da família, mas para acomodar as pessoas de fora, “amigos” seus, a saber, aqueles viajantes (não os *hippies*), mas os de mais posse e prestígio, que lhe encomendavam lugares para ficar por períodos mais longos na ausência de qualquer outro meio de hospedagem que não fosse a casa das famílias do lugar.

Chico fez mais duas casas fora a sua: uma para uma socióloga suíça e esposa do secretário geral da Embaixada da Suíça no Brasil, que pretendia passar um ano sabático em Canoa Quebrada enquanto repensava seus projetos de vida, e outra que, entretanto, foi derrubada pela Marinha por estar em território muito próximo ao mar. Ela era para um chileno que lhe fez tal encomenda. Parte das pessoas achava certa essa prática, e só não faziam o mesmo porque não possuíam os meios financeiros para tal. Defendiam a construção de casas e venda de terreno como um modo de reverter a situação de desassistência e dificuldades pela falta de recursos ali, como demonstra o diálogo entre moradores registrado por Figueiredo (1979):

Tereza: Maria, quer tirar usucapião de sua casa? Eu vou tirar da mamãe (...)  
 Vou aumentar a cerca de mamãe, o terreno pra eu vender! Pode chegar uma  
 pessoa de fora, eu posso vender! Um amigo chegando falando: Tereza, eu  
 quero comprar um terreno pra fazer uma casa, eu digo: pode fazer!  
 Zé Caraça [pai de Dedé Caraça]: Chico quer fazer casa pra negócio!  
 Tereza: Quem tem dinheiro pode fazer casa!  
 Maria: Chico tem um emprego, aquele do peixe.  
 Tereza: Ah se eu tivesse aquele emprego!

Por outro lado, outra parte dos residentes apoiava-se nas opiniões de Dedé Caraça. Ele discordava da mobilização política que Chico estava fazendo: um abaixo-assinado para solicitar o usucapião de cada família mas como um processo judicial

único. Chico pensava nessa solução não como modo de aderir a ordem dos “donos”, mas como modo de poder legalizar as posses dos residentes e fazer com que seu direito fosse reconhecido. Dedé Caraça, preocupado com a delimitação da área de moradia baseada no usucapião e suspeitando da intenção de Chico com tal proposta, era da opinião que:

Esse negócio de usucapião eu acho errado porque de qualquer maneira isso é nosso. Nós assina e ele vai limitar a área. Tem os filhos da gente que vão querer fazer casa, aí que está o negócio! Esse negócio surgiu só por causa do Chico. Antigamente não existia negócio de compra, aí apareceu o pessoal do Sul, os paulistas, aí Chico como capataz disse: não tem problema não, se quiser fazer casa, não tem problema!

Então, Dedé começou a incentivar as pessoas a não aderirem ao projeto do usucapião. O fato de Chico não ter conseguido mobilizar os residentes para tirar o usucapião deu-se também pela concordância de que o parâmetro de liberdade para eles estava em reterritorializar conforme a ordem das forças da natureza e fluir com a paisagem imperativa, e era somente isso que poderia obrigá-los a sair ou a ficar, além de ter espaço para os filhos futuramente. Ou seja, por outro lado, não assinar tinha um sentido de resistir àquilo que estava sendo imposto pelos “donos”.

No tempo do conflito, a centralização e força política de Zé Melancia fizeram falta no cenário de insegurança que polarizava as opiniões sobre o que estava acontecendo. Diante de tal polarização foi impossível construir um consenso. A palavra comum era “saúde de Zé Melancia”, “o que ele falava era lei”. É o que escreveu o cordelista canoense Vaninho, o Evandro Santos de Oliveira, em 1981:

No tempo em que estava vivo  
E vivia aqui com a gente  
Ninguém aqui tinha terra  
Nem atrás nem na frente  
Mas nosso sofrer aumenta  
Porque com sua ausência  
Querem tomar a terra da gente  
(OLIVEIRA *apud* MELANCIA[1981]2005 )

Era confuso também entender os mecanismos que estavam sendo usado pelos “donos”. O livro de Figueiredo trata da espera pela queima da casa de Chico construída para a socióloga suíça e narra o desenrolar do conflito como tantos outros depois aconteceram. Primeiro, Chico recebeu de “uma pessoa de confiança do Major” (p.tal) o aviso do dia em que a casa seria queimada: em quinze dias ou ele providenciava a derrubada da casa ou aguardava que ela fosse queimada. Dentro

desses quinze dias, Chico ficou entre aguardar o momento dessa violência, uma espera angustiante, que o obrigava a lidar com a imprevisibilidade do momento do dia em que a casa, construída por ele mesmo, seria derrubada, ou agir. Aísa, a socióloga suíça, já encontrava-se instalada na casa para a moradia de temporada. Não se sabia também o que mais poderia ser feito contra as outras famílias que também já tinham recebido ameaças, o que havia provocado um nervosismo generalizado. A ação de Chico foi: (i) desobedecer e não derrubar a casa; (ii) acionar uma rede de solidariedade familiar sua, “os nêgo do Córrego”<sup>25</sup> que também teve medo da retaliação e não compareceu no dia previsto da queima; (iii) pediu para que todos servissem de testemunha no momento da queima da casa, o que as famílias se dispuseram a fazer; (iv) buscou junto às suas redes políticas formas de agir.

Começou indo ao cartório para se certificar do registro dos “donos”. No primeiro cartório, Maria Pompeia Costa e Lima, de uma das famílias mais tradicionais de Aracati, disse a Chico, a quem tinha grande estima por causa de sua irmã que lhe prestava serviços, que os “donos” haviam procurado o cartório para o registro, mas ela havia recusado-se a registrar a escritura. Então, eles procuraram outro cartório de registro civil de Aracati e registraram a escritura e uma planta de Canoa Quebrada, em nome da qual não constava nada ainda registrado. Depois, Chico consultou um juiz de Aracati, Raimundo Nonato, que o orientou a questionar judicialmente a escritura registrada, e ainda procurou o delegado de Aracati que disse que certamente o Major estava “na cólera do momento” quando proferiu as ameaças, mas era uma excelente pessoa, culta e educada. Aída, por sua vez, escreveu uma carta ao Chefe de Segurança da Presidência solicitando proteção policial, mas somente a si. Em caso de problema maior, o projeto de Aída era “desistir e voltar”.

Os pontos importantes desse primeiro conflito, que foi judicializado e teve decisão favorável aos “donos”, para que possamos entender o segundo estão em: na Vila de Canoa Quebrada, a impossibilidade de construir um consenso formal sobre a questão territorial foi resultado da desarticulação política dos chefes locais, inseridos em disputas mais ampliadas em que a política partidária encontrava-se rachada por

---

<sup>25</sup> A zona rural de Aracati é permeada por vários pequenos braços de rios, chamados de córregos. Na beira dessas várzeas foram constituídas algumas pequenas localidades de moradia chamadas de córrego precedidas pelo nome da família ou chefe da família ali territorializada, por exemplo, Córrego dos Rodrigues, Córrego da Nica, etc. Figueiredo não explicita sob qual dessas localidades vinham os parentes de Chico.



dois partidos inimigos; da falta de interesse dos agentes externos inseridos naquele contexto para reivindicar junto às suas redes políticas alguma resolução da questão, como Aída; do medo das retaliações do Major; da falta de instituições formais que pudessem agregar os moradores em torno de ideias e categoriais que os posicionaria de modo mais efetivo na disputa, e, conseqüentemente, da falta completa de repertório ou experiência próxima que os possibilitasse reagir ao conflito. Não solicitar o usucapião foi um ato de desobediência em defesa de uma prática territorial importante: a reterritorialização. Outro ponto importante é que o conflito abriu a possibilidade de uma nova saída para as dificuldades da falta de recursos. Alguns moradores, amparados pelo sentimento de serem donos legítimos da terra, ressemantizaram a categoria nativo ao reivindicar a legitimidade de cercá-la e vendê-la. O último ponto importante desse primeiro conflito que gostaria de ressaltar é que foi aí que houve uma bipartição do território continental, separando arbitrariamente porções territoriais e famílias.

Foi no conflito de 1985 que dois argumentos conflitivos surgiram, mas que guardavam um fundo comum. Até então, o pessoal do Estevão estava igualmente abismado com as injustiças que vinham desenrolando-se na praia. Foi quando, a partir da construção da estrada de acesso à Canoa em 1984, por iniciativa de dois particulares donos de loteamentos, a especulação imobiliária atingiu seu ponto máximo e os próprios nativos afinados à ideia do direito à venda começaram a cercar e vender lotes, assim como casas prontas. Eles argumentavam que o turismo seria um modo de reverter relações de desigualdade e subordinação ali estabelecidas, especialmente, a injusta venda do peixe para atravessadores e a falta de um público que comprasse uma renda ali produzida, o labirinto, o que fazia com que mulheres e crianças andassem toda semana 12 km de ida e a mesma distância de volta até Aracati para vendê-los. Ou seja, a venda de casas e a inserção do turista viria a revisar e facilitar relações de trabalho e amenizar as faltas diárias. Nesse sentido, a construção da estrada em 1984 foi recebida com grande entusiasmo pelos moradores locais, por representar grande avanço nos deslocamentos diários e em ocasiões de necessidade, assim como permitiria de forma mais qualificada o abastecimento da praia. O segundo argumento se contrapunha ao primeiro por identificar o turismo como principal produtor das relações de desigualdade e subordinação quando foram convertidos em destino turístico, em nativos.

Com o conflito de 1985, o pessoal do Estevão passou a defender que a correção de tal situação de desigualdade exigia a “união” e “solidariedade” da população local para reivindicar que, por meio da intervenção estatal, eles fossem restituídos pelas injustiças sofridas por meio da “proteção da terra”, que deveria servir exclusivamente à moradia. Injustiças provocadas pelo turismo sob a forma de grilagens, expropriações, ameaças, violências, fragmentações do território. Ambos argumentos convergiam, entretanto, para o ponto de que a eles vinha sendo negado pelo poder público o acesso a direitos básicos e condições dignas de existência, uma queixa interpretada pela mídia e por alguns *hippies* que ali moravam como sinais de já “modernas aspirações” de um nativo que deveria ficar confinado ao primitivismo de uma época remota. No entanto, para os nativos vendedores de terra, o pessoal do Estevão apresentava ideias retrógradadas.

Seu Assis é da família nativa de Zé Melancia, que era seu tio. Seu primeiro casamento foi com Tita, neta de Estevão, com quem teve quatro filhos. Seu Assis ainda hoje, septuagenário, vai para o mar e é o capataz de Canoa Quebrada, quer dizer, representa, junto à Colônia de Pescadores Z-12 os pescadores locais. Muito novo, seu Assis fugiu de casa para Fortaleza, aonde viveu muitos anos em bairros considerados periféricos, mas junto ao mar, para onde foram sendo deslocadas as famílias dos pescadores com a valorização da zona de praia na capital. Trabalhava como gerente de vendas em um supermercado. Voltando à Canoa Quebrada, animou-se com o que chama de “trabalho social”. Começou a ter contato com outros pescadores, especialmente os de uma praia próxima chamada Prainha do Canto Verde, hoje uma Reserva Extrativista (RESEX), que talvez seja a praia que tenha maior visibilidade no estado do Ceará. Lá morou por um ano, onde fez uma formação de lideranças comunitárias promovida pelo Instituto Terramar, uma instituição que trabalha com os povos litorâneos do estado em pleitos territoriais, junto à Comissão da Pastoral dos Pescadores (CPP) e Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). Ele narrou que:

Na época a gente quase que entregava os pontos, ne, porque alguém sempre dizia assim ‘Vocês vão brigar com quem, com o mundo? Os caras são ricos, vocês vão fazer o quê?’. E graças ao Nosso Senhor Jesus Cristo, Ele que nos dá força, dá vida, dá tudo, então, começamos a lutar pelo nosso território. Aí nós íamos pra Aracati, pras audiências, briga feia. Levava bocado de gente em cima dos carros pra fazer manifestação em frente ao Fórum. Na época, vamos dizer assim, quem tava com a gente tava, quem não tava dava as

costas. Aí, muitas vezes a gente ia pra Aracati e pegava a Rua Principal, que agora é a *Broadway*, mas antes era a rua Principal. Era jumento, era cavalo, era carro, era gente com lata na cabeça e tal, aquele trânsito, e nós passávamos e alguém dizia 'Ei bando de índio, vocês vão pra onde?'. Quer dizer, eu achava ridículo aquela posição de algumas pessoas que nos chamava de índio e [perguntavam] o que a gente ia fazer lá porque o homem era rico, 'já perdeu', mas ninguém foi na conversa desse pessoal, nós estávamos fazendo nosso papel.

Quer dizer que, como também seu Luciano havia narrado, índio virou uma categoria de nomeação do pessoal do Estevão que estava agindo de modo diferente do que haviam agido os moradores locais anos antes. É interessante que uma categoria administrativa referente à nomeação de povos originários nesse contexto tenha sido usada justamente para atribuir nome à uma coletividade que passou a ser identificada pelo fato de não ser originária dali e ter se fixado há relativamente pouco tempo em Canoa Quebrada se comparada aos nativos, cujas famílias passaram a remontar sua chegada a tempos imemoriais. Índio era uma categoria extremamente depreciativa que atribuía ao pessoal do Estevão algumas características: pessoas não nascidas em Canoa Quebrada e pessoas que estavam deixando de disputar com os grileiros externos a venda de lotes e casas para defender a ideia absurda de demarcar um lugar fixo de moradia. Seria quase que como escolher passar o restante dos dias como Dona Raimunda a descavar areias. De sua parte, o pessoal do Estevão passou a manter grande mágoa dos seus vizinhos, ressemantizando a categoria nativo, que passou a motivar o seguinte questionamento: de que adianta ter nascido em Canoa Quebrada se não existe nenhum compromisso moral com o território e as pessoas, uma vez que os nativos colocam-se como grileiros internos? Justamente como grileiros internos, nativos que vendem passaram a ser chamados por eles de “vagabundos”.

Não foi à toa que Oscar Della Santa, que chegou em Canoa Quebrada em 1982 depois de longas viagens pela América Latina durante os anos das ditaduras militares argentinas e da Guerra das Malvinas, tenha escolhido a alcunha Índio para identificar-se. Junto a grupos indígenas do norte da Bolívia, ele conta ter sentido seu objetivo de vida se refazer: de um músico de *rock* que queria chegar até a Europa para alavancar a carreira, sentiu que deveria procurar no seu continente uma forma mais verdadeira de viver, mais próxima à natureza. Ao partir de vez da Argentina, ele disse que passou a usar um novo nome que representava essa nova identidade: Índio. Assim, ficou sabendo de Canoa Quebrada em Salvador por intermédio de um amigo filósofo que

estava hospedado num veleiro de “malucos”. Nesse veleiro, conheceu Thyerry, um francês que o aconselhou que ele seguisse viagem pelo Nordeste e não deixasse de ir em Canoa Quebrada. Com essa motivação que Índio chegou em Canoa e, à primeira vista, pensou: “o que é isso, uma aldeinha?”. O ambiente simples e os ranchos de palha dos pescadores o assustaram. Ele se perguntou onde estava aquela Canoa Quebrada tão divulgada. Na verdade, Canoa tinha sido uma grande decepção e ele estava certo que logo partiria. Com o tempo, disse ter percebido que toda sua busca existencial desde a primeira partida da Argentina tinha encontrado um destino final, uma aldeia pequena, que o recebeu de forma muito hospitaleira e onde ele, finalmente, após tantas viagens, podia se fixar. Para ele, reencontrar sua origem, uma localidade de identificação, fora de seu lugar de nascimento havia sido um sentimento muito forte que o acometeu em Canoa Quebrada. Em 1985, Índio encontrava-se casado com uma paulista, Suzy, com quem teve uma filha nascida em Canoa Quebrada chamada Duna. A casa da família ficava na Vila do Estevão. Para ele, a posse coletiva da terra é uma característica própria dos grupos indígenas, que também cumprem uma função importante na preservação ambiental.

Uma juventude metropolitana originária de grandes centros urbanos tanto internacionais, com destaque aos europeus, quanto nacionais, com destaque aos do sudeste do país, identificados como *hippies*, forasteiros e mochileiros instigados pelo contexto norte-americano provocado pelo movimento contracultural da década de 1960, propunham a busca por uma vida alternativa e holística a partir das ideias de liberdade, integração com a natureza, não-violência e consciência, preconizando um confronto ao consumismo, ao otimismo pós-guerra, ao trabalho e aos valores familiares tradicionais a partir de uma ruptura radical com todos esses discursos. A diferença entre a juventude fortalezense e esses *hippies* era que a viagem não implicava um retorno breve à vida anterior. Em deslocamentos durante longos períodos, passando por diversos destinos, consideravam-se sujeitos desterritorializados, desenraizados, em busca de experiências de longa duração que possibilitassem a promoção de um modo de vida harmônico.

Significava, na prática, a instauração de um fluxo de viajantes para localidades periféricas, tanto em um contexto global, ou seja, para países subdesenvolvidos, quanto no contexto nacional, especialmente as praias nordestinas, e ainda estadual. Fora a cidade de Fortaleza que tinha um grande núcleo de adensamento à beira-mar,

a costa do Ceará refletia o padrão descontínuo de ocupação na zona costeira brasileira – o que permanece atual: com 8.698 km de extensão que vai do Amapá ao Rio Grande do Sul, essa zona abriga um quarto de toda população brasileira agregada em torno de grandes cidades - são dez as capitais litorâneas brasileiras - que se revezam com extensas zonas de pouco adensamento ou consideradas despovoadas. Assim, esses *hippies* consideravam-se desbravadores de alguns espaços aparentemente isolados. Concretamente, a busca por espaços idealizados que comportassem essa nova proposta de vida motivava longas viagens não entendidas como turísticas. Os destinos priorizados eram aqueles que pudessem oferecer uma vida “simples”, que pudesse fazer convergir um discurso ambientalista com um discurso sobre o étnico. Nas palavras do Índio:

Olha, a terra pra nós é sagrada, não se vende, não tem propriedade privada. Isso é revolucionário para os padrões daqui. Tu vais encontrar isso nas sociedades primitivas, nos índios, que tem propriedade coletiva e tal. Aqui a terra não é um produto, não é uma mercadoria, é uma coisa para além disso. Inclusive para entender como se relacionar com a natureza, com o planeta como um todo, com esse capitalismo que está destruindo o planeta hoje em que a terra é apenas um extrator de metais, de produtos, etc, que se pode queimar, extrair, vender. Enquanto nós voltamos para as origens para entender que a terra é mãe que nos sustenta, que não pode ser vendida, porque se se vende, acabou. Isso é um impacto da hospitalidade brasileira e especificamente canoense em mim. Eu naturalmente não era assim, era uma pessoa mais fechada, outro tipo de cultura, menos aberto, menos festivo, menos simpático. Então, essas são coisas que fui absorvendo aqui, e isso me possibilita a me relacionar, a ser aberto, isso me possibilita a estender pontes e alianças como estratégias. Então, me vejo como um fazedor de alianças.

Índio, uma vez também morador e receoso de que sua família fosse expulsa da terra em 1985, contribuiu para construir contrastes ao conflito de 1978. Junto com o pessoal do Estevão concordava que era preciso dar visibilidade àquela situação, o que seu Assis e seu Luciano destacaram pela constante presença, apesar da enorme dificuldade financeira e prática em ir até a sede, nas sessões do Fórum de Aracati. Além disso, passaram a praticar a reunião como um repertório de organização e mobilização comunitária. Nesse ensejo, começaram a pensar que era importante criar uma instituição que os pudesse agregar em uma categoria de identificação coletiva. Essa categoria certamente não seria nativo, que passou a ser, segundo Fianga, considerada uma grande “pejoração”.

Para os moradores enfoca-se o tempo necessário à constituição da relação de moradia, enquanto que para os nativos o nascer é um elemento fundamental para indicar origem. Se, como dito, a identificação do “pessoal do Estevão” dá-se pelo

pertencimento familiar e pela identificação com o território, devido ao cruzamento da localidade com a genealogia - grosso modo, pertencer a um lugar e a uma família -, o que os diferencia dos nativos, segundo os moradores, é que a ideia de origem não é definida apenas pelo ato fundacional do nascimento (não é preciso nem nascer, estritamente falando, nem no lugar nem na família, necessariamente, para ser morador) mas é preciso que tenha se constituído relação com o lugar e com as pessoas. Nesse sentido, o que é focalizado é a criação de alguém ter sido feita ali, um processo que acontece após o nascimento, e, desse modo a categoria morador torna-se uma categoria de pertencimento que não está baseada em nenhum atributo primordial ou anterior à relação. Isso significa um modo de diferenciação diante daquilo que os moradores entendem que os nativos consideram como sendo seu principal critério de pertencimento e direito, o nascer: um atributo de substância, que não implicaria relação ou moralidade.

A relação de moradia implica uma temporalidade própria para o estabelecimento de confiança e solidariedade entre as famílias vizinhas, que co-residem em uma mesma localidade, assim como uma série de obrigações, direitos e deveres dos membros de cada família, que co-residem na mesma casa ou grupo de casas familiares, indicando um tipo de relação processualmente constituída, espacialmente localizada, regulada por normas específicas de interação e criando práticas territoriais de agregados que desenvolvem o sentimento de partilha de algo comum na relação de moradia. Morar por um tempo estendido ininterruptamente passou a ser o principal critério que qualifica alguém para morador. O que está em disputa quando afirma-se a origem sendo construída em uma duração específica é a contraposição à rapidez da circulação de pessoas em deslocamento com finalidades turísticas, ao tipo de relação possível para veranistas que não passam mais do que temporadas ali, e à súbita grilagem de terras favorecidas pelo argumento jurídico do *usucapião*, que é justamente aquele que concede direito com base no tempo mínimo – cinco anos - de ocupação territorial que deve ser provado mediante a constatação de benfeitorias construídas na propriedade ou de ter tornado a terra produtiva. Se no código estatal, o direito é concedido mediante a prova de um tempo de estabelecimento e produção na terra, a casa e o morar seriam argumentos suficientes para atribuição de direito.

Para demonstrar esses argumentos, vejamos algumas falas de *moradores*:

Todos que moram aqui, nasceram aqui têm direito [à um lote próprio de moradia]. Todos. Até os de fora que moram aqui há anos, que fazem um trabalho com a comunidade também têm direito. Esses são... escolheram aqui para morar, só não fizeram nascer, mas moram. (Fianga, em reunião da AMECQ, 2013)

Esse nome de nativo para mim é uma agressão, uma pejoração. Eu chegar e dizer “eu sou nativa”. Eu chego para dizer “eu sou moradora da comunidade do Estevão, eu não sou nativa, eu sou moradora”. Tem que mudar o linguajar. (*ibid.*)

Aqui teve uma época que houve uns contra, a maior parte dessas pessoas jovens que querem ter a terra para vender e dentro da documentação isso é negado definitivamente, nem troca em se dá e nem se vende. Eles são da família, nascido aqui, só que são pessoas rebeldes. O critério aqui é manter a família unida, e segundo, a seguridade da moradia. (Seu Assis, março de 2016).

O termo [morador] nos significava mais força, inclusive, e também uma espécie de abertura e também uma espécie de fortalecimento de quem mora aqui, e não quem nasceu aqui e foi embora, aí voltou quando tinha 19 anos, mas e cadê? Sua participação na terra aqui e tudo mais? (Índio, março de 2016)

Então, o surgimento da categoria *morador* é uma crítica direta à nativo. A Luta desenrolava-se internamente por meio da orientação dos “guerreiros da Luta”. Vilma lembra de seu avô Celso:

Eu era muito criança na época, mas até hoje quando eu me lembro, eu ainda vejo a cena porque foi muito forte pra mim. Meu avô tava almoçando, era mais ou menos um meio dia e alguém chega pra ele ‘Celso, tem que ir pra Fortaleza agora’. Ele suava muito, então, ela limpa o suor com a mão direita, joga no chão, deixa a comida e sai. Então, pra mim, essa imagem ficou como uma imagem que todo mundo tava unido naquela época pra tudo. Era um momento em que a comunidade realmente existia como comunidade. Aqui no Estevão, Pedro Andrade veio como grande empreendedor pra fazer a Baía Ecológica de São Pedro e também não era dono da cidade, mas aí tinha o prefeito junto, tinha juízes junto, tinha advogado junto, então, quer dizer, era o *business* em cima do poder de posse de pescadores analfabetos que não sabiam que tinham direitos, então isso é o que acontece no Brasil inteiro, o litoral inteiro era grilado.

Seu avô casou-se com Dona Lourdes, filha de Estevão e tinha a forte opinião de que eles não sairiam dali e que tampouco Pedro Andrade iria fragmentar mais ainda o território. Pedro Andrade ainda tentou uma negociação com os moradores para que se enclausurassem na beira da falésia, assim como o Joventino e Romero Moreira de Deus fizeram, o que eles sabiam, visto o exemplo do conflito anterior, que significava que em poucos anos eles perderiam suas casas pelo frequente desmoronamento. Seu

Carrim aceitou a negociação e hoje seus descendentes encontram-se em área de risco pela proximidade com a beira da falésia em avançado processo de desmoronamento. Seu Celso queria uma solução do Estado, que deveria dar “toda a terra” para eles, “era tudo ou nada”. Vilma, criança, muito perto de seu avô falecer o ouviu dizer “Filha, cuide da Vila assim como eu cuidei. O papel tudo aguenta, estude”. Mobilizada por esse grande sentimento de afeto e respeito pelo seu avô pescador e analfabeto, Vilma tornou-se advogada pela Universidade Potiguar (UnP), uma universidade particular norte-riograndense que tem uma filial em Mossoró. Junto ao Instituto Terramar fez vários cursos de formação de lideranças de jovens e identifica-se como mulher negra, empregando seus conhecimentos na defesa jurídica da Vila, além de ter ocupado vários cargos na diretoria da AMECQ, inclusive como presidente. Vilma afirma que a fala de seu avô lhe fez perceber que a injustiça é parte fundamental de quem tem o poder e que ter conhecimento é uma forma de disputar o alcance por justiça social e equilíbrio ambiental, quando esse conhecimento for agenciado a favor das populações tradicionais.

A ideia de que o analfabetismo dos pescadores era uma situação que implicava a falta de conhecimento dos direitos territoriais dessa população, sempre às voltas com a lida com processos burocráticos e linguagem jurídica, começou a ser um assunto bastante discutido. Os pescadores começaram a pensar que seria melhor que uma mulher fosse escolhida como primeira presidente da Associação. Isso porque as meninas, que ficavam em terra, estudavam e ajudavam suas mães e tias nas tarefas do seco, enquanto os meninos começavam a pescar muito cedo, com 8 ou 9 anos, época em que deixavam de estudar. Então, as mulheres costumavam ter uma formação escolar mais longa. Dona Maria, que havia sido boa estudante, tornou um pouco depois tanto a primeira presidente da AMECQ como a cuidadora da escola municipal do Estevão até hoje, que recebe crianças do primário. A escola foi a segunda pauta de reivindicação ao Estado que andou lado a lado com a luta pelos direitos territoriais. A maior atividade da qual se ocupam atualmente os moradores é com os estudos, conforme pesquisa de Takahashi (2016). São 90 estudantes na Vila, que conta hoje com alguns moradores que possuem o ensino superior completo cursado em uma faculdade particular em Aracati, a Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Àquela época, Índio foi bastante importante para ajudar na lida com a burocracia. Dona Maria contou que o tempo da Luta:



Foi bom. A gente seguia muito o conselho dos mais velhos, a gente tinha muito respeito pelas pessoas mais velhas, então, o que eles decidiam era uma ordem e a gente cumpria, ne, então, era muito mais fácil do que agora. A gente aprendeu muita coisa. Muita coisa que eu fiz, que a gente fez, eu não posso falar eu, que nós fizemos juntos, eu acho que, agora, pensando ‘Deus, a gente fez tudo isso mesmo?’ (...) A gente não tinha medo. A gente queria aquilo, a gente seguiu em frente.

Para seguir em frente, com os mais velhos na retaguarda, como seu Celso, e os mais novos na atuação direta, foi preciso construir algumas alianças, como muito bem definiu o Índio. Nesse sentido, surgiu o nome de Carlos Limaverde, o Caco, com que o Índio manteve uma profícua amizade que resultou na instrumentalização dos moradores por meio de alguns conceitos, categorias e modalidades de salvaguarda territorial propostos pelo arquiteto. Em sua dissertação, Caco considera-se um “arquiteto ambientalista” que desempenhou uma “atuação política ambiental” na Vila. Na época do conflito, Caco tinha um escritório de arquitetura e há pouco havia assumido o cargo de chefe do Setor de Bens Móveis e Imóveis da Divisão do Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos do Estado do Ceará (SECULT-CE). Alguns anos depois começou a lecionar na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) que o indicou como representante no Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) e no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM). No trecho abaixo, ele define como enxergou sua inserção no conflito territorial da Vila:

(...) um investidor na Canoa solicitou ao escritório do pesquisador um projeto de loteamento, nos moldes de outro loteamento famoso na época, chamado “Cumbuco”, na cidade de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. O projeto passou a ser denominado “Loteamento Ecológico Baía de São Pedro”. (...) Tal loteamento contava com 400 lotes, hípicas e áreas para hotéis de luxo e vila de pescadores. O pesquisador passou então a lutar em favor da legalidade e em favor da comunidade militando na área de política ambiental, defendendo os interesses da comunidade e logicamente contrário à implantação do “Projeto Ecológico Baía de São Pedro”. (LIMAVERDE, 2002)

Nas entrevistas com os moradores, Caco apareceu com uma ambiguidade inicial. Os moradores afirmam que Caco já conhecia bastante a praia por meio de suas longas e frequentes viagens quando ainda era estudante em Fortaleza<sup>26</sup>. Já havia estabelecido grande amizade com os moradores do Centro apesar de não com o pessoal do Estevão e, por conhecer bem a região, foi contratado pouco depois por

<sup>26</sup> Caco, alguns anos antes, havia tido a ideia de instituir um símbolo para Canoa Quebrada. Assim, resolveu esculpir em uma falésia próxima às barracas uma meia lua e estrela que havia sido criada por um artesão local que estava replicando a imagem em suas peças. Esse símbolo passou a ser aderido pelos outros artesãos e a ficar guardado na memória dos viajantes do lugar.

Pedro Andrade para tal projeto. Caco afirma que desconhecia que o projeto seria construído em cima da área de residência dos moradores. Como um ambientalista, projetou a obra segundo alguns critérios de preservação ambiental. Uma preservação ambiental, entretanto, tecnicamente qualificada, mas socialmente deslocada da questão social. Quando foi percebido o impossível cotejo entre equilíbrio ambiental e justiça social no conflito originado com a problemática do *resort*, Caco parece ter se visto diante da necessidade de empreender um movimento coerente com o que defendia politicamente: adequar o ambientalismo à questão social, já que, inicialmente, parecia não ter sido vislumbrado o impacto social que iria provocar a obra pelo desconhecimento do destino do empreendimento. A partir desse momento, quando Caco retirou seu nome do projeto e passou a apoiar os moradores na busca por uma forma de revide qualificado, ele foi revertido simbolicamente como grande aliado na Luta. O primeiro contato de Caco com os moradores, contam os mesmos, foi como representante do empreendimento.

Na época do conflito de 1978, Caco já havia contribuído com algumas mobilizações de resistência dos nativos. Amparada pela Lei Federal n.6513/77 que dispõe da criação de Áreas Especiais e Locais de Interesses Turístico<sup>27</sup>, uma proposição da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a União de Esportes de Canoa Quebrada (USEC), primeira instituição formal de Cano Quebrada criada pouco depois do primeiro conflito, solicitou que a praia fosse instituída como Local de Interesse Turístico à SECULT-CE. Quando Caco assumiu o cargo em 1985, foi expedida pelo Governo do Estado a Resolução de nº 2491/85, que estabelecia limites, descrevia as características locais e instituía normas gerais de ocupação em Canoa Quebrada.

Essa resolução, além de delimitar uma área preservada de 3,7 quilômetros de extensão e 800 metros de largura, demarcava três regiões: uma área de moradia chamada aldeia, um entorno não edificante e uma área de implantação de loteamentos e equipamentos turísticos, que deveriam obedecer a norma contida em

---

<sup>27</sup> Art. 4º - Locais de Interesse Turístico são trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos, e que compreendam: I - bens não sujeitos a regime específico de proteção; II - os respectivos entornos de proteção e ambientação.

outro projeto da EMBRATUR, o TURIS. Caco entendia que na resolução prevaleciam os direitos coletivos sob os individuais, além dela pontuar o valor cultural dos bens e a preservação do patrimônio natural. Sobretudo, a ênfase nela era a defesa de um turismo ambientalmente adequado e socialmente viável. Todavia, como observou o arquiteto, apesar de definir zonas em que a construção de equipamentos turísticos seria proibida, a Lei em questão não legislava sobre desapropriações.

Quando houve o segundo conflito, Caco produziu um Laudo Urbanístico sobre o Projeto do Loteamento com a finalidade de constatar as irregularidades do mesmo. Apoiado na Lei Federal sobre parcelamento do solo urbano em território nacional, no Código Florestal, na Política Nacional de Meio Ambiente e na legislação referente aos terrenos da Marinha, constatou a interseção do projeto com as áreas da aldeia e do entorno, a remoção das casas e fixação das mesmas em lugares proibidos, a derrubada dos pés de murici, importante fruto para economia local, o tráfego de veículos em área proibida, assentamentos em zonas protegidas de dunas e invasão da área de preservação da Marinha. Acrescentando que:

O loteamento foi aprovado de forma irregular, curiosamente o laudo de avaliação do mesmo, não observou a legislação vigente, tendo inclusive os proprietários adulterado mapas do ITERCE - Instituto de Terras do Ceará-, e alterado datas da planta original do novo loteamento, para a área em questão. Nota: no lugar de setembro, alteraram para julho. (LIMAVERDE, 2002)

Na conclusão do Laudo, Caco imprimiu a sua visão sobre o ambientalismo, afirmando que o nome “ecológico” usado por Pedro Andrade era meramente especulativo e que projetos aos moldes do apresentado pelo empresário estariam fadados ao boicote dos nativos “pelo problema social exposto” (*ibid.*). Aconselhou, por fim, que qualquer atividade hoteleira fosse implantada fora da área de aldeia e seu entorno, de preferência na cidade de Aracati, que dispunha de malha Rodoviária Federal com acesso às praias da cidade.

Caco recebeu do Procurador Ernani Porto, responsável pelo caso no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado (PGE)<sup>28</sup> onde desenrolava-se o processo em segunda instância e representante do Governador do Estado do Ceará, Gonzaga Mota, uma solicitação, assinada pelo Governador Gonzaga Mota, à SECULT-CE o pedido de tombamento<sup>29</sup> de Canoa Quebrada como Patrimônio Material estadual à

---

<sup>28</sup> Processo n.01/85.

<sup>29</sup> “Tombamento é o reconhecimento de um bem material, de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e/ou simbólico para uma comunidade, protegendo-o de descaracterização ou de destruição

SECULT-CE, amparado pela Lei Estadual nº 9.109/68, requisitando que a área da Vila do Estevão torna-se Patrimônio Cultural Estadual. Antes disso, em primeira instância, ainda em 1985, a atuação do advogado Inocêncio Uchôa foi fundamental para operar uma mudança de posição dos envolvidos no conflito, apesar do veredito ter sido desfavorável aos moradores da Vila, que foram considerados “réus confessos” pela Comarca de Aracati. Nessa ocasião é que o Juiz da Comarca de Aracati expediu em primeira instância uma Ordem de Despejo dos moradores. Como contou Fianga:

Porque como a comunidade chegou 5 minutos atrasada ficou como réu, ne, aí não teve direito à defesa e sim os especulares, ne. Naquele tempo não era fácil transporte. A gente saiu daqui cedo, muito cedo. A sessão era oito da manhã. Saímos daqui de caminhão, de carona, e o povo gritando que a gente era índio. Chegamos no Fórum de Aracati 8:05. Mas a gente não parou por isso aí não.

Inocêncio Uchôa é o último agente necessário para compreender como se deu a passagem do etnônimo pessoal do Estevão para a categoria morador e para a fundação da AMECQ em janeiro de 1986 em torno dessa categoria, finalmente, que só deu-se depois da perda do processo em primeira instância, quando a mobilização comunitária intensificou-se enormemente e os moradores passaram a virada do ano de 1985 para 1986 reunidos meditando sobre sentirem-se imensamente injustiçados não somente por já estarem no processo na posição de réus, mas ainda como réus confessos devido, claramente, à falta de condições de acesso e recursos que fazia com que o aparente simples comparecimento à sessão já indicasse, por si, a desigualdade de condições das partes envolvidas. Muitas injustiças estavam sendo desveladas nesse mesmo processo. Inocêncio contou que tinha o objetivo de tentar configurar aquele caso como uma questão relacionada à problemática agrária e aos direitos de posseiros, convocando a intervenção do Estado para a regularização fundiária para efetivar o direito à terra e à moradia. Logo, a ideia era provocar a mudança da posição de réus a sujeitos de direito e da parte acusatória à proprietário que não fazia cumprir a função social da terra.

Inocêncio Uchôa, hoje aposentado da função de Juiz do Trabalho titular de Vara, havia voltado em 1979 ao seu estado natal, o Ceará, para residir em Fortaleza, mas muito saudosos de sua cidade de origem, Aracati, um período marcado, segundo

---

através da aplicação de legislação específica.” (SECULT, 2013) Tal Lei foi posteriormente atualizada pela Lei nº. 13 465 de 05 de maio de 2004.

ele, pela “transição entre a ditadura e a completa democratização, o que só ocorreu com a constituinte e a Constituição de 05.10.1988”. Ele retornou depois da Lei da Anistia, após longos onze anos entre prisão e clandestinidade política, entre Recife e Rio de Janeiro. A prisão foi feita em 1968 quando depois de ter sido presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), estava participava da mobilização estudantil nacional a favor da restituição da União Nacional dos Estudantes (UNE) e militava na Fração Bolchevique-Trotskista da IV Internacional que o tinha enviado à Zona da Mata pernambucana para atuar junto aos camponeses nas lavouras de cana-de-açúcar.

No retorno, começou a militar junto às oposições sindicais para retomada dos sindicatos sob direções “pelegas colocadas pelo regime militar”, assim como junto às classes trabalhadoras das cidades e dos campos. Contribuiu com a criação de novos sindicatos e advogou em causas trabalhistas e em causas relacionadas à conflitos de terra rurais. Um dos processos que citou como dos mais significativos que atuou como liderança política e advogado dentre essas lutas foi o que culminou na criação do primeiro programa habitacional do Governo do Ceará que deu casa própria a vários cearenses. Foi com essa bagagem que, ao ser contatado pelo Índio, o advogado pôde contribuir para instrumentalizar os moradores.

Ele contou a ocasião de sua prisão:

Na época era quase consenso de que a revolução socialista no Brasil começaria na zona canavieira do Nordeste, onde os obreiros eram muito espoliados e exatamente por isso haviam conseguido atingir um alto grau de organização e de mobilização. E além de Sindicatos de Trabalhadores combativos, havia as Ligas Camponesas comandadas pelo advogado e deputado estadual Francisco Julião, que também eram muito radicalizadas, num caldo de sofrimento, mobilização e de cultura que forjara um ambiente pré-revolucionário realmente muito forte. (...) Meu trabalho aí consistia em retomar os contatos com os militantes e dirigentes sindicais de antes do golpe militar que seguiam a orientação política da IV Internacional, e que tivessem sobrevivido às prisões e desaparecimentos, estimulando-os a retomar a luta pela reorganização dos sindicatos e pela criação de um Partido Operário Baseado nos Sindicatos (POBS). Para tanto, alguns colegas da organização dirigiam-se à Casa de Detenção do Recife, buscar tais contatos com os sindicalistas que ali cumpriam pena, principalmente Júlio Santana, que havia sido um dos mais importantes dirigentes sindicais do período anterior ao golpe e que fora preso no início de 1964 (antes mesmo do golpe militar) pela polícia então do governador Miguel Arrais de Alencar, com o qual era aliado o Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco. Fui, portanto, preso nessa condição.

Inocência Uchôa narra exatamente o contexto sócio histórico em que estava inserido o conflito de 1985. Por um lado, durante os anos que morador estava sendo lançada, entre 1985 em 1986, o campo institucional de políticas públicas para populações posseiras estava se desenvolvendo, influenciado pelas discussões feitas no seio dos movimentos sociais que estavam em plena ebulição nos lugares em que militantes, motivados pela abertura democrática, agenciavam seus debates e ideias. Inocência Uchôa imprimiu na sua contribuição a esse processo localizado os interesses dos grupos a que estava ligado, assim como todos os agentes aqui abordados. Ele inseriu uma pauta que, como contou, estava fervilhando no sertão pernambucano, por meio da atuação das Ligas Camponesas e Sindicatos Trabalhistas: a exigência da efetivação do direito à terra preconizado pelo Estatuto da Terra de 1964 que culminou na criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária através do Decreto da Lei 91766/85<sup>30</sup>. Do centro do furacão desses debates, entretanto, Inocência Uchôa apontou que a posse, como instituto jurídico, à época anterior à Constituição de 1988, recebia da legislação um tratamento “extremamente precário”, o que conferia aos operadores de direito uma grande margem de interpretação, que não raramente justificavam sentenças desfavoráveis aos posseiros. Ante esse quadro, Inocência apegou-se ao único dispositivo de lei para configurar a presença dos moradores na terra diante de uma Ordem de Despejo expedida como legítima. O artigo 502<sup>31</sup> do Código Civil defende a legitimidade da auto-defesa ou desforço, em que o possuidor age por meios próprios para repelir a ameaça ou a tomada de sua posse. Assim, mediante a ordem do Juiz, uma retomada do território<sup>32</sup> estaria justificada como ato lícito segundo tal artigo.

Como pude perceber ao fim da entrevista com o advogado, a especificidade do caso da Vila em relação aos grupos camponeses com os quais ele trabalhou era a distinção entre os modos de tornar a terra produtiva. Por isso, a ênfase no direito à

---

<sup>30</sup> O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504) promulgado em 30 de novembro de 1964, definiu a ação governamental, dizendo expressamente ser objetivo da Reforma Agrária (art. 16): "estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio".

<sup>31</sup> O art. 502 do Código Civil afirma que “o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo”, e em seu parágrafo primeiro, segundo o qual “os atos de defesa ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse”.

<sup>32</sup> Embora que os moradores não tivessem sido, de fato, despejados.

propriedade foi cruzada com a pauta do direito de posseiros que, embora não plantem, moram. A experiência da Vila, para ele, foi representativa do contexto de “acúmulo de forças de obrigou a classe dominante a convocar a Assembleia Constituinte”. Na nova Constituição, os consensos alcançados relativos ao reconhecimento da propriedade como direito fundamental e à moradia como direito de natureza social estavam sendo produzidos em todo país.

Por fim, junto ao pedido de tombamento da Vila, o Governador Gonzaga Mota foi à comunidade assinar pessoalmente o Decreto de Desapropriação por Utilidade Pública que teve por fim “a preservação das características ecológica, paisagística e turística da Praia de Canoa Quebrada e o resguardo dos legítimos interesses moradores estabelecidos na área expropriada.”(CEARÁ, 1986). Dois dezesseis motivos justificados em legislação federal para proceder desapropriações desse tipo, dois pareceram motivar o Governador: “o socorro público em caso de calamidade” e a “preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza.” (BRASIL, 1941)<sup>33</sup>. Diante das câmeras do maior jornal local, Gonzaga Mota arrematou “Canoa Quebrada agora é do meu povo!” (ARACATI, 1986).

A justificativa para o tombamento foi clara. Nas palavras do Gonzaga Mota, o tombamento tinha por intenção “conservar a paisagem de excepcional beleza, que tanto tem promovido o turismo cearense mundo afora”. Gonzaga Mota se utilizava, assim, de um discurso ecológico com finalidades particulares. Aliás, também os moradores interessaram na política ambiental como aposta para salvaguarda territorial, que começaram a apostar que processos de territorialização (OLIVEIRA, 1993) concretizados a partir da constituição de objetos fundiários da política ambiental, a saber, das Unidades de Conservação (UCs), podem efetivar processos de reconhecimento (ARRUTI, 2006).

## **2.2 PRESERVAR PARA PERMANECER**

---

<sup>33</sup> Lei n.3365/41.

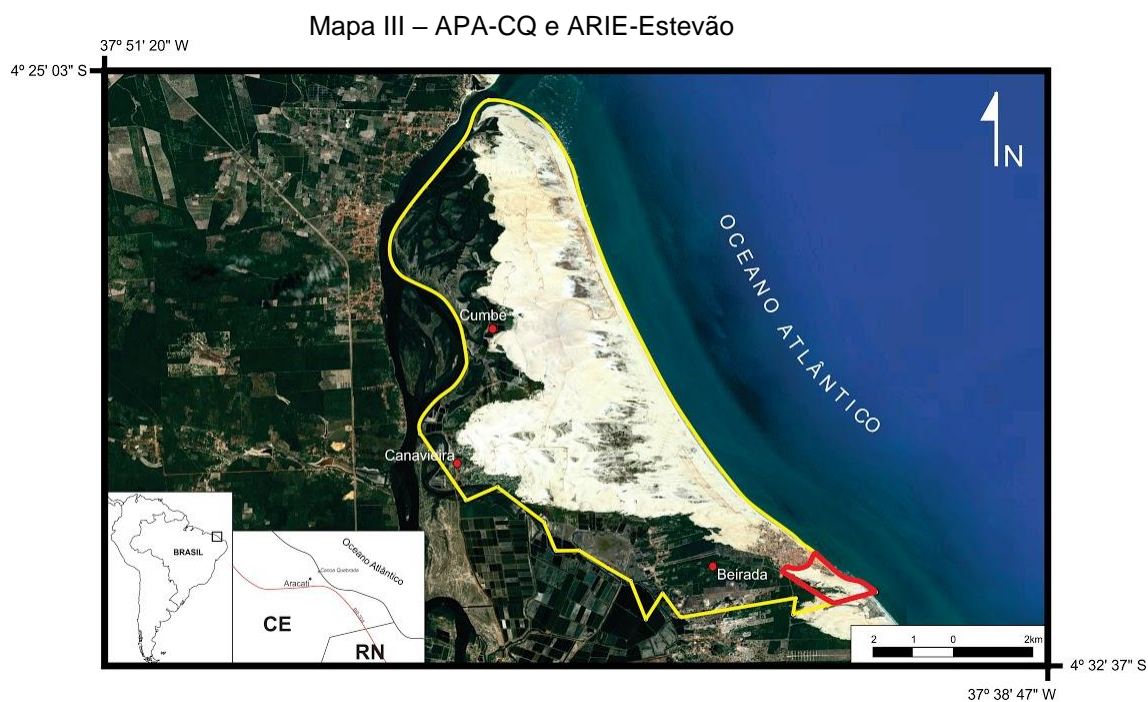
Essa sessão trata da criação das UCs municipais presentes na Vila do Estevão. A ideia de que a continuidade da existência do grupo dependia da proteção da “terra” ganhou mais força com a criação sob demanda dos moradores da Vila, em 1998, de duas UCs municipais sobrepostas – Lei n. 01 de 1997 e Lei n. 40 de 1998 - : a Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada (APA-CQ) e a Área de Relevante Interesse Ecológico do Estevão (ARIE-Estevão), compreendendo uma área de pouca mais de seis mil hectares a primeira e dentro dos quais duzentos hectares comportam a segunda (ARACATI, 2001). O cruzamento dessas duas UCs de Uso Sustentável forma a Zona de Vida Silvestre, destinada a melhor salvaguarda da biota nativa (BRASIL, 2000). A estratégia de salvaguarda territorial pensada por essa via ainda em 1988, foi concretizada apenas dez anos mais tarde, em 1998. Foi somente em 2001, entretanto, que, por meio de alteração na Lei da APA-CQ (ARACATI, 2001), pela primeira vez, os moradores passaram a serem considerados “comunidade tradicional” pela Prefeitura de Aracati (*ibid.*).

A chegada das UCs foi importante por alguns motivos. Primeiro porque os moradores já consideravam uma área maior do que a desapropriada como seu território tradicional. Aos poucos, começou a haver uma ampliação secreta desse domínio, incluindo as matas nativas, o campo de dunas e também a Igreja Católica, que acabou por ser rebatizada de Igreja do Estevão. Por não haver nenhum marco oficial relativo ao território já que a atuação do Governo Estadual parou na desapropriação, os moradores faziam uma gestão baseada em normas comunitárias. Aproveitando a indefinição em relação aos limites territoriais oficiais, os moradores acordaram que iriam se expandir em direção à Igreja. A gestão consistia em derrubar construções não autorizadas pela AMECQ ou cercas fincadas ali. Os moradores da Vila davam o aviso para que fossem retiradas as cercas e derrubadas as casas. Se não fossem obedecidos, eles juntavam-se em mutirão para fazê-lo.

A Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada (APA-CQ) (cf. mapa na próxima página), em amarelo comporta a Vila, Canoa Quebrada e mais três “comunidades tradicionais”. Em vermelho, a Área de Relevante Interesse Ecológico do Estevão (ARIE-Estevão) abriga apenas a Vila. A APA-CQ é uma UC municipal que está zoneada comportando um núcleo urbanizado que corresponde à população de Canoa Quebrada e a ARIE- Estevão, e, entre outras áreas, abriga três Zonas de



Conservação de Comunidades Tradicionais (ZCCT). São elas: Cumbe, Canavieira e Beirada (ARACATI, 2002). As três últimas ficam à oeste de Canoa Quebrada e um pouco mais recuadas, entre córregos ligados ao Rio Jaguaribe, que alimentam zonas de mangue, e o mar.



Fonte: *Google Earth* e Memorial Descritivo da APA-CQ. Elaboração: Matheus Lisboa, 2017.

A APA-CQ tem por objetivo 1) Proteger as bióticas nativas, as dunas fixas e móveis, as paleodunas, as falésias, as gamboas, as lagoas permanentes e intermitentes, os mangues, as formações rochosas de grande potencial paisagístico, os arrecifes e os solos. 2) Proporcionar e desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista através de métodos e técnicas apropriadas ao uso e aproveitamento do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos. (ARACATI, 1998). Nessa ocasião o Centro foi chamado de “povoado” e a Vila de “aldeia”. A ARIE-Estevão tem por finalidade proteger os ecossistemas locais, preservação das belezas cênicas e paisagens nativa e proteger e preservar a unidade social da comunidade dos Estevão, através da atuação da AMECQ. (*ibid.*). Com a reformulação da lei da APA-CQ em 2001, um novo objetivo foi definido: a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais” nela fixadas e a preservação da unidade histórica-social dos moradores. Fora a área de moradia e uma para expansão das casas futuramente, a ARIE é considerada *non edificand*, quer

dizer que não poderia ser edificada. A política nessa categoria de zona é admitir a ocupação do território sob condições adequadas de manejo dos atributos e recursos naturais, ou seja, consiste numa política de uso sustentável (BRASIL, 2000). Nessas áreas, as condições ambientais já alteradas pelo processo de uso e ocupação do solo apresentam níveis diferenciados de fragilidade, conservação e degradação, devendo ser aplicados programas de recuperação ambiental.

As comunidades do Cumbe e de Canaveira, por sua vez, têm vivido gravíssimos conflitos ambientais com longos processos judicializados e ordens de reintegração de posse por parte de empresários por causa de problemas oriundos das construções na década de 1980 da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) para transportar água potável de lá até Aracati, da criação extensiva de camarão nas áreas manguezais desde a década de 1990 e por serem canteiro de obras do Parque Eólico Bons Ventos Aracati desde os anos 2000. Em 2014, o Cumbe foi certificado pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo – Processo n. 01420.014216/2014 – e foram iniciados os estudos para o Relatório de Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE).

#### Índio narra como surgiu a ideia de surgimento da APA-CQ

A APA é um marco legal para preservar que tem normas... uma das coisas mais interessantes era ter um conselho ou um comitê gestor da APA integrado por pessoas da comunidade com figuras do poder público pq nós percebíamos a desorganização total [do poder público]. Jogando a peteca um pro outro, um pro outro, um pro outro, então, quando percebemos isso dissemos 'Cara, vamos criar um marco onde todos estejam dentro e possam conversar e se entender'. Que ilusão, nossa!

A necessidade de integrar, sob um mesmo instrumento legal, os órgãos públicos responsáveis pela preservação do meio ambiente que trabalhavam de forma desarticulada como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE). Por ausência de legislação própria para aquela área foi enxergada por Índio e Caco, os órgãos seguiam atuando de modo descoordenada. Outro aspecto importante era legalizar a participação da comunidade, por meio da gestão nas Unidades de Conservação.

O contexto desfavorável para as populações tradicionais dali, tensionadas pelo crescente interesse econômico na região – em terra e em mar - capaz de transcender as leis quando os próprios moradores encontram-se submetidos cotidianamente a elas, divide os moradores entre otimistas e pessimistas em relação à proteção ambiental, polarizando diferentes interpretações para temas fundamentais. Existe um questionamento de se a estratégia de considerar a UC como marco regulatório que fosse favorecer os moradores foi eficiente. A legislação ambiental não foi capaz de frear os quatro parques eólicos construídos nas dunas da APA-CQ, que não permitem nenhum tipo de interferência humana. A participação dos moradores nas decisões sobre a UC através dos representantes presentes nos Conselho da APA-CQ é entendida por eles como figurativa. Nem tampouco regulamentou a carcinicultura que tem provocado problemas sérios de falta de água de qualidade para as populações residentes. Disciplinarizar lógicas espaciais que operam por parâmetros de desenvolvimento não capitalistas parece contraditório quando não existe uma concorrência entre a utilização dos recursos e a conservação do meio ambiente (CUNHA, 2009), que é o que marca as lógicas desenvolvimentistas ocidentais e no que aposta a política ambiental ao tê-la como horizonte de combate.

A política ambiental como via de direito à terra e como estratégia de criação de marcos jurídicos que pudessem trazer alguma seguridade territorial trouxe o paradoxo da incidência do paradigma conservacionista da biodiversidade sob os usos do território, colocando a necessidade – contraditória com o objetivo estevense da demanda pelas UCs – de que a população continuamente justifique sua presença em áreas criadas pelo Estado para serem conservadas, antes de tudo, com finalidades ambientais. Ainda como agravante, com um plano de manejo figurativo e com um conselho na prática inexistente, segundo avaliação dos moradores, enfraqueceu a possibilidade de auto-gestão territorial por essa via. A ideia de que o modo de vida dos moradia, “tradicional” e pesqueiro, é compatível aos objetivos das UCs por causa de um “manejo sustentável” do território começa a ser apropriada e acionada pelo grupo para consolidar a imagem do eles como agente de conservação, em um diálogo direto com o vocabulário das políticas ambientais e em consonância com uma mudança de rumo ideológico que acontece no Brasil na década de 1980 em que populações anteriormente consideradas entraves ao desenvolvimento passam a ser

promovidas, pela associação entre elas, seus conhecimentos tradicionais e conservação ambiental, “à linha de frente da modernidade” (CUNHA, 2009).

Por apresentarem, de modo geral, um histórico de baixo impacto ambiental e pela necessidade de restituição de seu território, a Vila se dispôs a se comprometer com a prestação de serviços ambientais ao Estado brasileiro. Nesse sentido, para a Vila do Estevão, a emergência da biodiversidade como uma categoria chave na contemporaneidade, e a tentativa de fazer convergir questões ambientais e sociais sob o mesmo paradigma, o socioambiental, é o que constitui tal contexto a partir do fim da década de 1990, com destaque ao campo político-normativo nacional de políticas ambientais que se desenvolve durante toda a década de 1990 e culmina com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, fazendo sobrepor UCs aos modos de gerir, conceber e se relacionar com o território produzidos por população diferenciadas em processo de emergência identitária e reconhecimento pelo Estado brasileiro (RICARDO, 2004).

Como evidência da fragilidade da APA-CQ e da ARIE-Estevão como marco jurídico que reprima o avanço de grandes projetos econômicos desenvolvimentistas e como estratégia de conservação, as populações locais começaram a se tradicionalizar, mobilizando politicamente seus pertencimentos – étnicos ou não – e instrumentalizando suas identidades. Cumbe e Canavieira têm acionado elementos de identificação étnica não só para restituição dos seus territórios, mas para reivindicar que os esquecimentos, ocultamentos e silenciamentos que foram operados na construção da história de Aracati e do Ceará sejam reparados no que se refere à inexistência de negros ali.

Lá são rememoradas narrativas de trabalho escravo em nove engenhos de cana-de-açúcar (PINTO *et al*, 2014), no lado direito do Rio Jaguaribe, onde também se produzia a famosa cachaça do Cumbe. A ascendência negra e a memória de escravidão são somadas à atividade pesqueira no mar e no mangue, grande referência identitária do presente, originando a atual autoafirmação de identidade da população dali: um quilombo de praia. Ainda no Cumbe, ao serem reviradas as dunas para a implantação do parque eólico, foram encontradas 71 ocorrências arqueológicas de *sambaquis* enterradas, evidências materiais da ocupação da área por grupos marisqueiros, coletores e caçadores que datam dos séculos XVI e XVII

(VIANA,SANTOS JUNIOR, 2008), de acordo com o Laudo Arqueológico requerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela empresa de energia eólica Bons Ventos Geradora de Energia S/A (*ibid.*) e usado pelos moradores como prova a mais de sua ocupação tradicional, retratada na literatura pela presença de grupos indígenas *tupi potiguara* (NIMUENDAJU, 1981) em toda região entre litoral leste cearense e litoral norte potiguar.

Por muito tempo, a história do Ceará foi narrada operando esquecimento quanto a presença de negros no estado. Tal afirmativa da inexistência de população afro-descendente vem sendo justificada pelo fato da plantação de cana-de-açúcar não ter tido lastro no Ceará Colonial, que era onde poderia ser empregada a mão-de-obra negra escravizada. Nas atividades pecuárias, a mão-de-obra empregada teria sido a dos “trabalhadores livres”, representada pela figura dos vaqueiros. Um postulado histórico foi construído sob o argumento de que a própria atividade pastoreira seria incompatível com a condição de cativo e com a maneira que o território cearense foi sendo colonizado: ausência dos proprietários das sesmarias e o deslocamento com a boiada em busca de novos pastos e cursos de rios seriam critérios que automaticamente desclassificariam os escravos para a função. A imagem do escravo, considerado aquele submisso dentro do sistema escravagista ou aquele fugido para algum quilombo – a partir do entendimento historiográfico do termo – reificava tal justificativa. O movimento negro do estado reivindica que esse esquecimento seja revisto, chamando atenção para o fato de que o pioneirismo da abolição da escravatura no Ceará não foi efeito de uma consciência iluminista da intelectualidade cearense que defendia a abolição como causa política ou religiosa, principal tese sobre o pioneirismo do Ceará na Abolição da Escravatura. A denominação “Terra da Luz” se justificaria pelo fato de que o Ceará teria irradiado a luz da liberdade para o restante do país quatro anos antes da liberação total dos escravos no Brasil (XAVIER, 2010). A presença negra foi registrada pelo tabelião da vila de Santa Cruz do Aracati e pelas sindicâncias envolvendo escravos (ROLIM, 2012), pelos processos criminais da cidade (PINHEIRO, 2008), pelos livros de batismos, casamentos e óbitos (CHAVES, 2012), e por registros demográficos, compilados em algumas pesquisas (RATTS, 2009; SHUTTE, 2014). A Coordenação Estadual dos Quilombos Rurais do Ceará (CERQUICE) reconhece 100 comunidades remanescentes de quilombo no estado. Dessas, apenas 46 são certificadas pela Fundação Palmares e nenhuma é

titulada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aracati tem duas comunidades quilombolas, ambas ligadas a engenhos de cana-de-açúcar: o Córrego de Ubaranas, certificado em 2010 e em processo de titulação, e o Cumbe, certificado em 2014, onde recentemente foram iniciados os estudos de identificação e demarcação de território quilombola.

Ademais, pesquisadores que têm analisado conflitos resultantes da adesão de discursos preservacionistas em UCs de Proteção Integral onde populações tradicionais residem (ZAGATTO, 2013), têm registrado que tais discursos frequentemente defendem que interesses localizados e modos próprios de usar os recursos naturais devem ser minimizados ou até mesmo aniquilados em função do que seria do interesse da maioria, representado pelo contexto da problemática ambiental mundial, porta-voz de toda humanidade e de gerações futuras. Nesse sentido, noticiam-se que algumas prioridades de gestão podem ser definidas a partir de uma aproximação com discursos e agentes ambientalistas que acabam inserindo elementos que escapam às preocupações locais.

A Associação, criada na época do processo judicial da década de 1980 com a finalidade de encabeçar e estruturar a “luta”, como instância elementar na elaboração de estratégias de resistência e para conquista de uma identidade pública, no seio da qual acordos e entendimentos foram construídos assim como consensos foram formalizados, tornou-se desde então um importante espaço de mediação cultural (MONTERO, ARRUTI, POMPA, 2012). Nesse sentido, tem criado redes de articulação com outros grupos pesqueiros, movimentos sociais e esferas do poder público, tem atualizado periodicamente os moradores das situações de conflito, denunciado injustiças e ações expropriatórias e criado repertórios de ação política que foram sendo formados durante a trajetória na “luta” e dos conhecimentos adquiridos nela, especialmente pelas tentativas de antecipação da ação estatal ou privada e, ainda, pela constante formulação de contra-propostas que visam inserir nas políticas públicas, obras e outras intervenções o interesse dos moradores, cobrando sempre que o poder decisório deles seja efetivado. Nesse sentido, a Vila do Estevão tornou-se entre os povos do mar uma referência no que diz respeito à gestão do seu território, tema recorrentemente solicitado às lideranças estevenses em espaços de troca e socialização pesqueira.

Um diálogo que parecia ser profícuo entre sociodiversidade, biodiversidade e políticas de reconhecimento foi, no entanto, com o passar do tempo, revelando os limites do difícil equacionamento entre justiça social e equilíbrio ambiental (RICARDO, 2004), que apareceu sob a forma de concorrência entre conservação da natureza e direitos sociais. No primeiro caso de sobreposição de uma Terra Indígena (TI) a uma reserva extrativista (RESEX) no Alto Juruá, Acre, o que passou a haver foi, em um mesmo território, populações diferentemente classificadas – três grupos indígenas e um extrativista - com dois estatutos fundiários: os primeiros com autonomia em relação aos usos do território depois da titulação efetivada e o segundo submetido ao marco conservacionista da política ambiental, que foi mostrando seus empecilhos quando, ao definir um espaço com a prioridade de ser ambientalmente protegido, provocava ou a expulsão dos moradores de seus territórios convertidos em UCs, ou a disciplinarização do uso a partir de lógicas não compartilhadas por eles ou, ainda, o conflito entre populações co-residentes que faziam anteriormente uma gestão compartilhada do espaço (ALMEIDA, REZENDE, 2013). Em resumo, os extrativistas não consideraram justo passar por todo o processo burocrático – e permanente - de negociação com o Estado em que se discutia quais usos seriam permitidos ou proibidos e, além disso, terem aquilo como objeto de fiscalização e punição. Começou-se a se questionar se a política ambiental como via de seguridade territorial seria eficaz ou se ela também seria um modo de expropriação, dessa vez não mais colonial, mas estatal (ARRUTI, 2013), para fins totalmente alheios aos interesses dos residentes dessas áreas.

Uma questão começou a ser focalizada nas discussões sobre sobreposições especificamente, mas, antes, sobre o estatuto político da alteridade contemporaneamente a partir do problema da classificação. Ela passou a provocar reflexões acerca da transitoriedade das identificações, por um lado e, por outro, acerca da contraditória obrigação que os grupos têm de adotar uma única categoria identitária - já que, do ponto de vista estatal, as autoatribuições remetem a identidades unas, fixas e excludentes entre si. Essa é uma consequência da proliferação de identidades induzidas por políticas públicas e suas classificações administrativas, o que acabou tendo como efeito prático uma série de conflitos entre demandas de moradores diferentemente identificados, especialmente agravados pela ausência de uma gestão territorial compartilhada entre diferentes órgãos executores de políticas

coexistentes e as populações residentes de tais espaços, recriando lógicas de exclusão e promovendo concorrências e clivagens entre grupos locais e, ainda, discussões inconclusivas entre ambientalistas e indigenistas enquanto os agentes de expropriação atuam quase que livremente (SANTILLI, 2004).

Tais eventos provocam reflexões sobre os limites do Estado Multiculturalista que atribui direitos diferenciados com base em critérios identitários, ainda que o termo “populações tradicionais” seja propositalmente amplo e definido de modo extensional, ou seja, enumerando os membros atuais e os candidatos a membros (por exemplo, como na categoria pescadores há os jangadeiros, canoeiros, marisqueiras, caiçaras, etc), para oferecer a mobilidade necessária que a criação e a apropriação de categorias como parte da formação de novos sujeitos exige, mas que opera com a finalidade de renovar o processo de construção nacional sob a lógica da isonomia (ARRUTI, 2006) e como modo de responder uma exigência que passa a figurar o cenário jurídico-ideológico global pela criação de dispositivos estatais de revisão de práticas históricas de supressão da diferença.

Além disso, o problema da classificação remete à problematização em torno de realidades pouco discutidas sob as quais cientistas sociais retiraram conceitos e construíram teorizações fundadas mais em uma adesão automática das classificações oficiais e dos documentos historiográficos do que o questionamento de que tais nomeações – que revelam uma grande flexibilidade e uma enorme flutuação semântica para os mesmos termos no seio de disputas classificatórias – foram e são resultado do agregado de realidades particulares a classificações generalizáveis segundo o interesse e instrumentos de dominação disponíveis a quem nomeia (*ibid.*). Quer dizer que a partir de um maior conhecimento sobre a trajetória de diversas populações, realidades antes tomadas como auto-evidentes passam a revelar a porosidade das fronteiras entre conceitos cristalizados – como índios e negros, aldeados e escravos, indigentes, mestiços, marginais, pobres, trabalhadores livres, etc.

O que se observa é que a afirmação da cultura como sinônimo de identidade específica e irredutível trouxe consequências práticas importantes, que têm levado, por sua vez, a subversões classificatórias e produção de meta-discursos de atores



que desencadeiam suas lutas. As populações tradicionais contam com, além dos instrumentos normativos já abordados aqui, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída pelo Decreto 6.040/2007 e implementada pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Há também, como dito, a ingerência da política ambiental que desde o surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 até o ano de 2009, criou 304 UCs federais, 600 estaduais, 700 municipais e 800 particulares (IPEA, 2009). O quadro gerado com o enorme número de UCs criadas em territórios tradicionais fez com que se percebesse que uma franca contradição entre PNPCT e SNUC existia (ALMEIDA, REZENDE, 2013). O artigo 42 do SNUC contribui significativamente para aquilo que é chamado de “reassentamento das populações tradicionais” presentes em UCs, enquanto o PNPCT enfatiza a promoção e garantia de seus direitos territoriais como um dos principais objetivos, ao mesmo tempo em que o artigo 16 da Convenção 169 da OIT afirma que os povos não devem ser retirados das terras que ocupam.

O marco conservacionista prioritário das políticas ambientais e sua inadequação às políticas de reconhecimento das populações tradicionais ficou evidenciado ainda mais com a ausência de um órgão executor da PNPCT independente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - similar à FUNAI ou à Fundação Palmares - que concentre as políticas para povos tradicionais não indígenas e não quilombolas que ficam à mercê de decisões *ad hoc* tomadas por órgãos públicos separados e baseados em dispositivos legais incompatíveis e muitas vezes frágeis, a exemplo do fato das UCs existirem em caráter temporário e a ocupação em seu interior ser regulado por prazos de concessões de uso. Como agravante, o ICMBio, de modo geral composto por quadros de biólogos e profissionais de áreas afins responsáveis pelas UCs federais, adotou um modelo de gestão unilateral e extinguiu a cogestão praticada anteriormente pelo IBAMA através do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) (*ibid.*) a partir de onde a categoria administrativa de “populações tradicionais”, inicialmente povoada apenas

por seringueiros e castanheiros da Amazônia, inaugurou sua existência (CUNHA, 2009)<sup>34</sup>, embora que tenha se consolidado posteriormente com a criação do SNUC.

Por fim, com o antagonismos entre diferentes planos federais de ordenamento territorial e com um judiciário que não considera a possibilidade de políticas territoriais compartilhadas entre populações diferentemente identificadas mas co-presentes, pescadores, agricultores, caiçaras e vários outros coletivos que compõem as populações tradicionais<sup>35</sup>, têm gerado demandas étnicas cada vez mais frequentemente, como efeito da diferença entre o manejo regulado a que se encontram submetidos e o direito de usufruto exclusivo, além da maior seguridade que quilombolas e indígenas conquistam com a titulação. Tais povos encontram-se menos protegidos pelos dispositivos constitucionais quanto aos direitos das populações tradicionais (SANTANA, OLIVEIRA, 2008).

Recentemente, por meio de alteração na lei, o zoneamento da APA-CQ foi mudado com vistas a transformar uma área rural em área de expansão urbana, além de criar o Parque da Mata Portal de Canoa Quebrada. Tal mudança foi justificada para incluir novas formas de contrapartidas e compensações, conformando uma “parceria entre os setores público-privado” (ARACATI, 2015). Dito de outro modo, o proprietário de uma faixa de terra localizada em zona rural dentro da UC requereu a mudança da mesma para zona urbana, promovendo uma mudança legislativa no Plano Diretor da cidade – a fim de adquirir a condição legal necessária que permite parcelar o solo e edificar - e foi atendido pela Prefeitura de Aracati, que colocou como contrapartida

---

<sup>34</sup> Segundo Almeida e Rezende (2013), o “novo CNPT” operante no ICMBio “disfarça o fato de que este novo órgão é um centro de pesquisa de produtos naturais no interior do Nordeste sem nenhuma função similar às do antigo CNPT, que dessa forma desapareceu de modo disfarçado e envergonhado (...)” (ALMEIDA, REZENDE, 2013, p. 191).

<sup>35</sup> Remeto-me à categoria de “populações tradicionais” que é distinta legalmente das de “populações indígenas” e “populações remanescentes de quilombos”. Os direitos territoriais indígenas e quilombolas preconizados respectivamente no Artigo 231 da Constituição Federal e no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não têm como fundamento a conservação ambiental, embora que as práticas territoriais indígenas tenham cumprido tal fim de modo expressivo em contextos de enorme devastação. A primeira acepção do termo surge vinculada à política ambiental ainda no IBAMA, que foi efetivada pelo SNUC em 2000, definindo as populações como sendo portadoras de um modo sustentável de exploração dos recursos naturais e, por isso, que desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000). No entanto, existe uma definição legislativa de povos e populações tradicionais - Decreto n. 6040/2007 - considerada mais satisfatória pelos antropólogos, considerando-os “grupos culturalmente diferenciados e que se consideram como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

para tal benefício a “criação e manutenção de áreas verdes na APA” (*ibid.*) através de um parque e da transferência para a municipalidade de parte dele. Tal mudança foi justificada pelas vantagens que tal recategorização traria aos moradores ao possibilitar a chegada de serviços básicos que, no entanto, não passam da obrigação do poder público independente do estatuto que a terra possa adquirir. A ARIE-Estevão também foi criada como sendo ZCCT (ARACATI, 1998), no entanto, na ocasião do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo (2002) também foi englobada como área urbana. Criar uma área urbana sob os argumentos apresentados – acesso da população a serviços - enfraquece a ARIE como política de reconhecimento de direitos socioambientais e territoriais, uma vez que a escolha por essa categoria de UC teve por finalidade garantir uma maior segurança do que a APA por apresentar uma série de impedimentos para grandes edificações, uma prática que encontra facilidades na segunda categoria que já é criada em áreas com quantidade significativa de edificação. Era preciso buscar, portanto, novas modalidades de salvaguarda.

### **2.3 A “PROVA DE FOGO”**

O último processo administrativo retoma a mesma área trabalhada na primeira sessão deste capítulo: a área desapropriada. Com a desapropriação, o Governo do Estado do Ceará tornou-se proprietário daquela faixa de moradia sem que, no entanto, tenha havido nenhum ato oficial posterior que garantisse a permanência dos moradores ali. Quer dizer que a desapropriação apontava os limites da diferença entre uma ação indispensável à correção de injustiças sociais provocadas pela concentração de terra, a regularização fundiária, e a efetivação da seguridade territorial dos moradores. Apesar de, na época, como apontou o Inocêncio Uchôa, os instrumentos jurídicos de reconhecimento do direito de posseiros ainda estavam sendo estabelecidos com a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, muitos anos haviam passado sem que o Estado intervisse para atribuir direitos territoriais de modo mais efetivo. Ou seja, não bastava tirar a propriedade de um particular para torná-la do Estado, que atuou em 1986 como regulador dos conflitos de interesse sob um mesmo território. Para os moradores, sem que fosse efetuada uma redistribuição da terra concentrada agora pelo Estado, o que justificaria que a desapropriação havia tido por finalidade reconhecer os verdadeiros detentores do direito à posse pela garantia do acesso à terra, a transação feita com ela não só estaria incompleta como

também o Ceará teria se colocado como mais um agente interessado em monopolizar terras e reproduzir injustiças. Mesmo que o patrimônio continuasse sendo do Estado, os moradores passaram a demandar que a Lei do Estevão ganhasse algum tipo de amparo oficial.

Foi em 2006 que um órgão estadual, o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), Autarquia Especial Estadual responsável por executar as políticas públicas agrárias, adentrou a questão fundiária da Vila emitindo o Título de Domínio n. 6470/2006 (Anexo B) que conferiu a propriedade da área de moradia à AMECQ. Para entender esse processo, chamado de titulação, é preciso voltar alguns anos.

Em 1999, a Prefeitura Municipal de Aracati (PMA) iniciou a elaboração, junto à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA-CE), do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati (PDDU). O PDDU é um instrumento técnico-político preconizado na Constituição Federal no capítulo sobre Política Urbana, o chamado Estatuto da Cidade, que tem por finalidade estabelecer diretrizes gerais vigentes por vinte anos para toda cidade com mais de 20.000 habitantes ou em áreas metropolitanas e de interesses turístico, que deve culminar em um conjunto normativo que estabelece direitos sociais e normas de controle socioambiental (BRASIL, 1988). Nesse processo, foram elaborados cinco documentos: Caracterização do Município de Aracati; Plano Estratégico; Plano de Estruturação Urbana; Legislação Básica e Projetos Estruturantes. Na etapa dos Projetos Estruturantes do PDDU foram elencados cinco projetos prioritários para o desenvolvimento da cidade, sendo quatro na sede e um em Canoa Quebrada, o chamado Projeto Canoa, que seria executado nos próximos anos<sup>36</sup>.

O Projeto Canoa tinha como objetivo fazer uma Requalificação Urbana da praia por meio de algumas obras estruturais que visavam alavancar a atividade turística. Eram elas: a implantação de uma rede coletora pública de esgotamento sanitário com estação de tratamento, um sistema de drenagem de águas pluviais, de terraplanagem, iluminação pública, pavimentação das vias principais, construção de edificações para o turista e comunidade e, por fim, restaurações nas falésias que estavam em avançado processo de erosão. Servia, portanto, para seguir estruturando Canoa

---

<sup>36</sup> Foi esse Projeto que fez o calçamento da Avenida *Broadway* sem o devido escoamento, segundo os moradores, que provocou a grande erosão nas falésias de que falei no primeiro capítulo.

Quebrada como mercado turístico, que era um interesse do Estado nas esferas estadual e municipal - que por isso estavam juntos no projeto - além dos grupos empresariais ligados à atividade turística. Os moradores da Vila entendiam que, apesar das reservas aos problemas causados pelo turismo, a inserção dessa atividade econômica era um dos poucos modos que dispunham de negociar com o Estado melhores condições de vida. O Projeto Canoa seria parcialmente financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que fez uma exigência à PMA: a elaboração do Plano de Gestão da APA-CQ que até então não havia sido feito.

De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 2000) e com a própria legislação da APA-CQ (ARACATI, 1998), essa Unidade de Conservação só seria efetivada com o instrumento técnico-político do Plano de Gestão. Na prática, a APA-CQ não existia sem o Plano de Gestão, o que não havia sido do interesse da PMA até esse momento. O Plano de Gestão é formado pelo conjunto de normas que disciplinam o uso territorial em cada zona da UC, definem como será feita a gestão nela, além da legislação ambiental que será ali seguida e a forma como os usos serão monitorados (*ibid.*). Como mecanismo para efetuar a gestão da UC, teria sido preciso criar o Conselho Deliberativo da APA-CQ, uma instância mista formada pelo poder público, sociedade civil e representantes das populações residentes, que, junto ao Órgão Ambiental Municipal, seria a instância máxima de fiscalização e monitoramento. Logo, seria um importantíssimo instrumento para os moradores que poderiam, assim, se amparar em algum instrumento efetivo para denunciar, cobrar, fiscalizar e monitorar o que acontecia dentro da UC, efetivando o projeto da APA-CQ como modalidade de salvaguarda territorial. Sem ele, a UC seguiria sendo apenas um ato administrativo vazio e sem efetividade.

O interesse súbito da PMA foi registrado por Caco:

A Prefeitura passou então a valorizar o que antes dormia nas gavetas - o trabalho já desenvolvido no sentido de criar uma Área Protegida em seu litoral - conhecido no mundo inteiro. Ao ser desengavetado, e ao se dar andamento rápido ao processo de implantação desta área protegida, terminaram por esquecer alguns detalhes legais que foram apresentados em dossiê assinado pela nova equipe da Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Aracati, em março de 2001. (LIMAVERDE, 2002)

Como constatado em tal dossiê um pouco depois, a APA-CQ mesmo tendo sido criada não existia, uma vez que todas as condições preconizadas em lei que a

tornariam efetiva estavam nulas por causa de equívocos de cunho jurídico-administrativo. Segundo o parecer, havia sido criado um Conselho Deliberativo de modo extra-oficial que só se reuniu dez meses após sua criação, o que, segundo seu próprio Regimento Interno, o configuraria como “caduco”, já que as reuniões teriam que acontecer bimensalmente. Além disso, esse Conselho foi considerado ilegítimo, já que os representantes deveriam ter sido indicados por meio de ofício. Também não havia sido criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente, instância que concederia as licenças ambientais através de um pacto cooperativo entre estado e município, que não foi formalizado. Em suma, uma série de questões não haviam sido cumpridas pela falta de interesse da PMA de efetivar a APA-CQ até então, já demonstrado, inclusive, pelo modo como havia sido criada a UC, por decurso de prazo. Esse dossiê, entretanto, foi elaborado com a finalidade de identificar tais erros para corrigi-los, para atingir a exigência do BIRD. Na prática, o que foi feito posteriormente foi dar legalidade à posse dos membros do Conselho Deliberativo, esclarecer a competência dos órgãos implicados e criar a instância relativa às licenças ambientais.

Para elaborar o Plano de Gestão a Guimarães Arquitetura e Urbanismo (GAU), uma empresa de Fortaleza, foi contratada pela PMA. Uma das profissionais que fez parte da equipe da GAU registrou na sua dissertação (DANTAS, 2003) que o BIRD externalizou

uma preocupação ambiental quanto à implantação das obras, visto que não havia coerência em requalificar um espaço no sentido de fomentar a atividade turística sem um respaldo normativo que disciplinasse e controlasse a ocupação do solo em todo o território da APA” (DANTAS, 2003).

As exigências do BIRD apontavam que uma regulamentação fundiária, urbanística e ambiental seria favorável à continuidade do estabelecimento da indústria turística ali através da implantação da segunda fase do PRODETUR/NE, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tinha a finalidade de prosseguir com o desenvolvimento do setor turístico nacional iniciado na primeira etapa criada em 1995. A Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) havia definido como meta de 1995 a 2020 a consolidação da inserção do estado como destino turístico internacional, que estava posicionado até então como sexto destino turístico mais procurado do país e o segundo do Nordeste logo depois da Bahia, tendo gerado 404 mil empregos, uma receita de 1.700 milhões de reais e 7,2% de impacto no PIB naquele ano (SETUR-CE, 1995). Como dito, Canoa Quebrada sempre esteve

em segundo lugar no cenário estadual, logo após Fortaleza. A SETUR visava atingir tal objetivo principalmente por meio do fomento a empreendimentos privados, privilegiando grandes complexos no estilo de *resorts* de redes hoteleiras internacionais alinhados ao discurso do desenvolvimento sustentável em um modelo de cooperação entre grupos empresariais e setor público. Para tanto, criou o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Cearense, definindo seis regiões turísticas do estado que seriam desenvolvidas por meio da criação de pólos turísticos descentralizados, - no sertão, na serra e no litoral - sendo esse último o maior expoente. Por esse motivo, foram definidas quatro etapas de acordo com a prioridade das zonas de desenvolvimento do turismo, com destaque às litorâneas à leste e à oeste de Fortaleza, e, nesse ensejo uma série de obras foram efetivadas para melhoramento do acesso às praias cearenses via capital, que era o ponto de recepção dos turistas, por estradas e também pela construção de novos aeroportos.

O município de Aracati, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente identificou no ano 2000 seis zonas de potencial turístico: Zona de Canoa Quebrada, Zona de Majorlândia, Zona da Sede, Zona do Rio Jaguaribe, Zona das Lagoas, Zona do Turismo Rural e Aventura. Para a Zona de Canoa Quebrada foi definido o objetivo de “criar os mecanismos capazes de reeducar os usuários (turistas e nativos) quanto à preservação e à limpeza, desenvolvendo o turismo bem como a infra-estrutura para possibilitar o melhor aproveitamento dos atrativos turísticos” (DANTAS, 2003, p.120).

Logo, o interesse súbito da PMA na APA-CQ justificou-se pela confluência de interesses na execução do Projeto Canoa. Nesse sentido, o Plano de Gestão estava sendo pensado não necessariamente como um instrumento de garantia de direitos territoriais aos moradores, mas, antes, como uma forma de viabilizar esse primeiro objetivo pautado pelo BIRD, tanto pelo cumprimento da exigência do financiador como por prover regras de disciplinarização do uso na região, ou seja, uma oportunidade de controlar quaisquer conflito de uso e ocupação que pudesse vir a ser uma empecilho ao desenvolvimento da atividade turística. Obviamente que os moradores aproveitariam dessa oportunidade para tentar galgar mais espaços estratégicos, como narra o Índio:

A APA-CQ nunca funcionou. Claro, não interessa para os caras. Nem para os políticos nem para os empresários. Enxergam o ambientalismo, o meio ambiente, apenas como um lugar daonde se possa tirar e vender coisas e não como algo que se possa conservar e ser utilizado de forma sustentável ou pelo menos de modo mais razoável. Mas, mesmo assim, aos trancos e barrancos, fomos conseguindo algumas coisas. Principalmente, é bom que fique registrado, que mesmo que não funcionou, hoje Canoa Quebrada não tem prédio de 10 andares por causa da APA. Então, não funcionou, mas serviu. A ARIE foi junto com a APA, mas mais preservada, porque não tínhamos nenhum tipo de marco jurídico ou normas legais. Nenhuma. Pensamos que precisávamos preservar de algum modo e serviu, pelo menos, para colocar alguns limites e serviu para conseguir barrar algumas coisas, de certo modo.

É interesse a analogia que Fianga faz para se referir à APA: “APA está em coma induzido, mas quando tem qualquer coisa para prejudicar o meio ambiente ela ressurge um pouco, aí fica um pouco e depois ela dorme de novo.”

De acordo com o Diagnóstico Sócio-Ambiental feito pela GAU, a população de Canoa Quebrada havia mais do que duplicado de 1990 a 2000 (de 995 passou a ter 1.939 habitantes), o que provocou um crescimento desordenado (DANTAS, 2003). A equipe do Diagnóstico identificou quatro tipos básicos de ocupação por zona (a Vila do Estevão não foi levada em consideração). A primeira zona estava localizada entre a chamada Rua Principal, hoje chamada *Broadway* mas anteriormente chamada Rua Dragão do Mar, e o mar. Nela, uma área bastante íngreme com acesso privilegiado à vista marítima foi tomada por equipamentos como hotéis e pousadas, enquanto a zona de intermarés ocupada por 30 barracas de praia. Essas construções haviam conformado uma zona com edificações voltadas basicamente ao turismo. Além disso, residiam ali moradores não-nativos donos desses estabelecimentos. A segunda zona era a própria Rua Principal, onde a ocupação foi sendo feita de modo desordenado sem um padrão comum, não “identitário” (*ibid.*), provocando uma variedade de formas arquitetônicas que revelava a heterogeneidade do perfil dos proprietários das edificações, geralmente também poucos nativos e mais pessoas vindas de diversas localidades brasileiras e internacionais. Nesse sentido, era bastante frequente um avanço das casas para as ruas, além da ausência de calçadas para deslocamento dos pedestres.

Uma terceira zona se desenvolveu mediante o modelo de ocupação mais comum na praia, com casas geminadas, lotes estreitos, com alto adensamento populacional, construídas em ruas descontínuas e sem acesso aos serviços públicos



fundamentais como saneamento e coleta de lixo, longe do apreciado mar, onde a maioria da população nativa vive. Muitas casas estavam em áreas inapropriadas para a edificação como, por exemplo, em cima das dunas. Essa região foi considerada a periferia de Canoa Quebrada. Para Dantas, essa periferia traduzia o que havia sido Canoa Quebrada antigamente, pela significativa presença de crianças brincando nas ruas de areia, onde também os adultos sentavam-se à porta de suas casas, mulheres faziam labirinto e animais andavam soltos. Na quarta e última área zona mapeada, localizada à oeste da *Broadway*, foram encontradas poucas casas, com áreas maiores, com pouco adensamento, uma área preferida para veranistas com mais posses. Em todas as áreas mapeadas foram encontrados graves problemas ambientais como lançamento de afluentes sem tratamento, queima de lixo, terraplanagem de dunas, impermeabilização do solo, ocupação em áreas de risco ou fragilidade ambiental.

Teria sido importante inventariar também o padrão de ocupação que foi sendo efetuado na Vila do Estevão por meio da Lei Estevão desde a desapropriação: lotes demarcados pela própria AMECQ no tamanho de 600 m<sup>2</sup>, nos quais não era permitida a construção de muros de tijolos, somente cercados de palha, geralmente com espaço para quintais e alpendres, alinhados em quatro ruas de areia não calçadas, entrecortada por becos sem um padrão fixo, com a fiação de iluminação pública enterrada na areia, e alguns espaços comunitários, todos de areia, como a quadra de esporte, o campo de futebol e a pracinha do Estevão. A Vila não comportava nenhum equipamento turístico e nenhuma rua trafegável, dando uma sensação de uma pacata a tradicional vila de pescadores. Dantas registrou que a GAU considerou apenas que na Vila os moradores residiam em condições precárias, com metade das casas construídas em taipa e sem banheiro. A autora observou, todavia que

Sua comunidade é bastante organizada e, através da Associação de Moradores do Estêvão – AME, tem mantido controle constante quanto às novas construções com vistas a preservar a paisagem do lugar. (DANTAS, 2003, p. 73)

Em Canoa Quebrada, só havia uma via em que era possível a circulação de veículos, que somavam-se em 1.180 carros, mais de 200 *vans* e *kombis* e 27 ônibus em entre sexta e sábado de um fim de semana da alta-estação turística (DANTAS, 2003), que não encontravam, entretanto, meios de circular. O padrão de ocupação descoordenada não facilitava o acesso de veículos. Ou seja, era preciso disciplinar o

modelo de ocupação que esteve sendo desenvolvido ali durante tantos anos e tornar a praia trafegável para oferecer uma experiência mais cômoda ao turista, além de uma estética agradável. Era preciso, inclusive, avaliar os espaços disponíveis, identificar os problemas relativos à questão fundiária para evitar conflitos e propor resoluções. Esse foi o primeiro passo: uma avaliação da situação fundiária, da ambiental e da oferta de serviços públicos na praia.

O próximo passo seria efetuar o Zoneamento da APA-CQ e da ARIE-Estevão e suas respectivas Legislações Ambientais, que consistem nos instrumentos técnicos previstos no SNUC para que na UC sejam demarcadas zonas conforme as características socioambientais e daí definir normas de uso e ocupação do solo para cada uma conforme a classificação prevista no SNUC. Segundo Dantas, junto ao que foi apontado no Diagnóstico, algumas peculiaridades ambientais foram consideradas, como: grandes mosaicos de paisagem, territórios em expansão ou retração, como as dunas, padrões geomorfológicos facilmente desgastados, áreas com vocação turística, e áreas com ocupações humanas (DANTAS, 2003). Essas áreas deveriam ser classificadas conforme a tipologia presente na política ambiental para diferenciar o tipo de uso possível ou proibido. Por mais que a APA-CQ e a ARIE-Estevão sejam UCs de Uso Sustentável, quer dizer, que admitem a presença de populações residentes caso efetuem um adequado manejo sustentável (BRASIL, 2000), existem áreas dentro delas em que nenhuma forma de uso é admitida e aquelas em que o uso é extremamente restringido. As Áreas de Proteção Permanente (APPs) e as Áreas de Proteção Especial (APEs) já estão enquadradas no Código Florestal, encaixando automaticamente regiões com um padrão biológico específico que não devem ser explorados, no caso das primeiras, ou que têm uma enorme restrição de uso, no caso das segundas. As Áreas de Conservação são aquelas que comportam os núcleos urbanos que precisam adequar o uso às normas ambientais com a finalidade de conservação do meio ambiente (*ibid.*).

Nesse sentido, foram estabelecidas doze zonas/áreas e, como dito na sessão anterior, nessa ocasião é que a Vila do Estevão, por meio da ARIE-Estevão junto à Beirada, Canavieira e Cumbe foram consideradas “comunidades tradicionais” (ARACATI, 1998). Duas leis foram criadas pelo Plano de Gestão da APA-CQ: a Legislação Ambiental e a Legislação Urbanística. Mas, antes de formular o

Zoneamento, era preciso que se desse encaminhamento às outras resoluções relativas à questão fundiária de Canoa Quebrada.

Índio e Caco participaram ativamente de todo o processo, tendo Caco formulado um parecer técnico sobre o Projeto Canoa. Destaco o seguinte ponto, relativo à posição da Vila referente à questão das desapropriações, que estava gerando boatos e fazendo com que a população local ficasse reativa ao Projeto Canoa:

Na abertura das vias, haverá necessidade da retirada de edificações que foram implantadas desordenadamente sem plano algum. Sugerimos que este reassentamento se dê à Oeste da localidade e que se resolva, com a máxima urgência, a arrecadação (tomada de posse), por parte do Estado, das terras que a ele pertencem.

Isso significava que Caco solicitava que, quando feitas as desapropriações, os reassentamentos deveriam ficar do lado oposto à Vila, localizada à leste, como modo de evitar a inserção de moradores no Centro no seu território. Para intervir nas questões propriamente fundiárias, requisitava a atuação do Estado. Uma das preocupações era que ele intervisse no sentido de regularizar terras que seriam seu patrimônio, uma vez que a indefinição relativa a essa questão favorecia a crescente complexificação dos impasses fundiários. Dantas conta que nesse momento do Projeto houve uma intensificação das disputas territoriais em Canoa Quebrada, não somente entre os moradores por meio de um vertiginoso aumento dos cercamentos, mas, inclusive, pelo aumento de judicialização de processos. A própria equipe passou a receber comunicados de ditos proprietários. A problemática de várias requisições de posse, a superposição de escrituras e o aumento da especulação imobiliária como constatada em laudo pela equipe do Diagnóstico do Mercado Imobiliário de Canoa Quebrada gerou uma insegurança na população local, que já vinha arredia ao Projeto Canoa.

Nesse momento do processo, o IDACE foi acionado. O IDACE é uma Autarquia Especial vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), que executa a política agrária estadual. O Instituto é responsável pela organização da estrutura fundiária, especialmente nas ações referentes aos assentamento e reassentamento rurais, reconhecendo e titulando legítimos possuidores, e com autonomia para incorporação e distribuição de terras devolutas. O IDACE tem como órgão fundador o Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), criado em 1979, que com o

I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), foi extinto e tornou-se, em 1987, o IDACE, agregando a função de coordenar ações de redistribuição de terras que o anterior, vinculado à extinta Secretaria de Agricultura e Abastecimento, não possuía.

No começo dos anos 2000, momento em que acontecia o processo aqui relatado, o acúmulo sobre o debate da Reforma Agrária junto ao setor público, movimentos sociais e partidos de esquerda, culminou na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, mais especificamente em 2003. Nele, foi galgada uma visão mais ampliada de reforma agrária, com o reconhecimento da diversidade dos segmentos sociais rurais (além dos agricultores, aqueles identificados como comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, atingidos por grandes obras e ribeirinhos), considerando a desigualdade de gênero e traduzindo uma reflexão sobre a limitação de simetrizar política de reforma agrária com garantia do acesso à terra. No II PNRA mudar a estrutura agrária brasileira implica em democratizar o acesso à terra desconcentrando a estrutura fundiária, objetivo alcançado não somente por meio de regularizações fundiárias, mas com ações dirigidas para impulsionar novas estruturas produtivas dos assentados, a fim de fortalecer a agricultura familiar e ampará-los com garantia de crédito, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, políticas de comercialização e estímulo à preservação ambiental a favor do desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2003). Além da promoção da segurança alimentar, combate à fome e miséria, acesso aos serviços básicos desde o interior, redução da migração para a cidade (*ibid.*).

Em 2001, enquanto estava sendo feito o debate nacional em torno da reformulação da política de reforma agrária brasileira, o IDACE foi chamado a coordenar as desapropriações em Canoa Quebrada. Como parte da mesma ação relacionada ao Projeto Canoa, o IDACE, como participante do Conselho Deliberativo da APA-CQ agora dentro da legalidade, indicou como primeira ação a revisão Lei da APA-CQ e ARIE-Estevão de 1998 porque os limites fundiários indicados por ela eram imprecisos e poderiam gerar impasses. Depois de retificadas essas questões era que o Zoneamento podia ser feito a partir de limites bem precisos. Caco conta como foi a primeira reunião do Conselho:

(...) abertas as discussões, os representantes do Instituto de Terras do Ceará – IDACE (*sic*), chamam atenção para o fato de que as delimitações contidas na Lei, por serem incompletas, dariam espaço a futuras contestações, ao mesmo tempo em que se vê a necessidade de aumentar os membros do

Conselho Deliberativo e acrescentar outras alterações à Lei 40/98. Essas alterações e acréscimos referentes à Área de Proteção Ambiental e Paisagística da Zona Costeira do Município, nº 52 / 2001, foram promulgados em 22 de Agosto de 2001. (LIMAVERDE, 2002)

Na ocasião da promulgação da nova lei é que a Vila do Estevão foi engolida como uma área urbana e o estatuto referente ao parcelamento e edificação do solo da Vila mudou no PDDU, um retrocesso para os moradores que indicava que estava sendo preparada a condição para construção e parcelamento<sup>37</sup>. Apesar dessa perda, o Índio narrou que o contato com os técnicos do IDACE tanto nas reuniões do Plano de Gestão quanto nas do Conselho Deliberativo da APA-CQ foi uma oportunidade enxergada para estreitar uma relação com o órgão que não estava prevista inicialmente. Segundo o Índio:

O IDACE foi a Canoa Quebrada fazer um cadastramento de Canoa como um todo. Cadastrar os espaços, tudo, fazer o mapa de Canoa Quebrada, medir, etc, que tinha que ser feito por causa da especulação imobiliária e tal. Então, nós sensibilizamos o governo que destinou uma verba para pagar o IDACE para ele vir aqui fazer esse cadastramento fundiário como um todo, incluindo aqui o Estevão. Então, nesse contato que nós tínhamos com os técnicos, nós fomos falando do Estevão, o que nós pensávamos, o que nós já tínhamos feito e o que nós queríamos em relação ao título de terra, a respeito do terreno e tal.

Foi nessa ocasião em que, junto às desapropriações em Canoa, o IDACE começou a coordenar um processo de titulação da área de moradia da Vila, que seria “doada” (CEARÁ, 2006) à AMECQ. Até o momento em que Caco escreveu a sua dissertação, o título não havia sido expedido. Segundo ele, em 2002, o órgão iria entregar a casa morador um título individual por um período de dois anos. Em suas palavras, “Se, ao longo desse tempo, moradores merecerem a confiança do governo, recebem o título em definitivo” (LIMAVERDE, 2002). Na realidade, em 2006, o imóvel concedido à AMECQ era coletivo, não podendo ser desmembrado (CEARÁ, 2006). No entanto, foi criado um impasse que permanece até hoje sobre se o título foi dado em caráter provisório ou em caráter definitivo.

Olhando o documento, veremos que o Título de Domínio n.6470/2006 foi expedido mediante Propriedade Resolúvel em conformidade com o que está preconizado nos artigos 1359 e 1360 do Código Civil, retomando a mesma justificativa

---

<sup>37</sup> O solo de zona rural só pode ser loteado para fins turísticos mediante uma série de exigências legais que constam no Estatuto de Terra, no Decreto Federal n.58/37 e na Instrução Especial do INCRA nº 17-B/1980.

usada por Gonzaga Mota na ocasião da desapropriação. Esses artigos do capítulo VIII do Código Civil chamado “Da Propriedade Resolúvel” versam sobre quando a propriedade perde a qualidade da irrevogabilidade por meio da inserção de uma condição resolutiva ou termo final. O direito à propriedade é inalienável, segundo esse instrumento-normativo. Entretanto, em algumas situações especiais, a propriedade torna-se temporária ou condicional sem que, entretanto, o proprietário deixe de gozar dos seus plenos direitos. Essa condição ou o tempo de duração de uma propriedade devem estar explícitos nos títulos que tratam do imóvel.

Na cláusula terceira do Título, o IDACE imprime seu objetivo para aquela área, que é o objetivo da reforma agrária: fazer-se cumprir a função social da terra. No terceiro capítulo constitucional sobre a Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, no seu artigo 186, a função social “(...) é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” (BRASIL, 1988). No caso da Vila, a moradia e a preservação do meio ambiente é o que contemplam que essa função, conforme cláusula terceira e quinta do Título.

Na cláusula quarta é definido que o imóvel também é indivisível por um prazo de dez anos. Quer dizer, nenhuma operação relativa ao imóvel poderia ser feita durante uma década. Na cláusula seguinte é apontada a forma como o imóvel deve ser ocupado, com tamanho de lote definido para a finalidade exclusiva da moradia, enquanto proíbe o uso do solo para construção de meios de hospedagem turísticos. Na cláusula nona, o IDACE aponta as condições que anulariam a titulação: o descumprimento das condições contratuais ou a extinção da AMECQ. Quer dizer que o que configura a propriedade como resolúvel é que ela só existe se a exigência do IDACE, a função social da terra, for cumprida e enquanto a AMECQ existir. Em resumo: às normas de uso e ocupação do solo e à instituição proprietária.

Na MP n.2183-56/2001, que altera o Decreto n.3365/1941 relativo à Desapropriação por Utilidade Pública, no art. 189 consta que “Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. E um pouco mais adiante

no § 2º “Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterà cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no § 1º, computado o período da concessão para fins da inegociabilidade de que trata este artigo” (BRASIL, 2001).

Segundo o INCRA<sup>38</sup>, esses são os dois instrumentos através dos quais é feita a distribuição do imóvel oriundo de reforma agrária. O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural em caráter provisório por meio de um documento que dá direito ao assentado de morar e explorar a terra pelo tempo que ele desejar. Cumpridas todas as exigências constantes na legislação, o beneficiário pode receber a posse definitivamente. Quer dizer que após um tempo o beneficiário deve provar ao órgão que concedeu o CCU ter cumprido todas as exigências contratadas para, constatada a adequação à expectativa do órgão e da política, receber o Título de Domínio. Ele, por sua vez, transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93 que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária “quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.”.

Segundo essa mesma lei, alterada pela MP 759/2016<sup>39</sup>, tanto o CCU quanto o Título são inegociáveis por um prazo de dez anos. Além disso, ambos instrumentos trazem cláusulas resolutivas, “que preveja a rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão alienante ou concedente, no caso de descumprimento de quaisquer das

---

<sup>38</sup> Cf <[http://www.incra.gov.br/assentamentos\\_instala](http://www.incra.gov.br/assentamentos_instala)>

<sup>39</sup> Segundo nota técnica n1/ 2017 do GT- Terras públicas e desapropriações do Ministério Público Federal (MPF, 2017), a nova lei, de dezembro de 2016, representa imenso retrocesso à política de reforma agrária. Um deles é referente ao pagamento dos Títulos de Dívida Agrária (TDA). Os TDAs são títulos resgatáveis sob a forma de indenizações relativas à terra conferidos pelo Estado aos proprietários desapropriados por utilidade social para fins de reforma agrária. Somente as benfeitorias poderiam ser pagas com dinheiro. Os TDAs poderiam ser resgatados em parcelas iguais a partir do segundo ano de sua emissão, em um prazo mínimo de cinco anos e um prazo máximo de vinte anos, de acordo com o tamanho da propriedade, e que seria preservado o valor real do imóvel. A MP extingue o tempo mínimo para início do resgate dos títulos, institui que o pagamento pode ser feito em dinheiro e que o valor do imóvel deve adequar-se ao preço imobiliário. Segundo a nota “A previsão contida no Estatuto da Terra (Lei 4504/64), de compra e venda, regulada pela redação anterior da norma, possibilitava a fiscalização dos órgãos de controle, uma vez que estabelecia o prazo mínimo de resgate, dos TDAs emitidos, em dois anos. Evidente o retrocesso e lesão ao patrimônio público.” (*idem*).

obrigações assumidas pelo adquirente ou concessionário”, segundo art. 22 da mesma lei.

Vejamos agora algumas falas de moradores que indicam a existência desse impasse quanto à interpretação dos moradores do processo de titulação. Contou o Índio que:

Nós conseguimos que o Estado desapropriasse e pedimos para que o Estado que nos cedesse a titularidade da terra. Não [cedeu] definitivamente, mas deu um tempo de 10 anos partir de 2006 que estamos vencendo agora, como se fosse um período de prova, uma prova de fogo, e nos determinou nessa escritura temporal uma série de cláusulas pra gente cumprir aqui. Então, nós cumprimos essas cláusulas todas. Fomos lá [no IDACE] e tivemos uma audiência em que Inocêncio nos ajudou e aí colocamos as coisas, os pingos nos *is*, com respeito à situação fundiária aqui no Estevão, uma mostra de nosso trabalho, o termo de compromisso, um histórico do que tínhamos feito, os ataques que tínhamos sofrido, as normas de uso e ocupação do solo, fácil de comprovar. E colocamos que 2016 vencia e que seria uma excelente oportunidade de nos dar de trigésimo aniversário o título definitivo. Chamamos ele [o superintendente do órgão] para nossa festa e ele ‘ah sim, vamos ver, sim, sim’. Meirmão, vai ser uma onda, viu. Aparentemente, em termos práticos, não vai acontecer nada de diferente porque quem vem administrando, fazendo tudo somos nós, o estado ausente, não presta assessoria, nada. Então, qual vai ser a diferença quando o Estado ‘então, toma, vai ser de vocês mesmo’? A diferença vai ser que, se quiser, pode desmembrar, vender, lotear. A terra não vai mais ser do Estado, vai ser da AMECQ, o proprietário. Por um lado, ninguém tá pensando em vender nada, mas nós estamos à frente da AME é uma coisa. O dia de amanhã a Deus pertence. Tem gente esperando que acabe esse prazo para a terra ser individual. Estão em compasso de espera.

Essa fala de Índio revela que os moradores entenderam esse tempo de uma década como um tempo que teriam que “provar” ao IDACE o cumprimento de todas as normas e condições contratadas para receber um título definitivo, como se eles tivessem recebido um CCU. Com dez anos da titulação, os moradores agendaram uma audiência com o IDACE para apresentar o que havia sido feito pela AMECQ desde o ano de 2006 até dezembro de 2016, com a expectativa de receber um título definitivo em que essa cláusula não existira mais. O sentido da audiência, mobilizados pelo receio de que com a revogação da cláusula dos dez anos o imóvel poderia ser desmembrado, era criar reputação com o órgão e mostrar adequação ao cumprimento da função social da terra. Fianga narrou que a interpretação da temporariedade do título esteve muito relacionada à forma como o próprio órgão parece ter agido em



relação ao esclarecimento sobre a titulação, a exemplo do que o próprio Caco havia afirmado ainda em 2002 sobre a provisoriedade e condicionalidade da titulação:

A gente perguntou e eles disseram que o título já era definitivo, o Paulo Henrique [diretor técnico do IDACE, Paulo Henrique Lobo]. Aí depois, no outro dia, ele ligou pro Índio dizendo que o título não era definitivo, exatamente. Aí a gente tá querendo saber como é que anda, a gente tá querendo saber como é que está porque nós temos um prazo até dezembro desse título provisório e a gente quer saber como é que anda, quer saber se vão dar o título mesmo definitivo, porque quando a gente foi fazer uma visita lá ao IDACE aí nós fomos na Secretaria de Agricultura, falamos com o Dedé Teixeira [secretário da Secretaria De Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA-CE)] que a gente queria esse presente de aniversário da AME que foi agora em janeiro de 2016 que não saiu nada, não saiu foi nada, aí a gente tá querendo saber.

Quando pedi esclarecimento da questão à Vilma, ela explicou-me que:

Na verdade, Ana, o governo pode decidir por um título permanente porque é uma comunidade tradicional mesmo com todos nossos problemas, é uma comunidade que tem toda documentação em ordem, tem poder pra isso. O título de domínio vai ser dado, acredito, permanente, ne. O Estado nunca apareceu aqui pra resolver problemas internos, ne, e eu acredito que tem sim essa possibilidade de receber esse título permanente. Agora, tem que resolver todos esses problemas que têm aqui. Tem gente que tem dois terrenos, tem gente que tem propriedade de não sei quantos metros e não tem um herdeiro, tem gente que já aumentou o terreno seiscentas vezes. Então, há vários problemas que estão existindo e eu não vejo ninguém resolver. Agora, se o governo acha que não vai ter possibilidade de dar um título permanente dá por mais dez anos e pra resolver a situação em tanto tempo. Porque são coisas que podem ser conversadas com o jurídico do governo e dizer 'olha, se não há possibilidade de ter permanente, vamos fazer por mais tantos anos, mas nós queremos o Estado resolvendo isso conosco porque tem essa possibilidade. A Associação tem poderes de posse, o governo pode decidir tirar essa terra daqui de qualquer forma como ele já disse no título com a cláusula resolutive 'ó, pode voltar isso pra mim'. Eu tenho medo é que se a gente tiver um título individual permanente, vai virar um centro urbano pior do Canoa Quebrada.

Diante de tal impasse, procurei o advogado Inocência Uchôa, ainda na expectativa de encontrar uma explicação totalmente justificada do ponto de vista da lei. Ele afirmou que:

O título é permanente. O prazo de 10 anos há de ser entendido como o tempo mínimo durante o qual o beneficiário poderia dispor do direito à terra que lhe estava sendo garantida através daquele título, ou seja, o período de tempo em que a posse não poderia ser cedida, doada ou vendida sob qualquer pretexto. Esse foi o espírito que norteou toda a negociação – espírito de pacificação social sob o manto do Estado – que logo depois veio a se consolidar com o advento da nova Carta Magna, no que concerne às questões relativas à posse, à propriedade e ao direito de moradia. A antecipação de um direito que só seria consolidado com o advento da nova Carta Política do país. E mais uma vitória do “andar de baixo” da sociedade, que tive a alegria de ajudar a conquistar, e de influir para que acontecesse.

Do ponto de vista legal, amparada pelos artigos constitucionais, entendi que a partir de 2017 o imóvel pode ser desmembrado, mas a propriedade continua sendo da AMECQ. No entanto, tanto o Título como o CCU têm cláusulas resolutivas, de modo que sempre no imóvel oriundo de reforma agrária precisa ser produtivo. Então, a cláusula resolutiva não será retirada. Parece não fazer sentido aos moradores que um ato administrativo a favor de sua salvaguarda territorial tenha os colocado definitivamente diante da possibilidade de poder perder a área titulada e, nesse ponto, é que a processualidade da lei (GRUNEWALD, 2015) aparece: um instrumento normativo para regulamentar questões práticas, atribuir direitos e criar justiça a partir de princípios aparentemente tão quistos pelos operadores de direito como universalidade, objetividade e neutralidade, aparece como resultado não tão previsível do conjunto de certas forças em um determinado jogo instável. Portanto, a aplicação das normas e a recepção delas varia, até mesmo em conteúdo, em função de interesses localizados (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, esse ato administrativo trouxe a ambiguidade entre seguridade e falta de autonomia pela condicionalidade e temporalidade enxergada na titulação. Isso reverteu em passar pela “prova de fogo”, a saber, criar reputação com o órgão e administrar os conflitos internos por meio da permanente instituição da categoria morador. Quando direitos sociais e questões ambientais se cruzam sob uma mesma realidade, o que se produziu foi a ideia da “função socioambiental da terra”, que deve servir “exclusivamente à moradia e à preservação do meio ambiente.”, segundo folheto da AMECQ de 2012.

As regularizações fundiárias ocorridas a partir dos anos 2000 em Canoa Quebrada tinha órgãos diversos com interesses diferentes. A efetivação da inserção dos moradores como destinatários dos direitos fundiários por propriedades oriundas da reforma agrária só pôde acontecer pela chegada de um financiador internacional a fim de investir no turismo local, que colocava a necessidade de várias ações de ordenamento do território, inclusive, regularizações fundiárias e elaboração do plano de manejo da APA-CQ. Essa regularização fundiária na Vila é resultado do estabelecimento de regras de parcelamento do solo e regras de ocupação do mesmo, o que significou a definição de zonas aptas à edificação e a determinação do tipo de uso em cada uma, um importante passo para os moradores que convivem diariamente com a especulação imobiliária e a degradação ambiental em seus territórios. Por outro lado, é preciso refletir sobre essa regularização também ser motivada pelo objetivo de

efetuar o controle social de possíveis obstáculos ao desenvolvimento. O que indica, inclusive, a necessidade de uma reflexão sobre a diferença entre regularização fundiária e política de reforma agrária e se a primeira seria suficiente quando ordena sem transformar ou corrigir uma estrutura fundiária resultante da concentração de terra e monopólios fundiários (MAIA, 2011).

Um indício que corrobora com a necessidade de refletir sobre um agregado de interesses em processos de regularização fundiária foi a construção da Central Eólica Canoa Quebrada pela empresa Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Eólica S.A. em 2006, mesmo ano da titulação, na área dos morros da Vila<sup>40</sup>, que são APPs. Dos duzentos hectares da Vila, apenas um quarto foi titulado. O restante da área está dividido entre terras particulares, entre terras da Prefeitura de Aracati e as terras da União, correspondente à faixa de praia. Não é estranho, portanto, que ecoe na Vila um questionamento sobre para quem os atos administrativos aqui abordados foram feitos: foram eles feitos para garantir direitos ou para preservar os produtos turísticos intactos e criar reservas de exploração de grandes indústrias? Por outro lado, foi a partir da importante atuação do IDACE, com agentes afinados aos debates sobre reforma agrária que, a um passo, a terra desapropriada chegou ao seu destinatário final e o marco jurídico anterior da UC foi efetivado.

---

<sup>40</sup> Na ocasião da implantação, em 2006, a Vila impetrou uma Ação Popular com pedido de liminar para suspensão da licença ambiental concedida à empresa. A liminar foi deferida por um juízo monocrático, da Primeira Vara da Comarca de Aracati, e quinze dias depois revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a pedido da empresa, através de um argumento jurídico de agravo de instrumento. Até hoje, a Ação Popular espera por uma sentença.

### 3 FAZENDO O MORADOR

Logo após o contato estabelecido em 2011 com a finalidade de iniciar o tão citado projeto de extensão universitária, a frequência no espaço da reunião ordinária da AMECQ foi para mim, assim como para os membros da equipe, uma constante durante o tempo que vogou o trabalho na Vila. Aqueles primeiros sábados do mês, nos fins de tarde, guiavam nosso calendário de viagens à praia por ser a data consagrada pela AMECQ para reunir seus membros e discutir pautas cotidianas. Era como a missa do domingo de manhã para a maioria dos moradores: os associados punham-se a preparar o dia contando com aquele compromisso certo e, ao cair da tarde, estavam à postos em suas cadeiras na sala de reunião do Centro Comunitário do Estevão (CCE). Costumavam somar-se em trinta membros fixos e alguns outros que estavam ali esporadicamente, caso a pauta fosse de seu interesse.

Certamente que aquela era sempre uma boa oportunidade de comunicação, negociação e percepção do estado das relações que favoreciam a ampliação da atuação do projeto na Vila. Sobretudo era, para nós do projeto, um espaço de reapresentação constante e de avaliação da receptividade às atividades desenvolvidas. Mas, existia em mim um interesse específico nessas reuniões para além dos frequentes – e não menos interessantes – pontos de pauta sobre projetos. Além do nosso, haviam os projetos de editais para captação de recursos, de pesquisas a serem desenvolvidos na Vila por grupos universitários de Fortaleza e Aracati, cooperações técnicas, projetos de intercambistas estrangeiros, os desenvolvidos por alguma instituição com o objetivo de gerar emprego e renda, visita de grupos escolares. Além também dos interessantes contra-projetos formulados pela AMECQ com o objetivo de questionar aqueles desenvolvidos por órgãos públicos ou iniciativas particulares a serem executados em Canoa Quebrada sem a Consulta Prévia. Como Seu Assis disse a mim, orgulhoso, em entrevista, “A Vila do Estevão virou comunidade pra estudo científico”.

Essas outras pautas de que falo, tão cotidianas quanto, fizeram com que eu mantivesse o espaço da reunião ordinária da AMECQ como um *locus* de observação

importante para esta pesquisa. Elas tematizavam a gestão territorial efetuada pela AMECQ e versavam em torno de: primeiro, os chamados “casos”, ou seja, conflitos que envolvessem algum ou alguns moradores, fossem entre si, diretamente com a Associação ou ainda com pessoas de fora que estivessem fazendo alguma obra não autorizada, o que as configurava como “invasoras”. Depois, haviam as referentes à apreciação do pedido de algum morador de um lote de terra para construção de sua casa. E, por fim, aquelas sobre os dois instrumentos normativos criados pela Associação - o Estatuto (cf. Anexo C), reformado em 2005, e o Termo de Compromisso (cf. Anexo D), criado em 2010 – que justamente codificam a consecução do direito aos lotes de moradia, uma ação conduzida como um processo administrativo, com procedimentos burocráticos definidos, pré-requisitos a serem cumpridos e obrigações contratadas pelo morador requerente, que ao fim do processo passa a ser chamado de “beneficiário” de um “lote cedido”. Esses instrumentos definem quem é o morador e quem não é, quais usos permitidos e proibidos da terra, quais normas de construção da casa, penalidades a serem aplicadas e deveres adquiridos. Por essa importância, eles estão constantemente sendo lembrados nas reuniões, referidos como os principais códigos de direito local.

Na primeira reunião que fiz observação, ainda no começo de 2011, um primeiro assunto bastante polêmico a abriu: era um “caso” entre primas vizinhas, ambas de idade avançada, com lugares morais galgados na Vila, que se acusavam mutuamente. Naquele dia entendi muito pouco do que ocorria, pois, rapidamente as acusações recíprocas causaram um mal-estar nas senhoras septuagenárias, incapacitando-as para a continuidade do embate, e suas filhas assumiram a contenda. A primeira acusava a segunda de ter um terreno maior do que permitido pois morava sozinha sem filhos e não precisava de tanta terra para morar, enquanto que a segunda acusava a primeira de não respeitar a memória do finado marido ao se apossar aos poucos de um beco que dividia ambas as casas, convertendo aquele trecho de circulação em sua propriedade, além de queimar uns pés de cactos seus. Ou seja, o conflito girava em torno do levantamento público da suspeita sobre a reputação uma da outra que tematizava, sobretudo, a desconfiança mútua sob um suposto interesse mafioso pela terra, o que colocava a necessidade de esclarecimento. Cada prima revelava uma perspectiva própria de interpretação sobre o assunto que trazia entendimentos relativamente compartilhados sobre o uso moralmente aceito da terra

e as instigavam para a prática do exercício adivinhatório das possíveis subterrâneas intenções da prima, funcionando, quiçá, como atitude preventiva à grilagem de terra, dessa vez, duplamente interna: à Vila e à família.

A tentativa de ter a vidência daquilo que poderia estar por trás de um aumento de cerca, queima de plantas, ou do privilégio de possuir mais terra do que o necessário, conduzia as falas das mulheres que, ao falarem da outra necessariamente falavam de si, por contraste. Ou seja, era um tipo de fala que não só tinha a finalidade de exercer o controle social em torno dos usos da terra, mas de lembrar à coletividade ali reunida da participação na Luta e compromisso com a coletividade assumidos por si e pelos seus familiares mais próximos, especialmente do grupo doméstico, que reforçavam o lugar moral alcançado e a reputação daquele grupo de parentes. Desconfiar é uma prática de localização moral.

Lembrei-me do John Comerford em pesquisas junto aos camponeses mineiros, em que mirou atenção especial às pequenas conversas que eram grandes produtoras de localização social quando embutiam uma fala sobre si na fala sobre os outros. Na etnografia autor (2014), nessas conversas não era somente o indivíduo que falava que se localizava, mas um ‘nós’ socialmente significativo, especialmente a família, tanto objeto quanto produtores de mapeamentos baseados no grande conhecimento que dispunham das genealogias e dos lugares das pessoas, assim como das práticas de mobilidade. Assim,

julgar moralmente as ações alheias é julgar as próprias ações que pressupõe estar atento aos que fazem os outros para que se torne matéria da conversa e dispor de um fundo próprio de ações que possam ser contadas e colocadas em contraste. (COMERFORD, 2014, p.9)

Na Vila, o “caso” dizia respeito à produção de identidades e alteridades que mobilizava uma série de categorias classificatórias de pessoas situadas e relativas, como “morador”, “sócio-morador”, “vagabundo”, “rebelde”, “beneficiário”, “parente”, “família”. Situadas e relativas porque, como notei no dia seguinte, quando acompanhei uma visita *in loco* junto com a diretoria à casa de ambas, elas, cada uma a seu modo, manifestavam grande tristeza em ter entrado em confronto uma com a outra, rememorando situações de partilha, afeto e solidariedade. Não era mais uma fala tão contrastiva com a do dia anterior, mas que mobilizava os pertencimentos mútuos. Na minha banca de monografia, estavam as duas lado a lado como representantes do

grupo para aquele momento público, ou seja, formalmente ambas gozavam da inquestionabilidade sobre sua reputação.

Essas situações em campo me instigaram a formular, ao passo que ia percebendo que haviam modos de feitura e manutenção do morador como categoria ativa de pertencimento, de direito – e consequentemente de dever –, a seguinte pergunta: como se faz o morador? E também: Como se dá a relação entre éticas familiares e códigos institucionais? Como fazer o morador reverbera diretamente na produção de novas territorialidades? Essas perguntas que guiarão as considerações deste capítulo. Se no segundo capítulo priorizei a análise de como a coletividade foi convertida em sujeito de direito e como foi recepcionada e alocada na esfera pública, a ênfase aqui é como, concomitantemente, essa coletividade é permanentemente recriada e instituída como fonte de identificação e pertencimento. A ênfase na artesanaria cotidiana desse fazer não pode ser entendida sem considerar a notória existência da ambiguidade entre subverter, ressemantizar e aderir linguagens, termos e lógicas relacionadas ao processo de titulação junto ao IDACE no ano de 2006, com especial importância à apropriação nativa do direito e da burocracia como mecanismos de produção de controle, poder, justiça e pertencimento.

Como dito no segundo capítulo, antes da “prova de fogo” eram vigentes normas comunitárias e ações diretas de defesa territorial contra “invasores”, assim como existia o consenso a favor da ampliação secreta dos domínios territoriais. Caco afirmou na dissertação que até aquela data, em 2002, era vigente a chamada “Lei do Estevão”, que foi votada em reunião. Essa lei funcionava como código local compactuado e praticado entre os moradores da Vila, com respaldo comunitário mas sem respaldo formal. Ela definia que o morador era aquele que: “tem casa, moradia fixa e trabalha no local” (LIMAVERDE, 2002), tendo direito de “construir uma casa e dois quartos para alugar sendo garantido o terreno sem ônus de qualquer espécie” (*ibid.*). Já o uso e ocupação do solo deveriam obedecer algumas premissas, como as medidas dos lotes (600 m<sup>2</sup> cada) e apenas um pavimento. Além disso, havia a tentativa de disciplinar o tráfego de veículos pela Vila, com a fixação de placas indicativas feitas pela comunidade. Para construir a casa, o morador deveria “comunicar, em reunião, o local escolhido, e sendo aprovado, deverá construir, em seguida, a casa e depois cercá-la” (*ibid.*). Por fim, três pontos acordados eram

fundamentais. Primeiro que nenhum morador poderia vender sua posse. Depois que em caso de morte do morador que ocupava certo lote e que não havia deixado “herdeiros”, o mesmo voltaria para a AMECQ. Terceiro que se alguém vendesse a casa ou quarto não poderia ocupar outro terreno na Vila.

Com a chegada das UCs, a Associação passou a trabalhar junto aos moradores para que aderissem as normas ambientais e houve uma expansão significativa do território e um marco jurídico importante para o que é considerado o território tradicional. Em todo esse território tradicional de 200 hectares, a “Lei do Estevão” estava em vigência. Com a titulação em 2006, a Associação tornou-se a proprietária daquela pequena faixa de moradia, o que a colocou na condição de administradora com uma dupla função, que modulou com novos contornos as práticas de domínio territorial: provar sua capacidade administrativa perante o aparato burocrático, fazendo-se cumprir como moeda de troca à salvaguarda territorial as condições contratadas (a saber, as normas de uso e ocupação do solo), e administrar uma série de relações domésticas para manter sua legitimidade comunitária. Como visto, embora que o Título de Domínio seja oficialmente relativo aos 42,68 hectares, a gestão territorial da AMECQ é feita em todo tradicional da Vila do Estevão. É importante ressaltar também que o Título de Domínio só tem vigência enquanto a AMECQ existir. Se ela for extinta, por quaisquer motivo, o Título perde a validade e não poderá ser transferido para outra entidade local, retornando ao Governo do Estado do Ceará (CEARÁ, 2006). Ou seja, a titulação está condicionada à existência institucional da AMECQ. Nesse cenário foi que o direito ao lote de moradia ganhou um respaldo formal através do Estatuto e Termo de Compromisso.

No surgimento da AMECQ em 1986 foi redigido um estatuto simples, de duas páginas, com dados gerais sobre o funcionamento e natureza da instituição. Após a chegada do IDACE, o Estatuto foi reformado e hoje conta com 14 páginas e 13 capítulos. Dentre eles, há um chamado “Dos moradores” (capítulo 6) e outro “Das normas do uso e ocupação do solo” (capítulo 11) nos quais me basearei neste capítulo, fruto, segundo os entrevistados, de várias discussões ao longo do tempo, sínteses do processo de seleção de critérios que pretendem ser entendidos como aferíveis, claros e objetivos para servirem à política nativa de reconhecimento e formação interna de sujeitos de direito, os moradores. O Termo de Compromisso é



assinado ao final do processo como último passo para que a obra seja autorizada no perímetro de toda ARIE-Estevão. Nele, o morador declara se comprometer a não praticar nenhuma operação de venda, de troca ou semelhante relativa ao lote e à casa, declarando colaborar no combate à especulação imobiliária e a favor da organização social e preservação ambiental da Vila (AMECQ, 2010).

Deixarei que os dois pontos que são considerados para que alguém seja considerado morador guiem as próximas páginas, mesclando trechos dos documentos referidos, entrevistas feitas e trechos de reuniões registradas em áudio e em diário de campo. São eles: 1) nascer e morar; 2) ser filiado à AMECQ e cumprir a “cláusula” aplicada pela Associação.

### **3.1 Nascer e Morar**

Assim está definido o morador no Estatuto:

Art. 10º - Serão considerados morador do Estevão quem tiver nascido no Estevão e que mora a 20 (vinte anos) ininterruptamente com residência fixa na localidade e título de eleitor registrado no Município de Aracati, tiver sido cadastrado no ano 2002 pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE – e aprovado pelo Departamento Fundiário e Diretoria da AMECQ, e seus filhos quando estes tiverem residência fixa no Estevão. (AMECQ, 2005)

E um pouco mais adiante está definido o direito da pessoa moradora:

Todo morador solteiro maior de 18 anos ou o responsável por uma família terá direito a um lote de terra gratuito de 250 mts<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) no máximo. (*ibid.*)

Essas breves definições guardam grandes discussões e contraposições a práticas entendidas como modalidades de grilagem e seus autores. A primeira definição diz respeito ao nascer e morar. Nascer e morar implicam em considerar a localidade de nascimento de alguém, o seu tempo de moradia e a uma forma específica de ocupar o território que é o que, dessa perspectiva, pode produzir o sentimento de localidade. Os primeiros agentes que funcionam como parâmetro de contraste são os grileiros externos interessados no valor imobiliário da terra para lucrar com empreendimentos turísticos. Como abordado no segundo capítulo, esses empresários, compradores de terras de antigos “donos” coloniais, têm participação

direta na formação da categoria morador como categoria de identificação. Nem nascidos nem moradores, esses agentes estão excluídos, de partida, de qualquer possibilidade de pleitear, segundo os critérios da Associação, direitos territoriais.

Os segundos agentes são as pessoas que possuem casas de veraneio na praia, mesmo que elas não identifiquem-se como turistas ou veranistas. Existem em média dez casas de veraneio no território da Vila que foram adquiridas por meio de operações de venda sem o consentimento ou até mesmo conhecimento da AMECQ. Como a Associação faz um trabalho de fiscalização de novas obras no território, no caso de vendas efetuados sem o conhecimento da AMECQ existiu a participação de algum morador vendedor que precisou agir discretamente para conseguir concretizar a ação, como veremos adiante. O importante para a Associação não é tanto, no Estatuto, a esses proprietários atribuir um nome, mas defini-los pela prática de possuírem mais de uma casa, a chamada “segunda residência”. Como está no Estatuto:

É considerada segunda residência o imóvel propriedade de pessoa que não mora no Estevão, vindo para a Comunidade nos feriados. (*ibid.*)

Se, para a AMECQ, morar é um critério defendido como mais importante do que nascer para produzir pertença, existe um contorno específico sob o que é esse morar. Se, por um lado, morar é um fenômeno entendido como não sendo da ordem do inato como o nascimento o é, sendo da ordem da relação, ou seja, mais processual e menos aprisionável em um formato único, por outro, essa abertura do termo poderia favorecer certa dificuldade em definir o morador, incluindo pessoas não quistas como moradoras mas que reivindicuem pertencer a Canoa Quebrada, como os veranistas.

Antes da titulação, o morador era aquele que tinha casa, trabalho e praticava a unilocalidade, ou seja, a moradia fixa na Vila. Com a titulação, a Associação passou a considerar um tempo mínimo estipulado dessa fixação: duas décadas sem práticas de deslocamento. Assim que o tempo entendido como necessário para constituir relação com as pessoas e com o território tomou forma de um tempo enquadrado burocraticamente. Como não existe nenhuma família de moradores, segundo a AMECQ, que não tenha sido cadastrada pelo IDACE no ano de 2002, há quinze anos toda família está autorizada coletivamente a ocupar o território. Nessa ocasião não houve desintrusão, apenas as casas de alguns veranistas foram igualmente

cadastradas. O cadastro, como mecanismo de controle do Estado, foi legitimado pela AMECQ como processo que autorizou a presença de cada morador ali. O critério dos vinte anos funciona como modo de contraposição aos veranistas e como normatização para os filhos dos moradores cadastrados, quando saem da casa dos pais para construir a casa própria. Quer dizer que eles precisam ter a idade de 20 anos para requisitar um lote. Segundo Dona Maria, no entanto, a própria AMECQ tem autoridade para continuar realizando novos “cadastros” dos novos lotes ocupados pelos filhos dos moradores. Para ela, caso o morador tenha sido autorizado a construir, ele está “seguro no cadastro”. Ela explica que:

Então, aquela pessoa que fez aquela construção, com a ordem da associação, um documento, então ela tem como se fosse um cadastro, ne? Quem não tem, não tem cadastro, ne. Não tem, não tem nada, é como se fosse invadindo, ne. Então, é muito bom fazer o documento porque é uma segurança pro próprio morador.

Assim, a AMECQ definiu que quem possui casa na praia e passa muito tempo ali, especialmente os fins de semana, não pode ser considerada moradora. O critério das duas décadas também exclui aqueles que passam alguns meses todo ano ou até alguns anos tendo Canoa Quebrada como primeira residência. Assim, são abarcadas duas temporalidades que envolvem pessoas de fora: as idas e vindas daqueles que desfrutam de dias durante a semana reservados ao descanso e lazer, ou seja, pessoas em deslocamento para a praia de origens mais próximas em dias que não trabalham. E deslocamentos mais longos de pessoas que podem até residir na praia por períodos estendidos.

Quando questioneei a Fianga como eles chegaram ao número de vinte anos, ela afirmou que foi levada em conta a maioridade legal. O título de eleitor ser cadastrado no município de Aracati, por exemplo, funciona como um elemento que esclarece a cidade com a qual a pessoa tem obrigações administrativas e políticas e, conseqüentemente, a sua condição legal de sujeito imputável<sup>41</sup>. Seria também, segundo ela, o tempo em que a pessoa poderia começar a “fazer família”.

---

<sup>41</sup> Entretanto, não à toa, quando o IDACE fez o cadastro dos moradores no ano de 2002, o Índio havia completado justos 20 anos de residência fixa na Vila. Quer dizer, o argumento da maioridade não justifica esses dois anos a mais dos 18 anos.

Chegar a um formato que permitisse a manutenção da categoria morador mas com uma abertura controlada pela fixação de um sentido sobre o termo foi uma necessidade enxergada pela diretoria da AMECQ. Essa seleção aconteceu com o intuito de barrar disputas semânticas e polissemias sobre o morar, como modo de evitar manobras que favoreçam práticas consideradas grilagem vindas dos proprietários das casas de veraneio, os moradores esporádicos ou de temporada. Esses veranistas podem ser favorecidos, além das operações de venda facilmente registradas em cartório que podem servir à defesa do direito à propriedade privada, pelas leis constitucionais referentes ao usucapião que reconhecem o direito à posse ao indivíduo que comprove cinco anos de ocupação, que geralmente podem ser atestados em laudos pela presença de benfeitorias construídas ou espaços produtivos. A formulação em torno dessa espécie de usucapião nativo defende quatro vezes mais o tempo postulado para o direito ao usucapião (de cinco anos), assim como a unilocalidade contra os critérios do direito de posse postulados pela lei (provar que a terra é produtiva, mas sem implicar necessariamente em moradia).

Os terceiros agentes levados em conta nessa formulação sobre o nascer e morar são os nativos de Canoa Quebrada, nascidos e moradores do Centro da praia, que também já foram abordados anteriormente pela participação ativa na formação da categoria morador. É importante ressaltar que vários antigos moradores da Vila são do Centro, com direitos de ocupação reconhecidos. Essas pessoas são consideradas moradoras não somente pelo tempo de fixação residencial mas também pelo fato de terem adentrado na família Estevão geralmente por meio de casamentos com pessoas da Vila, mesmo que eles tenham terminado após alguns anos. Continuaram na Vila a tendo como seu lugar de moradia, onde seus filhos estão residindo e onde sua rede familiar está fixada, embora que em casa distinta do (a) antigo(a) cônjuge. Esses antigos casamentos, seja com pessoas do Centro ou de localidades próximas, já conferiram direitos territoriais aos cônjuges nativos baseados no tempo de ocupação e relação familiar desde antes da titulação, não sendo, portanto, com quem a AMECQ dialoga quando define o nascer e morar como seu primeiro critério. Nesse caso, o importante é que nascer e morar no Estevão proteja os moradores da “invasão” de nativos de Canoa Quebrada, mesmo que eles sejam seus parentes próximos.

A contraposição a esses nativos levanta outro ponto importante que é que cada pessoa deve ser considerada como um sujeito individual, assim como cada “caso” como único, independente do grupo de parentes da pessoa. Único no sentido não de unicidade, pois o que se busca é justamente chegar à universalidade da aplicação dos critérios, mas no sentido de que para cada pessoa que irá requerer o lote deve existir um processo administrativo próprio e não se deve incluir nele nenhum parente a mais que não sejam o que morarão na casa, a saber, geralmente, os filhos e cônjuges. E por que? Porque nenhum direito territorial pode ser estendido ao que a AMECQ chama de “primos, irmãos, tios ou outros parentes próximos” (AMECQ, 2005), uma atitude considerada antiética chamada de “privilégio”, geradora de injustiças e reveladora de relações de poder internas.

Ao citar posições genealógicas tão próximas a um certo *ego*, a Associação postula que é preciso diferenciar parentes co-residentes fixos dos parentes que moram em outras localidades, independente de como eles consideram-se a partir de uma gramática do parentesco que fundamenta os modos locais de constituir relação familiar. Isso é importante para que sejam evitadas reivindicações de direito territorial por nativos por causa do pertencimento familiar. Assim, teoricamente, o direito coletivo à terra é concedido a um sujeito uno, indivisível e individualizado.

Esse trecho de entrevista retrata como Fianga atuou em um “caso” com um primo:

Semana passada veio o meu primo pedindo um terreno para morar, aí eu disse ‘olha, vou dizer logo para você, na sua cara, que o terreno do Estevão é só para quem mora lá. Aí tu acha que o pessoal lá da comunidade Estevão vai dizer sim para tu que não mora lá? Vai nada, querido. Mas a reunião é aberta, todo mundo que quiser participar e quiser ouvir, ne. Se você quiser aparecer.’

Esse “caso” narrado exigiu que Fianga vocalizasse para seu “parente” do Centro o critério para ser morador da Vila, revelando que ele não teria chance de conseguir um lote e, ao mesmo tempo, que ela tentasse despessoalizar a situação quando o convidou para, mesmo assim, submeter seu pedido à apreciação da AMECQ em reunião. Essa capacidade de inserir um primo em um quadro geral de pessoas – “todo mundo” –, e dela de localizar-se como pessoa neutra diante da situação é a posição entendida como ética. Do ponto de vista institucional significa que a AMECQ faria um parecer desfavorável ao “caso” dele, mas que sua solicitação

chegaria e seria apreciada e julgada objetivamente. Ao lidar de modo transparente com as demandas requeridas, a instituição se coloca como séria e confiável quando resolve por meio da burocracia e não das relações pessoais os “casos” relativos à questão fundiária.

Para Fianga, ele é seu “parente” pois são consanguíneos, compartilham uma substância inata, mas não serem co-residentes implica em uma diferença fundamental que não o gabarita como morador. Entretanto, tal neutralidade que Fianga tenta atingir parece abalada na sua fala quando ela enfatiza que falaria na “cara” dele, especialmente pelo tom jocoso e irônico com o qual contou a situação. Além do mais, tal trecho selecionado foi seguido de uma fala em que ela afirma que todo território do Estevão pertence à Associação e que a instituição jamais permitiria que uma duna, como grande reservatório preservado de água, fosse “descaracterizada” para que um primo construísse sua casa. Quer dizer, existia uma clara necessidade de diferenciar o que é considerado pela Associação ser “parente”, em nome de quem uma obra significaria um ônus territorial, e o que é a “família”, em nome de quem uma obra significa a garantia de um direito fundamental.

Vilma explica o sentido do termo “família”, entretanto, defendendo o ponto de que nem em nome dela são aceitáveis práticas de privilégio:

Meu avô saiu da Associação porque ele não compactuava com o poder de definir a oligarquia e a questão de privilégio para a família. Eu posso te narrar o seguinte: o terreno da filha de um diretor da AMECQ já estava acima dos 250 m<sup>2</sup>. Eles pegaram e aumentaram o terreno. Tiraram 2,5 m e aumentaram 5 m. O terreno já estava ali, já existia. Eu fiquei muito chateada, procurei ele e falei coisas grandes porque eu odeio quando as pessoas usam de privilégios (...) Então, eu acho que a injustiça é parte fundamental de quem tem o poder, porque nem sempre o que tá sendo feito é justo, mas quem tem o poder acha que está fazendo melhor, mas o melhor é privilégio pra alguns. Eu até falei ‘Isso é despotismo’<sup>42</sup>. Não é só na política, aqui você também é uma figura pública, você é uma figura notória’.

Aqui começo a abordar o quarto agente considerado na formulação sobre nascer e morar da Associação: a própria “família”. A queixa de Vilma é relativa à prática de retirar a cerca que demarcava a extensão de um terreno sob o pretexto de reformá-la e, na ocasião da reposição, aumentá-la sem autorização da AMECQ. A chateação de Vilma parece agravada pela autoria dessa prática. Como membro da

---

<sup>42</sup> Creio que, pela explicação posterior de Vilma, ela quis dizer nepotismo: “É você usar seu poder pra privilegiar um parente seu”.

diretoria, o diretor devia ter sido capaz de exigir da própria filha, da “família”, ou seja, aquela que reside junto, a mesma postura cobrada a qualquer morador. Quer dizer que, entendendo que a Associação é uma instituição pública, os diretores devem portar a capacidade de praticar os critérios criados universalmente, sob pena de produzirem injustiça e recriarem relações de poder internamente. Como figuras públicas diante da sociedade, os diretores precisam manter a seriedade da instituição por meio da capacidade de dissolver sua família em um quadro difuso de moradores e cobrá-lo, fiscalizá-lo ou puni-lo baseados no código.

Índio fez uma analogia muito interessante quando perguntei se o critério para ser morador da Vila era ser parente e que ajuda a entender a diferença entre os dois termos supracitados. Em resposta à minha questão, ele disse que o critério não era ser parente. Para ele, nativo estava para morador assim como parente estava para cidadão, cidadãos de uma mesma família. Essa interpretação dos termos é a que foi imprimida pela Associação. Nas suas palavras:

(...) mesmo que não sejamos parentes somos de uma mesma família, a família Estevão. Então, é um parentesco espiritual, não sanguíneo, é um parentesco experienciado. Agora, o laço parental sanguíneo é uma parte muito presente aqui dentro, porque, tu sabe, são dois, três famílias que se cruzaram aqui, então, em termos sanguíneos é muito forte aqui, todos são primos, irmãos, mas não é o principal. O principal é que vivemos em uma comunidade e que temos uma base em comum, um projeto de comunidade de comum, em se tratando de um espaço, com algumas normas, que nos permitem desfrutar de alguma brisa, de conhecer o vizinho, ter certo controle. É muito mais presente a sensação de pertencer a uma família, a uma luta, um projeto em comum, através da AME, mas também de outras *ongs* que se instalaram aqui e com pessoas que vem de outros locais, nem tanto em termos de quantidade. Um mesmo território é como se estivesse morando na mesma casa.

Ao emparelhar nativo com parente, morador com cidadão e família, casa com território, Índio busca dotar de valor simbólico termos que indicam a transcendência de termos que ele aponta como restritos. Nesse sentido, embora que hajam sobreposições de condições (ser parente e ser família), a consanguinidade não é capaz de produzir o sentimento de comunidade. Na sua fala, a sensação de morar na mesma casa contemplada por ocupar um mesmo território é criada por meio da partilha de um projeto comum encampado pela Associação. Quer dizer, ele entende que a experiência vivenciada na própria instituição é o mais potente para conectar os moradores. O apelo a um termo tão universal como cidadão deixa transparecer a ideia de que parentesco e política parecem ser, nesse discurso, incompatíveis. Para o Índio,

a Associação tem algo que chama-se “moral” definida por três elementos, que é o que sustenta sua continuidade e legitimidade. Primeiro a capacidade de produzir consensos. Em segundo lugar, de porte desse denominador comum, praticar o que foi acordado. E, por fim, “é pra todo mundo igual”. Não tem filho do presidente nem irmão do secretário. É pra todo mundo igual.” Desse modo, a partir desse tripé, que a Associação prova ser séria e fazer as coisas corretamente.

Reuni, ao longo do tempo de pesquisa, uma série de falas em que os diretores e moradores localizam-se a partir da sua capacidade de serem neutros com os próprios parentes e de não produzirem privilégios com a condição de ocupar um cargo associativo. Fianga, por exemplo, guarda como fundo do seu repertório de ações o fato de ter 30 anos de participação na Associação e um terreno menor que os demais. Também lembra da ocasião em que um primo seu foi notificado pelo superintendente do IDACE, Ricardo Durval, por estar fazendo dois chalés em um terreno muito maior do que o permitido, o que configurava a obra irregular. O IDACE iria solicitar a derrubada da casa caso seu primo não a providenciasse por si. Fianga, embora que sentindo “pena”, disse ser favorável à ação do órgão que foi acionado pela presidência da AMECQ. Seu Ezequiel contou da ocasião em que teve que negar ao amigo um lote para moradia. Dona Maria assumiu uma contenda pública com a irmã que havia vendido um terreno para um senhor que queria construir uma pousada. A obra foi embargada pela Prefeitura de Aracati, acionada também pela AMECQ. Diante do conflito a irmã disse: “É, eu devia fazer minhas coisas por debaixo dos panos”. Como resposta ouviu que a área desapropriada pelo Estado poderia ser revertida para o Governo. Dessa feita, o IDACE poderia coordenar uma ação de reintegração de posse de terrenos vendidos e isso seria um modo de “castigar” os moradores grileiros, uma ação que tinha total apoio da diretoria. O Índio defende que sua filha Duna não possa ter direito a um lote de moradia porque, embora tenha nascido na Vila, não mora lá há bastante tempo.

Nota-se na definição da AMECQ sobre o nascer e morar que existe apenas uma posição genealógica que pode transmitir o direito à moradia - a filiação - quando dito que serão considerados moradores também os filhos de moradores, apesar de que também essa relação de filiação precisa estar inserida no formato de residência



fixa no Estevão. Em mais duas passagens do Estatuto, em vez de filhos é usado o termo “herdeiros”, um termo também usado por Caco na dissertação.

A tentativa de chegar a uma relação mínima de transmissão de direito e herança, que possa precaver maiores extensões, é confirmada em um trecho do Termo de Compromisso em que o “beneficiário” declara que “o usufruto do imóvel e da benfeitoria nele construída ficará exclusivamente para mim e de minha descendência familiar direta” (AMECQ, 2010).

A filiação, nesse sentido, aparece como formato de relação familiar mais segura e duradoura socialmente. No entanto, aos poucos, foram aparecendo alguns questionamentos. Internamente, esses critérios acabaram gerando impasses complexos fruto da necessidade enxergada pela Associação de chegar a definições claras para fenômenos não tão claros e cada vez em maior transformação. Novos arranjos familiares formados por casamentos com cônjuges de fora modulados frequentemente pela distância entre o casal, bilocalidade de residência de algum dos cônjuges ou de ambos, filhos inseridos em uma dinâmica de viagens e uma temporalidade mais curta de vigências dos casamentos ou relacionamentos afetivos começaram a ser objeto de preocupação. Além disso, como seriam considerados os novos cônjuges que nem nasceram nem têm tempo mínimo de moradia? Como algumas antigas práticas territoriais que fogem a essas definições fixas sobre nascimento e moradia seriam tratadas? Como a Associação lidaria contra grilagens efetuadas por membros da própria família Estevão que se encaixam nos critérios selecionados?

Aí é que entram mais dois pontos que são importantes porque figuram as pessoas que se tornaram grande objeto de controle internamente. Primeiro que para cada filho nascido, para quem é seguro que se transmita o direito, há a relação entre os progenitores que o antecede. Dessa forma, esse formato mínimo de transmissão de direitos para “herdeiros” contém, em si, oclusamente, a dependência entre produção de descendência e a inserção de um cônjuge que adentra, de certo modo, a família, por mais que não se torne parente. Por isso que os casamentos são grande motivo de preocupação e atenção. Assim que compreendi porque o cruzamento da localidade com o *status* civil era um importante mecanismo que mapeamento pelo qual passei, conforme narrado no primeiro capítulo. Em segundo lugar, foi preciso criar

outros mecanismos que pudessem ser eficientes contra os “vagabundos” ou “rebeldes”, que são os moradores sem consideração: vendem, trocam, escondem negociações, mentem. Se, por um lado, é preciso julgar cada pessoa por suas ações individuais, a crítica feita a essas pessoas é justamente seu inverso, a saber, a incapacidade que demonstram de sair de um ensimesmamento, um auto-centramento, para prestar a solidariedade e somar forças ao interesse coletivo que é a proteção da terra e a garantia do domínio territorial. Estão inseridos dentro da categoria morador mas, ainda assim, precisam ser julgados, investigados, controlados e classificados a partir de uma categoria fronteira que os localiza moralmente entre a família e os grileiros. Todo grileiro é chamado “vagabundo”, mas quando eles são internos à família e à Vila eles são “vagabundos” relativos, experimentando o deslocamento entre essas classificações. Dessa forma é que os últimos agentes considerados nas formulações da AMECQ são seus próprios moradores, a “família”.

Destaco a seguir alguns trechos de entrevistas para demonstrar os pontos relativos ao nascer e morar abordadas até o momento. A primeira fala é um trecho de entrevista com Seu Assis em que questionei sobre qual critério para poder ter um lote na Vila, que respondeu de forma completa citando preocupações que fazem parte da ordem do dia que foram consideradas para chegar às formulações estatutárias e às do Termo de Compromisso:

Você é uma jovem que tem um namorado de fora, de São Paulo, Rio, da Holanda, da França, e você quer construir e você não tem que condições de construir, a gente sabe que você não tem condições. Mas, você quer casar, está prestes a casar com aquela pessoa, e você quer um cantinho pra você morar. Ela não tem condições de construir, aí ela vai lá pede um pedaço de terra, a gente dá porque ela tem o direito porque ela é nativa e tal. Mas tem o compromisso de que toda a responsabilidade vai ser dela. Ele vai fornecer tudo, mas ele, por exemplo, na separação, ele não vai ter nada não, a moradia não, tudo passa pro nome dela. O critério é manter a família unida, e segundo, a seguridade da moradia. Porque de repente um cabra desse vem, faz a cabeça da nativa, faz um jeito que vende a casa, vai embora e ela fica sem nada. Aí não tem mais direito nem mais a um pedaço de terra e o vagabundo vai embora, vende. Aí se a Associação descobrir vai lutar pra readquirir o imóvel. Mas muitos deles fazem isso. Como já aconteceu de nativo de fazer isso. De pegar a terra construir a casa, hoje tá morando, amanhã já é outro. ‘Rapaz, como foi isso?’ Aí diz que isso já vinha sendo arranjado há muito tempo e o cara já tinha o dele no banco, já tava comendo dinheiro. Sem ninguém saber? Alguém sabia, mas não vai pro bico do pessoal da Associação não. Então, a gente tá dando esse direito pro nativo ter sua seguridade. O exemplo maior é de uma jovem de Fortaleza. Um abestado assinou o documento passando a casa pra ela, que é proibido, mesmo assim eles fizeram esse jogo. ‘Não, porque ela é minha mulher amada, num sei o

quê, a carinhosa e tudo.’ Quando foi com o tempo empurrou os dois pés no peito dele e expulsou ele de casa. Ele que era o nativo e ele agora tá morando com a mãe e ela que ficou com a casa. Aí o procedimento seria de reintegração de posse, mas isso custa dinheiro e estamos sem. Então, acontece de um cara chegar na sua casa e fazer amizade com teus pais, com teus filhos, com teus irmãos. Aí você tem um terreno grande. ‘Ô rapaz, num seria bom se tu arrumasse um cantinho pra mim, pra eu fazer uma casinha pra mim? Eu dou tudo pra tu fazer.’ Aí como você tá sendo beneficiada porque praticamente tá ganhando uma casa nova, você vai mentir que tá fazendo um quarto pra alugar. Desde que não é, o quarto foi feito pro cara morar. Porque se não tiver de olho, o pessoal invade assim, através de amizade, e amizade falsa. Até agora, só apareceu um cara, eu não sei o que aconteceu com aquele moço, que ele construiu de 8 a 9 casas e deu pra nativa aí. Gente que tava morando aí na beira do penhasco, que [as casas] caíram, e não tinham condição de fazer outra. Então, esse pessoal foi beneficiado por esse moço aí. Ele mora pra banda de Goiás, mas a mulher dele é definitiva aqui. A ex, ne. Mas é aquela amizade que só falta dormir junto. Come, bebe, só falta dormir junto. Eu não entendo, mas a gente chama essas modernidades, ne, Ana? Mas são essas coisas, ne, que se a gente não se certificar no que você tá sendo, vamos dizer assim, fazendo o papel de idiota perante os outros, a gente prefere assim: você quer construir, aí tem um rapaz de fora, mas tem o termo de responsabilidade é você que tem que assinar e se você vacilar, você perde o cara, perde a casa, tudo.

Seu Assis escolheu um exemplo hipotético e mais quatro “casos” para afirmar que o critério é manter a família unida e a seguridade da moradia. Quando ele fala em “família” não está se referindo à família do morador do novo lote e sim à família Estevão, a comunidade, que precisa se precaver contra situações que gerem insegurança. No primeiro exemplo seu Assis cita algumas localidades possíveis de origem do cônjuge, referência às cidades de onde vem a maioria dos turistas à praia de Canoa Quebrada. Seu Assis interpreta esse caso hipotético com base no jogo duplo entre aquilo que a Associação sabe (que a “nativa” não possui recursos para construção da casa) e aquilo que ela não sabe (a real intenção do cônjuge com o casamento).

Saber da condição financeira da mulher é ter conhecimento, a partir do que se fala e do que se vê, sobre ela não ter um trabalho que lhe confira a possibilidade de erguer a casa. Para isso é importante que os diretores sejam grandes produtores de conversa. Fianga e Rodrigo, seu filho, como os dois agentes comunitários de saúde de Canoa Quebrada acompanham todos as residências que possuem crianças, gestantes, idosos e pessoas com problemas psiquiátricos. Assim, caminham e conversam constantemente com as famílias. Do mesmo modo seu Assis, capataz dos pescadores de Canoa Quebrada, que conhece bem a realidade financeira dos

mesmos. Assim como Dona Maria, que acode os parentes próximos em casos de necessidade e cuida da escola da comunidade.

O que nesse caso nem a “nativa” saberia é estar sendo persuadida por um grileiro, um “vagabundo” em formato de marido, que guardava o segredo de ter a intenção de vender a casa, segundo entende Seu Assis. Apesar da Associação não ter a certeza sobre essa intenção, ela desconfia e prevê a separação como horizonte de futuro. Como não há meios de provar aquilo que não se sabe ao certo e como não há meios também de negar o direito da “nativa” que está enquadrada nos critérios estatutários, o Termo de Compromisso chamado “termo de responsabilidade” por Seu Assis, cumpriria uma função complementar ao Estatuto. O Estatuto prescreve que

No caso de casais formados por moradores e pessoas de fora, o imóvel será cadastrado no nome da pessoa moradora, assim como todos os permissos legais, notas fiscais de compra de material de construção, conta de água e energia e demais documentos referentes ao imóvel. (AMECQ, 2005)

No Estatuto estão definidos os critérios e direitos, a condição ontológica do morador. Define o destinatário do direito, fruto do processo de formação de uma categoria de nomeação com a qual o requerente deve se identificar. Até aí qualquer um, como os veranistas podem usar da auto-atribuição, se quiserem. Também os cônjuges. No entanto, o direito a um lote é um processo de reconhecimento. Nesse sentido, o Termo de Compromisso entra como peça posterior à auto-atribuição, que resultará na territorialização do morador reconhecido, que implica no compromisso com as obrigações colocadas como moeda de troca à garantia da moradia. Isso é o que pode assegurar as ações da Associação diante de irregularidades, como a praticada pelo ex-marido na separação, que não é reconhecido morador: vender a casa para um terceiro e ir embora. Como declarado no Termo pelo já “beneficiário”:

Sou ciente que o descumprimento deste termo de compromisso provocará a imediata anulação da autorização de ocupação do lote, e deverei desocupar o mesmo, renunciando a qualquer indenização por benfeitorias realizadas no lote, que voltará a ser administrado pela AMECQ. (AMECQ, 2010)

O compromisso assumido é de não vender, trocar, ceder, penhorar, hipotecar, emprestar ou realizar qualquer outra transação que possa significar a perda do domínio ou transferência do imóvel, seja do lote ou da benfeitoria. Caso isso aconteça, não só a AMECQ poderá fazer uma reintegração de posse como o morador responsável, mesmo que pela ação do ex-marido, nesse caso, não terá mais direito a

outro lote, conforme Estatuto. Assim, o Termo de Compromisso define a condição moral do morador.

A sabida condição de construir também é importante para desvelar outro tipo de “caso” citado por seu Assis: quando o morador pediu o lote à AMECQ, que atendeu o pedido. O morador começou a morar na casa construída e logo repassou para outra pessoa que a comprou. Quer dizer, desde o início, embora que a AMECQ não soubesse e que o morador contasse com a solidariedade de pessoas que contiveram o segredo, o financiamento tinha sido feito por esse proprietário final. Essa operação pode ter sido feita também por algum morador que tinha um terreno grande, que não precisou solicitar terra para Associação. Por meio de “amizades falsas”, o comprador fornece o material para construção de um quarto na casa, que aparentemente seria para a família, quando, na verdade, é para esse financiador. No Estatuto

Quem tem terreno superior a 250 mt<sup>2</sup> terá que dividir com seus herdeiros na proporção de 250 mt<sup>2</sup> para cada um. No caso de ficar herdeiros sem espaço, será dado a estes autorização para ocupar um lote padrão. (AMECQ, 2005)

Então, o morador que tiver um terreno grande, sem filhos, é objeto de desconfiança e controle por poder significar a existência de uma má intenção com o excesso de terra. Nem sempre a AMECQ vai saber das verdadeiras intenções dos moradores. Um modo que achou de se certificar foi criando o Termo de Compromisso, como se a burocracia pudesse criar responsabilidade pelas ações, como uma garantia para tapar brechas e resolver questões abertas. O interesse da AMECQ é atribuir a responsabilidade dos “vacilos” aos seus autores, a liberando de qualquer suspeição sob sua seriedade.

### **3.2 O sócio-morador e a “cláusula”**

Ao longo de vários anos de gestão territorial, uma situação muito recorrente passou a incomodar os diretores. Considerando a grande dedicação que o trabalho comunitário e o combate à especulação demandam, o fato da Associação haver até então contemplado todos os pedidos de novos lotes de moradia para aqueles que encaixavam-se nos critérios estabelecidos começou a provocar um desgosto específico. Esse incômodo era relativo à pouca participação da comunidade nas atividades associativas. Segundo os diretores, o número de associados oscila entre 30 e 25 moradores. Dessa feita, os diretores viram-se assumindo a condição de serem

doadores de terras tanto para aqueles que sentiam-se implicados com a AMECQ quanto para os que não tinham nenhum tipo de compromisso associativo e muitas vezes criticavam ferozmente a Associação.

Então, apesar da pouca participação nas atividades como reuniões e mutirões, cem por cento dos moradores estava sendo beneficiada com o direito à moradia. Quer dizer que essa prática não estava revertendo necessariamente no fortalecimento da instituição, o que era percebido com desânimo e como motivo que estava debilitando-a. Os diretores percebiam que a AMECQ enfraquecia a cada lote concedido a um morador não associado, que tornava-se exemplo de que não era necessário nenhum tipo de contribuição à luta. De todo modo, todos tinham o direito à terra garantido pelas lutas anteriores.

Como colocado pelo IDACE, o título do imóvel doado só teria validade condicionado à existência da instituição proprietária. Houve, em 2002, a iniciativa de alguns moradores no sentido de fundar uma nova associação que se chamaria Associação de Pescadores do Estevão, que tinha como um dos objetivos a construção de um galpão na área da Vila que funcionasse como uma cooperativa de pesca. Com a vertiginosa queda da atividade pesqueira foi sentida a necessidade de uma instituição que pudesse amparar melhor os pescadores no pleito por créditos para compra do material, inclusive embarcações, facilitação do escoamento da produção, assistência técnica e questões afins.

A escolha de tal categoria de identificação indicava não somente a ênfase na questão da pesca, mas também era sintomática da problemática da representatividade da AMECQ. As pessoas envolvidas com a tentativa de criação dessa nova associação não reconheciam a legitimidade de associação anterior. Pela AMECQ eram chamadas de “vagabundos”, sendo apontados como familiares mais jovens, de gerações posteriores àquela que lutou pela terra, conhecidos por praticar grilagem no território comunitário por meio de vendas e acordos não permitidos. A Associação tomou as providências junto ao poder público para que não fosse dada continuidade à obra do galpão que já havia sido iniciada sem autorização, em demonstrativo ao boicote à criação da nova associação. A nova associação, por fim, desmobilizou-se. Como resposta a tal incômodo, a AMECQ criou uma nova condição: para que o morador recebesse o lote de terra era preciso estar filiado à AMECQ.

Seus associados têm por obrigação, conforme Estatuto, participar das atividades associativas e ajudar financeiramente com a mensalidade de cinco reais. Como bem percebeu o Índio, só havia uma situação em que todas as pessoas teriam que, obrigatoriamente, acionar a AMECQ: no momento de pedir um lote para moradia. Independente de aproximação ou repulsa à Associação, era sabido que a antiga estratégia de derrubar as casas de invasores poderia ser substituída, como aconteceu algumas vezes, pelo acionamento dos órgãos públicos envolvidos com a questão territorial na Vila (IDACE, SEMACE e PMA, especificamente). Se, antes, os moradores davam o aviso para o invasor derrubar a casa, sob ameaça deles mesmos derrubarem, após o conjunto de atos administrativos na Vila os casos de descumprimento da ordem de derrubada da obra ilícita eram comunicados aos órgãos com a finalidade de requerer a intervenção estatal para solucioná-lo. Logo, empreender uma construção não autorizada sob conhecimento da AMECQ era uma manobra vã. Quer dizer que os moradores preferiam a passagem obrigatória pela Associação.

Essa passagem começou a ser enxergada como oportunidade de fazer com que o morador se interessasse pelas questões comunitárias e criasse algum tipo de reciprocidade com a instituição. A categoria que reflete essa mudança é “sócio-morador”, que pauta que a filiação à instituição é um pré-requisito para obtenção de terra para morar.

Como está preconizado no capítulo 11 do Estatuto, o morador deve comunicar à AMECQ em reunião ordinária o desejo de construir e indicar um lote anexo à uma planta da obra. Retrato abaixo um trecho de reunião em que uma moradora compareceu pela primeira vez na Associação com a finalidade de fazer o pedido publicamente. Ao fazer o pedido, Fianga respondeu que ela precisaria assinar um documento que funciona como a prova da autorização da AMECQ para execução da obra. Esse documento a que Fianga se referia era o Termo de Compromisso, chamado por Seu Assis de “termo de responsabilidade”.

**Moradora:** Rapaz, esse documento precisa do quê?

**Fianga:** Primeiro tem que participar um ano todinho de reunião, sem faltar uma reunião e se associar, fazer a carteirinha do sócio. Depois, a gente vai passar um questionário pra você estudar, saber o que é a associação, pra quê que foi formada a associação, o que é que ela faz de bom, pra você, pra comunidade, o que é? O que é uma associação, o que é uma associação? Por quê que ela foi formada, qual o intuito dela ser formada?

**Delta:** Mas no caso dela e de Gisele, ela já tem a casa dela, que é a casa da mãe dela, que quando foi dada pela Associação, foi dado pra sua mãe, foi dado por causa de vocês duas, que eram filhas que a mãe de vocês tinha aqui, senão não tinha ganhado. Isso tá escrito ali, viu?

**Fianga:** Mas vocês podem participar da reunião.

**Moradora:** Então, quer dizer que a gente não tem mais direito no terreno, é isso?

**Delta:** É, porque o terreno já foi dado à mãe de vocês.

[Murmurinho... Várias falas]

**Dona Maria:** A associação não tá falando nada, a gente tá pedindo que vocês participe... As coisas podem mudar, ne, gente, não tamo falando nada.

**Fianga:** Então, nós tamo pedindo que vocês participem da reunião, ne. Participando, a gente vai analisar o caso de cada um, você vai aprender. Nós não tamo dizendo que você não tem direito. Todos que moram aqui, nasceram aqui têm direito. Todos. Até os de fora que moram aqui há anos, que faz um trabalho com a comunidade, também têm direito. Esses são... escolheram aqui pra morar, só não fizeram nascer, mas moram.

**Maris:** O meu caso, ne...

**Fianga:** Maris mora aqui há mais de trinta anos, ne...

**Maris:** Sou mais daqui do que de onde eu nasci, ne... porque eu morei lá vinte e dois anos, tô aqui há trinta, ne... Então, também, eu tenho o mesmo direito de quem nasceu aqui, não?

**Seu Assis:** Hein, pessoal, vocês entenderam o termo de responsabilidade? Porque ali é um documento já escrito, é um documento da associação, só que nós vamos analisar, vamos pegar aquele papel, vamos sentar e ver se tá mesmo dentro, das normas, de tudo, se é preciso arrochar mais o nó, a gente arrocha.

**Fianga:** Tem que ficar bem arrochadinho.

**Seu Assis:** Né possível que a gente não vai dar mole pra certos tipos de pessoas não.

**Fianga:** Porque tem pessoas que também desrespeitam a associação, o estatuto e ainda vem com palavras, agredindo a gente, ferindo, xingando... Isso aí não é direito.

A participação nas atividades da Associação ganhou uma modulação muito específica. Não basta apenas a filiação à instituição e dela tornar-se contribuinte. Participar significa comparecer nas reuniões ordinárias por um período de um ano ininterrupto. Nesse ciclo de doze reuniões, acredita-se que o morador sairá apto a vocalizar alguns conhecimentos sobre aquilo que o Estatuto chama de “história do Estevão e da AMECQ”. Segundo Fianga, isso implica em reconhecer corretamente a contribuição da instituição para os moradores da Vila. Ela esclareceu-me que conhecer corretamente o passado, nesse sentido, funciona como importante vetor para orientar a ação presente. O desconhecimento da história da Associação e da Luta, portanto, poderia estar diretamente relacionada à falta de interesse nas questões comunitárias. O espaço da reunião ordinária passou a ser tomado como um espaço de aprendizado, chamado pelo Índio de “escola comunitária”. O que se aprende nela, segundo ele, é a pensar coletivamente, a usar coletivamente a terra, visando bem



comum, a trabalhar em conjunto e comportar-se em comunidade. Significa também aprender a ouvir o outro e usufruir da oportunidade de falar e ser ouvido. Todos esses aprendizados e experiências seriam oportunidades para um crescimento pessoal e para a construção de um morador identificado coletivamente.

Desse modo a Associação buscou equacionar direito e dever. Como visto, guiada por um princípio ético, a Associação não pode negar o lote a um morador que se encaixe nos critérios criados. Todavia, isso não implica que esse morador esteja afinado à Associação como ela gostaria. Surge daí uma certa ambiguidade quanto ao reconhecimento de direito. A exemplo da moradora requisitante, ela estaria configurada como sujeito de direito segundo critérios da Associação. Dona Maria vocaliza, entretanto, que não sabe se ela vai ter direito ao lote, pois “as coisas podem mudar”. A falta de uma resposta objetiva sobre o direito ao terreno foi seguida do estabelecimento de uma condição de participação por um tempo fixo estipulado ao fim do qual haverá um “questionário”. Após o “questionário” é que parece que a pergunta formulada pela requerente poderá, finalmente, ser respondida.

O “questionário” foi chamado no Estatuto de “prova”. Segundo ele, ainda no capítulo 11, após comunicar o desejo de construir e de mostrada a planta, o morador deverá fazer prova oral e escrita formulada por uma comissão avaliadora, que poderá reprovar o requerente. Nesse caso, outra prova deverá ser prestada. Como, ao longo desse tempo, eu nunca presenciei essa “prova” ser colocada em prática, passou a me interessar a semelhança dos termos usados no Estatuto e Termo de Compromisso com termos usados pelo IDACE ou pelos moradores face ao processo de titulação. Apesar de, de fato, como pude confirmar em pesquisa, o critério da “prova” não tenha efetividade para aprovar ou desaprovar um morador que tenha assistido a um ano de reuniões, esses instrumentos ressaltam-se por estarem localizados em uma instância intermediária entre a política burocrática e a política nativa. “Prova”, como vimos, é um termo usado para se remeter a um processo de titulação entendido como temporário. Na década em que a Associação viu-se diante dela, a palavra de ordem foi fazer jus à confiança do IDACE. É interessante ver que essa confiança provada ao órgão foi revertida para os moradores através do que passou a ser a “cláusula”. Vejamos a fala do Índio:

Então, a gente colocou, diferente do início, uma cláusula que a pessoa precisa participar um ano da reunião da Associação. Então, nós colocamos essa cláusula para obrigar as pessoas a participar. (...) a gente deixou de ser bonzinho. Aquilo que te falei no começo, tanto quem participava como quem não participava, ia contra a associação. Então, esse negócio de ser bonzinho, igual pra todo mundo, certas coisas não funcionam. Então tem que ser perspicaz, vendo as coisas como funcionam na prática. 'Ah, mas não vai obrigar'. Obriga mesmo, pronto, qual o problema? Ele não vai lá para requerer algo de nós, então nós vamos também requerer uma coisa dele. Nem que seja atenção, que escute, que aprenda. E aí temos a esperança de que ele comece a aprender e quem sabe que ele não gosta e também conhece as pessoas que nunca falou, nunca conversou e de repente, a pessoa conversa comigo, por exemplo. Nos encontramos ali em um espaço comum.

Quer dizer, o desejo de criar critérios objetivos por meio da defesa da neutralidade e universalidade das leis locais, sob argumento de que parentesco não teria lugar na política, confrontou-se com a necessidade de barrar grilagens advindas desses próprios sujeitos de direito. Nesse sentido, ambigualmente, os diretores viram-se impelidos a levar à cabo um projeto aparentemente contraditório ao primeiro objetivo: diferenciar os moradores. Não pelos seus pertencimentos familiares, mas por meio da tentativa de instituir a participação na AMECQ para aqueles não afinados às suas ideias. Logo, o mecanismo que poderia servir a tal fim seria a burocracia: a própria instituição, por meio da definição de procedimentos burocráticos, busca instituir uma comunidade moral.

Mas, o que aconteceria se o morador depois que recebesse o lote da casa deixasse de prestigiar a AMECQ ou vendesse a casa? Fianga exemplifica:

Aquele rebelde, que a gente chama de rebelde, nunca vai pra reunião da Associação, mas quando tem um problema que afeta ele, é o primeiro que chega lá e quer que a Associação faça uma reunião pra ele, pra resolver o caso dele. Aí se a Associação não resolve o caso dele, como a minha prima que disse na minha cara 'Pra que serve a Associação que não resolve o problema de uma cerca?' Aí eu digo pra ela 'Vem cá, quem foi que criou a cerca? Foi a Associação ou foi a você e a vizinha? Então quem tem que resolver o problema é você e a vizinha e não a Associação.'

Na percepção do Índio, a negação às solicitações de moradores que não contribuem com a Associação significou uma adequação a que ele chamou "deixar de ser bonzinho". Quanto a isso, após a titulação, a AMECQ percebeu que devolver o morador transgressor à sua rede familiar seria um mecanismo eficaz de controle.

Significa que, após a venda de uma casa, caso o morador precise de algum documento ou solicite a atuação da AMECQ em alguma ocasião, ela não irá atendê-lo, inclusive, podendo negar solicitações posteriores de seus parentes. Quer dizer, estender a punição à rede familiar do morador por meio da negativa a um lote de moradia, por exemplo, pareceu ser eficiente para fazer com que o transgressor repense uma prática que poderia acarretar consequências mais ampliadas. Assim, ela relembra ao morador que, justamente, é preciso ser “bom” com sua família. Nesse sentido, a dificuldade nos próprios diretores serem “ruins” com sua família é um desafio percebido.

Do exposto, creio ter sido possível demonstrar que a burocracia, como linguagem legitimadora do estado-nação, própria das sociedades do contrato, foi revertida como importante mecanismo para criação de vínculo e compromisso moral entre os próprios moradores. Nesse sentido, a tentativa de criar reputação com o órgão tem colocado a AMECQ diante de algumas ambiguidades. Uma delas é a dificuldade em punir familiares e a dissolução deles em um quadro de sócios. Desse modo, a política precisaria superar o parentesco através do movimento de universalizar os moradores. Assim, a seriedade da instituição depende da atuação dos diretores nesse sentido. Por outro lado, diante da constante perda de lotes, seja por meio de casamentos ou amizades, o movimento de diferenciar os moradores a partir de sua condição moral e da extensão das penalidades aos familiares do “vagabundo” faz com que ele retorne às suas redes familiares e seja julgado não somente por aquilo que está claramente definido no código. Na tentativa de fazer com que essa comunidade moral seja instituída, uma série de ressemantizações de termos dotou de aspas palavras estrangeiras como cadastro e cláusula. Esse modo de apropriação dessas categorias reflete a própria atuação do Estado com os atos de salvaguarda territorial colocada em confronto com o desejo da coletividade de alcançar autonomia e seguridade. Assim, os moradores dispõem-se a praticar a fixação de tempos fixamente postulados como modo de atingir a adequação às expectativas do órgão. Ainda assim, são vários os mecanismos de resistência na Vila, como também o confronto por meio de formulações nativas de termos estrangeiros como “usucapião”. Dessa feita, o próprio processo de reconhecimento estatal faz refletir sobre o alcance do Estado de corrigir situações de injustiça e desigualdade

quando esse reconhecimento é marcado pela interpretação de sua condicionalidade e temporalidade definida.

## QUESTÕES ABERTAS: MUITO MAR PELA FRENTE

### Catar feijão

1.

*Catar feijão se limita com escrever:  
joga-se os grãos na água do alguidar  
e as palavras na folha de papel;  
e depois, joga-se fora o que boiar.  
Certo, toda palavra boiará no papel,  
água congelada, por chumbo seu verbo:  
pois para catar esse feijão, soprar nele,  
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.*

2.

*Ora, nesse catar feijão entra um risco:  
o de que entre os grãos pesados entre  
um grão qualquer, pedra ou indigesto,  
um grão imastigável, de quebrar dente.  
Certo não, quando ao catar palavras:  
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:  
obstrui a leitura fluvial, flutual,  
açula a atenção, isca-a como o risco.*

(João Cabral de Melo Neto, 1965).

Intentando aparar as frestas e ideias flutuantes, tomo esse momento final como oportunidade para arrematar algumas delas. A Luta pela Terra, durante de 32 anos, guarda diversos paradoxos que têm sido objeto de preocupação antropológica. A formação da categoria morador diz respeito ao desafio colocado à Antropologia quando impelida pelo surgimento de novos movimentos sociais a dar conta do retorno da “cultura”. “Cultura” com aspas porque volta como categoria nativa (CUNHA, 2009) responsável por agregar coletividades que passam a se identificar a partir de ideias que indicam substância, atributo e dados primordiais (origem, parentesco, hábitos, traços culturais, ofícios herdados). Esse novo contexto de eclosão de coletividades emergindo identitariamente fez, para os antropólogos, com que fosse necessário um descolamento teórico entre as dimensões cultural e política das identificações, uma fusão efetuada por abordagens culturalistas e atributivas de identidades que

despolitizam, naturalizam e ornamentalizam as diferenças, insuficientes para dar conta da questão da politização de identificações, da eclosão da problemática étnica e da instrumentalização política desse conceito (ENNES, MARCON, 2014).

Busquei olhar para o processo de adesão a uma categoria administrativa, sendo ele um processo que acontece em um campo prático-discursivo sobre as diferenças, em que observam-se categorias que ganharam *status* administrativo ou jurídico serem apossadas, convertidas em bandeiras mobilizadoras (CUNHA, 2009) e produzindo modalidades de pertencimento. Da deportação para territórios conceituais estrangeiros, um “efeito da teoria” provoca a ocupação estratégica e defesa tácita dos mesmos. Embora que sejam ideias essencializadas que forneçam os lugares a partir de onde falam de si as coletividades, os meta-discursos dos atores sociais são subversões classificatórias que possibilitam que assumam uma nova posição no interior de relações. Esse movimento depende do processo de mediação cultural, de um investimento sobre a memória do grupo e de onde e como as demandas por reconhecimento serão recepcionadas e alocadas no ambiente político-jurídico. Uma relação - e reação - contínua entre essas instâncias acontece, de implicações recíprocas.

Assim, de portadores das diferenças ou das culturas, objeto cognoscível externo ao campo de disputas, busquei focalizar como os moradores reaparecem como agentes que se apropriam das categorias usadas para descrevê-las e designá-las, surgindo, ao mesmo tempo, não apenas mais como objeto de nominação – como, aliás, sempre foram - mas como enunciado que tem o poder de (re) criá-lo (MONTERO, ARRUTI, POMPA, 2012). Isso porque a adesão tácita a identidades, nos termos normativos, e também a terras, não acontece de modo a implantar passivamente os sentidos político-jurídicos. Eles são postos em relação ao modo como as populações as ressemantizam a partir de um universo de significação local, tendo como horizonte sempre um fim específico. Essa foi a intenção empregada na dissertação.

Desse modo, busquei tomar os processos identitários (ENNES, MARCON, 2014) como fenômenos sociais dinâmicos, ambivalentes, fluidos, inacabados e inevitavelmente políticos, expressivos das relações de poder e dominação que marcam disputas na sociedade contemporânea. Tais disputas não são apenas aquilo

que contextualiza tal fenômeno, sendo centrais e constitutivas na construção das ideias de diferenças, sentidos de identificação e dos sentimentos de pertencimento. Nesse mesmo sentido, os sujeitos não são o *locus* portador da diferença fundada em um conteúdo cultural singular em si, hermético e estável, mas atores sociais articulados a grupos mobilizados para disputar algo material e/ou simbólico em contextos históricos e sociais específicos e que têm sua ação regulada por elementos morais e normativos.

Assim, a identidade e a cultura desaparecem como produto dado, deixando vago o lugar central que esse segundo conceito ocupou desde os primórdios da disciplina, ficando como objeto antropológico a própria análise de como, onde e para que fins a diferença é agenciada (MONTERO, ARRUTI, POMPA, 2012). O que se observa é o retorno de uma categoria inoperante no plano teórico como poderoso instrumento prático. Desse modo, há também um deslocamento teórico-epistemológico na antropologia, que passa a focalizar o próprio processo de “manipulação”, “instrumentalização”, “criação”, “mediação” no que se referem à produção da alteridade, representando uma guinada à ideia de agência e uma releitura sobre o lugar do político na disciplina (*ibid.*).

O segundo paradoxo diz respeito à especificidade dos pescadores diante desse quadro. As mais recentes mobilizações dos pescadores artesanais articulados nacionalmente no Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) são interessantes para pensar nos modos de fazer suas lutas a partir da apropriação e recriação tanto a partir da relação com o meio político-jurídico quanto a partir dos diálogos e conflitos travados com outras coletividades. Lançada em 2012, a “Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” propõe a construção de instrumentos legais que garantam a permanência das comunidades em seus territórios, uma vez que embora possuam direitos constitucionalmente garantidos “não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e a garantia do seu modo de vida”<sup>43</sup>. Por isso que pescadores não tem sido uma categoria efetiva na Vila no pleito por direitos territoriais.

---

<sup>43</sup> Cf <<http://campanhaterritorio.blogspot.com.br/>>

No Projeto de Lei (PL) supracitado é sugerido um conceito jurídico para comunidades tradicionais pesqueiras, assim como para territórios tradicionais pesqueiros, que teriam como especificidade a área marítima como parte de seu território tradicional, devendo tornar-se área de litígio tanto as “superfícies de terra” quanto os “corpos d’água”. Uma vez que tais áreas pertencem à União, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) deveria acompanhar todo o processo, cedendo o uso de águas públicas para as comunidades e constando na titulação em “caráter permanente e preferencial”, sem prazo determinado ou cláusulas resolutivas e sem gestão vinculada aos órgãos ambientais. O uso compartilhado com outras populações tradicionais ou originárias que pratiquem a pesca artesanal é previsto. O Ministério da Cultura seria responsável por certificar as populações pesqueiras e criar o Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, ficando a cargo do INCRA todo já conhecido processo administrativo de identificação e delimitação territorial mediante as peças técnicas solicitadas aos peritos.

Nota-se na PL uma preocupação quanto às situações de sobreposição, seja com TIs e TQs – tomados os indígenas e quilombolas como “inspiração para as demais comunidades tradicionais” (MPP, 2013) - ou ainda com Projetos de Assentamento ou UCs. Esse é o terceiro paradoxo, a questão das sobreposições territoriais, que intentava ser resolvido na Vila por meio dos mecanismos de gestão das UCs, agregando os órgãos responsáveis. Por um lado, na PL são seguidas as trilhas abertas pelos processos de reconhecimento de indígenas e quilombolas, construindo um argumento baseado em um repertório desenvolvidos nas mobilizações desses grupos, aportado tanto na Convenção 169/OIT e na Constituição Federal: daí extraem, respectivamente, o princípio da auto-atribuição e consulta prévia; e interpretam-se como destinatários de direitos territoriais já garantidos constitucionalmente. Baseiam-se fortemente no PNPCT para argumentar em favor de uma política própria para o reconhecimento de pescadores. A tentativa de instigar um processo de formação pesqueira, uma reivindicação tardia se comparada aos processos de etnogênese indígena nordestina (OLIVEIRA, 1993) e ao processo de formação quilombola (ARRUTI, 2006), revela, por outro lado, que tal PL é um balanço dos problemas acontecidos no seio de tais reconhecimentos, especialmente no que se refere ao processo de territorialização, além de uma interpretação de sua própria condição ao longo desses anos de tão próxima relação com as políticas ambientais.

Pontuam, então, que a desintrusão dos agricultores só deve ser feitas em caráter excepcional, que a revisão de qualquer ato administrativo, especialmente em contextos de sobreposição, só deve ser feita mediante consulta dos envolvidos, que existe a possibilidade do uso compartilhado com outras populações diferentemente identificadas e que isso deve acompanhado também de uma co-gestão entre os órgãos responsáveis, e, por fim, que toda peremptoriedade dos prazos de concessão ou das figuras administrativas impostas no âmbito da política ambiental seja dirimida (MPP, 2012).

Face às problemáticas colocadas pela realidade aqui abordada, busquei voltar o olhar para outro paradoxo chamado na literatura antropológica de Paradigma Sócio-Ambiental. A Luta pela Terra enquanto experiência social situada revela importantes paradoxos que indicam os limites e desafios postos às populações reconhecidas publicamente dentro do paradigma socioambiental - aquele que defende a possibilidade de equacionar justiça social e equilíbrio ambiental (RICARDO, 2004) sob uma pauta comum. Sob esse questionamento, os pescadores têm apresentado duas tendências, motivados pelo mesmo objetivo: a busca por modalidades mais efetivas de salvaguarda. Afinados com o que reivindica que a titulação seja feita em “caráter permanente e preferencial”, sem prazo determinado ou cláusulas resolutivas e sem gestão vinculada aos órgãos ambientais (MPP, 2012). Em consonância com essa realidade, os moradores da Vila constroem de modo muito específico a relação com a peremptoriedade e condicionalidade enxergada com os processos administrativos relativos à terra. Ela se dá por uma série de adequações, reformulações e ressemantizações da linguagem e lógica burocrática em confronto com as lógicas e práticas locais.

Por fim, uma grande aresta deixada pela dissertação foi o fato do trabalho de campo não ter alcançado melhor uma investigação consistente acerca do “patrão” de Estevão e da proximidade com a comunidade quilombola de Ubaranas. Essa é uma tendência dos pescadores: a reorientação identitária em linhas étnicas como comunidades remanescentes de quilombos ou como populações indígenas (ALMEIDA, REZENDE 2013). Dentre as quatro populações residentes da APA-CQ, uma foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e outra está articulando-se politicamente para tal fim. Uma terceira comunidade localizada na zona rural de



Aracati também foi certificada pela FCP e encontra-se em processo mais avançado de titulação, o Córrego de Ubaranas, de quem os moradores são parentes pela parte da esposa de Estevão, Maria Valente, cuja família foi registrada em laudo como sendo uma das formadoras daquela comunidade (BARRETTO, SANTOS, CHIESA, 2013). Moradores rememoram narrativas sobre regimes de trabalho de Estevão, que além de pescador, também era agricultor antes da partida da terra de sua esposa. Um assunto, entretanto, que agrega uma multiplicidade de pontos de vista contrastantes que impossibilitam que sob ele tenha sido firmado um consenso (talvez ainda). Segundo Vilma que já chegou a propor que eles se identificassem como quilombolas, o que atrapalha é o “preconceito e racismo”.

Curiosamente, o termo com o qual os moradores sentem-se um pouco mais à vontade para fazer referência à sua origem e à sua trajetória de deslocamentos é índios, por dois motivos: primeiro por causa de alguns moradores associados que têm instigado que a AMECQ promova alguns encontros que tematizem a “herança cultural” indígena que é encontrada em nomes de origem *tupi* usados ali, artefatos de pesca, como a própria jangada, e o consenso historiográfico de que entre a costa leste do Ceará e a costa norte do Rio Grande do Norte viviam os índios *potiguara* (NIMUENDAJU, 1981). Segundo porque foi por esse termo que começaram a ser chamados pelos nativos no começo da Luta, não para indicar de que eles eram povos originários dali, mas por causa da ideia de que eles eram “primitivos”. Assim, são produzidos sentidos sob fragmentos selecionados de uma trajetória familiar, enxertos de um permanente movimento reflexivo de organizar histórias, de reinvestir significados sobre a memória local, assim como de reinterpretar o passado (ARRUTI, 2006) face ao presente e relações de poder postas. Fica como questão aberta a investigação sobre se esse contexto conduzirá a uma identificação étnica e como as apropriações locais dessas categorias administrativas serão agenciadas na Vila.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro de; REZENDE, Roberto. Uma nota sobre comunidades tradicionais e Unidades de conservação. *Ruris*, v7, n. 2, Setembro de 2013, p.185-196

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2006

ANDRADE, Ugo Maia. Dos estigmas aos emblemas de identidade. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.99-139, jul. 2004

ARACATI. *Lei n 052/01* - Amplia a APA de Canoa Quebrada e acrescenta o dispositivo no que se refere ao Zoneamento e ao Uso e Ocupação do Solo, 2001

\_\_\_\_\_. *Gonzaga Mota assina decreto preservando Canoa Quebrada*. Diário Oficial, Aracati, maio de 1986.

\_\_\_\_\_. *Legislação Urbanística De Canoa Quebrada e Estevão*. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo da Zona de Conservação e Desenvolvimento Urbano de Canoa Quebrada, da Área de Relevante Interesse Ecológico do Estevão e da Zona de Conservação de Interesse Litorâneo, 2002

\_\_\_\_\_. *Lei n. 197/2015*. Cria a Zona de expansão urbana de Canoa Quebrada e o Parque da Mata Portal de Canoa Quebrada e disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo da área que indica. 2015

\_\_\_\_\_. *Lei n. 40/98*. Dispõe sobre a regulamentação da Lei n.01/97 que determina o limite da Área de Proteção Ambiental e Paisagístico da zona costeira do município. mar. 1998

ARRUTI, José Maurício. Sobre políticas de reconhecimento e sobreposições territoriais. *Ruris*, Volume 7, Número 2, 2013, p.7-12

\_\_\_\_\_. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ESTEVÃO DE CANOA QUEBRADA (AMECQ). *Reforma do estatuto da Associação dos Moradores do Estevão de Canoa Quebrada – AMECQ*. Aracati, 2005. (*mimeo*)

\_\_\_\_\_. *Termo de compromisso*. Aracati, 2010. (*mimeo*)

BAILEY, Frederick G. *Gifts and Poison*. The politics of reputation. New York: Schocken Books, 1971.

BARTH, Frederick. Grupos Étnicos e suas Fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, Philippe e Jocelyne Streiff-Fenart. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 187-250

BARRETTO, J.N. R., SANTOS, S.C., CHIESA, R.S. *Relatório antropológico parcial, Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas*. Relatório apresentado ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como peça auxiliar para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), maio de 2013.

BELA Donna. Direção: Fábio Barreto. Produção: Lucy Barreto e Luiz Carlos Barreto. LC Barreto e Filmes do Equador. Brasil, 111', 14 de agosto de 1998

BARROSO, Gustavo. O labirinto em Canoa Quebrada. In: *Caderno de Cultura*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará. Ano I, n 1, jun. 1979

BARROS LEAL, Cláudia. *Comunidades tradicionais da zona costeira cearense : uma análise da percepção dos diferentes atores sociais de Canoa Quebrada e Vila do Estevão sobre o processo de modernização vivenciado por essas populações*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza-CE, 2012.

BRANDÃO, Amaurícia Lopes. *O turismo convencional e o contra-hegemônico de Canoa Quebrada e Jericoacoara*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos). 2015. 158 f. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza

BRASIL. *Lei n. 8629/93*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Fevereiro de 1993

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n186/2008.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória n.2183-56/2001*. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Decreto/Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941*. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, 2000.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), 2007

\_\_\_\_\_. (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. 2003. 40f. Disponível em < [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso: fev. 2017

\_\_\_\_\_. (Ministério Público Federal – GT Terras públicas e desapropriações). Nota Técnica n. técnica n1/ 2017. Considerações sobre a MP n.759/2016. Disponível em < [http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nt\\_mpv\\_759.pdf](http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nt_mpv_759.pdf)> . Acesso: fev. 2017

CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CARUSO, Raimundo. *Aventuras dos jangadeiros do Nordeste*. Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

CASA de areia. Direção: Andrucha Waddington. Produção: Andrucha Waddington, Leonardo Monteiro de Barros, Pedro Buarque de Hollanda, Pedro Guimarães, 125', Brasil, Globo Filmes, 2005

CASCUDO. Luís da Câmara. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro: MEC, 1957, 181 p.

CEARÁ (Estado). Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE. *Título de domínio n.º 6470*. 30 de novembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Cultura (SECULT-CE). *O que é um tombamento?* jan. 2013. Disponível em <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/patrimonio-material/tombamento>. Acesso: fev. 2017

\_\_\_\_\_. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE). Indicadores turísticos 2010/2016. Fortaleza, 2017. 25 p.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 17939*, de 9 junho de 1986. Declara por utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que indica e dá outras providências. Diário Oficial, Aracati, 1986.

CHAVES, E.O. *Etnicidade e legitimidade: famílias livres e escravas em freguesias da ribeira do Jaguaribe-CE, 1780/1820*. In: Anais do XIII Encontro Estadual de História do Ceará, 2012

CIRINO, Carlos Alberto. *Pescadores em terra: o caso de Canoa Quebrada*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

COMERFORD, John. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. In: *Ruris*. v. 8. n. 2, setembro de 2014. p.7-29. Disponível em < <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1986>>. Acesso: jan. 2017

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984  
 CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosaf Naify, 2009, p. 277-300.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.112p.

\_\_\_\_\_. *“Litoralização” do Ceará: Fortaleza da “capital do sertão” à “cidade do sol”*. In: Silva, J.B, Dantas, E.W, Zanella, Meireles, J.A.M. Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Ed. Expressão Gráfica. Fortaleza, 2006.

DANTAS, Shirley Carvalho. *Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará*. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

DIEGUES, Antônio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA; NUPAUB/USP, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Questões ambientais da carcinicultura de águas interiores: o caso da Bacia do Baixo Jaguaribe, CE - Fortaleza : Embrapa Agroindústria Tropical*, 2004.

ENNES, Marcelo; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 16, n 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 6. ed. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FIGUEIREDO, Wanda. *Aqui Canoa Quebrada*. Rio de Janeiro: Figueiredo, 1979, 222 p

GIRÃO, Eduardo. *A marcha do povoamento do Vale do Jaguaribe (1600-1700)*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda, 1986.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Ceará* - Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947

GRUNEWALD, Rodrigo. Impressões sobre o ofício do etnógrafo em face da confecção de relatórios técnicos ou laudos periciais. In: SILVA, A.; OLIVEIRA, J.P; BARBOSA, A. (Org) *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA, 2015, p. 262-279

\_\_\_\_\_. Turismo e etnicidade. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003. Disponível em <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832003000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200008)>. Acesso em: jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censo demográfico, 2010. Disponível em  
 <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230110&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: ago. 2017  
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Diagnóstico da carcinicultura no Estado do Ceará*. Brasília: DIPRO/DILIQ/DIFAPE/GEREX, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Boletim regional, urbano e ambiental*. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Dez. 2009

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Perfil das regiões de planejamento – Litoral leste*. Fortaleza: IPECE, 2016

KNOX, Winifred. *Vivendo do mar*: tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/ RN. – 2007. X f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal

KUNZ, Martine. Zé Melancia. In: MELANCIA, ZÉ. *Zé Melancia – Cordel*. (Obra compilada por Martine Kunz) Fortaleza: Editora Hedra, 2005, p. 9-52

LIMAVERDE, Carlos. *O Impacto do Turismo em Área de Relevante Interesse Ecológico: A Praia do Estevão*. 2002. x f. Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão em Negócios de Turismo) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza

MAIA, Rosane de Oliveira. *A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém

MALDONADO, Simone. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Editora Ática, 1986, 77 p.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XXI ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, v.34, 1991, p.197-222

MEIRELLES, Antônio Jeovah de Andrade. *Certificação da Carcinicultura no Brasil: o manto verde da destruição*. Fortaleza: Instituto Terramar, 2011.

\_\_\_\_\_. *Impactos Ambientais Promovidos pela Implantação e Operação de Usinas Eólicas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) – Os Campos de Dunas Fixas e Móveis da Planície Costeira do Cumbe, Município de Aracati*. Fortaleza 17 de abril de 2008. Disponível em

<[http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarbd/files/2010/08/usinasEolicas\\_impactos\\_\\_CUMBE2.pdf](http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarbd/files/2010/08/usinasEolicas_impactos__CUMBE2.pdf)> Acesso em jan. 2017

MELANCIA, Zé. *Zé Melancia – Cordel*. (Obra compilada por Martine Kunz) Fortaleza: Editora Hedra, 2005.

MELO NETO, João Cabral de. “Catar feijão”. In: *Os melhores poemas de João Cabral de Melo Neto*. São Paulo: Globo Editora, 1994. p. 190.

MENDES, E. G; CORIOLANO, L.N; LIMA, L.C. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 03, número 06, 2004

MONTERO, P.;ARRUTI, J.M. POMPA, C. Para uma antropologia do político. In: LAVALLE, Adrian Gurza (Org.). *O Horizonte da política - questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: UNESP, 2012, p.145-184.

MORAIS, J. *et al.* Ceará. In: MUEHE, D. (Org). *Erosão e progradação do litoral brasileiro*. Brasília: MMA, 2006, p. 131-154

MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP). *Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*, 2013. Disponível em: <<http://campanhaterritorio.blogspot.com.br/>>. Acesso: Fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei de Iniciativa Popular*, 2012. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Projeto-de-Lei-de-Iniciativa-Popular-Territ%C3%B3rio-Comunidades-Pesqueira.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2017.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Rio de Janeiro: IBGE, [1944], 1981

OLIVEIRA, João Pacheco. Para além do horizonte normativo: elementos para uma etnografia dos processos de reconhecimento de territórios indígenas. In: SILVA, A (niorg); OLIVEIRA, J.P, BARBOSA, A. *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasileira: ABA, 2015, p. 180-197

\_\_\_\_\_. (Org). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999

\_\_\_\_\_. “A viagem da volta”: reelaboração cultural e horizonte políticos dos povos indígenas no Nordeste. In: *Atlas das Terras Indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993

OLIVEIRA, Evandro Soares. Canoa perde um grande poeta [1981]. In: MELANCIA, ZÉ. *Zé Melancia – Cordel*. (Obra compilada por Martine Kunz) Fortaleza: Editora Hedra, 2005, p. 31

PEREIRA, Ana Luísa Lisboa Nobre. *Peixe bom, sangue bom: uma etnografia das relações de parentesco no contexto da especulação da terra na vila do Estevam*. 2013. 94f. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza.

PINHEIRO, F. J. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fundação Ana Lima. Fortaleza, 2008

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

PINTO, M.F, NASCIMENTO, J. L.J, BRINGEL, P.C.F, MEIRELES, A.J.A. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? *Gaia Scientia*, Volume Especial sobre Populações Tradicionais, 2014, p. 271-188. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/index>>. Acesso em: jan.2017

RAMALHO, Cristiano. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional. *Ruris*: volume 8. n.1, 2014.

RATTS, A. A. A fábula das três raças no Vale do Jaguaribe. In: Ratts, A. *Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Coleção Outras Histórias, Museu do Ceará. Fortaleza, 2009.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL(RBJA). *Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Fiocruz, 2010. Disponível em <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>> Acesso: fev.2017

RICARDO, Fany (org). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza : o desafio das sobreposições* - São Paulo : Instituto Socioambiental, 2004.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra, *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 10, No 3 (2010c), p.527-544.

ROLIM, L.C. *“Tempo das carnes” no Siará Grande: Dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

SANTANA, L.; R. OLIVEIRA, T P. *O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7044/o-patrimonio-cultural-imaterial-das-populacoes-tradicionais-e-sua-tutela-pelo-direito-ambiental>. Acesso em: nov.2016.



SANTILLI, Márcio. A cilada corporativa. In: RICARDO, Fany (org). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições* - São Paulo : Instituto Socioambiental (ISA), 2004. p. 464-466

SAHLINS, Marshall. *What kinship is - and is not*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013

SHUTTE, Michel. *Relatório de Impacto Ambiental do Complexo Eólico Aracati* – Consultoria de Ecology and Environment do Brasil. SEMACE, 2014

SILVA, Vilma Célia Pereira da. *Os danos ambientais causados pela implantação e operação do Parque Eólico Centraleólica Canoa Quebrada em dunas móveis na comunidade do Estevão, Canoa Quebrada, município de Aracati, Ceará*. 2012. 31 p. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Potiguar, Mossoró

SILVA, Lígia. A Vila do Estevão e a dinâmica do turismo em Canoa Quebrada. 2013. 215f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. 160 p.

TAKAHASHI, Saori. *Estratégia da gestão turística de base comunitária em unidade de conservação: ÁRIE da Vila do Estevão, Aracati-Ceará*. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

TUPINAMBÁ, Soraya Vanini, O Rio que corria rei. O Jaguaribe e a Criação de Camarão no Ceará. *Revista propostas alternativas: Memória e Patrimônio Cultural do Ceará I*. Fortaleza: IMOPEC, 2002, p.16-23.

VIANA, V.P., SANTOS JÚNIOR, V. dos. *Estudos Arqueológicos na área de intervenção das usinas de energia eólica UEE Boms Ventos 50 MW, UEE Canoa Quebrada 57 MW e UEE Enacel 31, 5 MW, município de Aracati – Ceará*. Relatório apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Bons Ventos Geradora de Energia S/A, 135 p., 2008

VIEGAS, Susana. Eating with your favourite mother: time and sociality in a brazilian amerindian community. *Royal Anthropological Institute*, vol. 9, p. 27-31, 2003.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012

WEBER, Max [1972]. Relações Comunitárias Étnicas In: *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1994.

ZAGATTO, Bruna. Sobreposições territoriais no Recôncavo baiano: a Reserva Extrativista Baía do Iguape, territórios quilombolas e pesqueiros e o Polo Industrial. *Ruris*, v 7, n. 2, set. 2013, p. 13-32

XAVIER, Patrícia. *O Dragão do Mar na Terra da Luz: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)*. 2010. 142 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo

## ANEXOS

## ANEXO A – Decreto de Desapropriação n. 17.939/86

	SEMESTRAL	ANUAL	1949/52	5,00	Seções Eleitorais 1985	13,40
Diário Oficial	Cz\$ 376,60	753,20	1953/57	4,60	Caderno Escolar	1,30
Diário de Justiça	Cz\$ 376,60	753,20	1958/62	4,30	ITBI – Bloco c/50 Jogos	48,20
			1963/67	3,90	ITBI – Jogo c/04 vias	4,20

Anexo

## PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 14.887, DE 09 DE MAIO DE 1986.

Dispõe sobre a vantagem que indica e estabelece outras vantagens.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 74, item III, da Constituição Estadual.

## DECRETA:

Art. 1.º – A vantagem de que trata a Lei n.º 10.636, de 15 de abril de 1982, passa a ser extensiva aos atuais ocupantes de emprego de Advogado, integrantes do Quadro Permanente do Instituto de Terras do Estado do Ceará, a que se refere o Decreto n.º 13.534, de 13 de Novembro de 1979.

Parágrafo Único – A vantagem de que trata este artigo será atribuída aos Advogados que, na data deste Decreto, contem mais de três anos de serviço e se encontrem em pleno exercício da função lotados na Procuradoria Jurídica do ITERCE.

Art. 2.º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, aos 09 dias do mês de maio de 1986.

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

Geraldo Arrais Maia

\*\*\*

DECRETO N.º 17.854, DE 17 DE ABRIL DE 1986.

Concede a "MEDALHA DA ABOLIÇÃO" a ANTONIO GOLÇALVES DA SILVA – O PATATIVA DO ASSARÉ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74, item III, da Constituição do Estado, combinado com os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 6.454, de 09 de agosto de 1982, alterada pela Lei n.º 10.680, de 12 de dezembro de 1983, e tendo em vista que a Comissão da Medalha da Abolição, em sessão realizada no dia 18 de março de 1986, aprovou a proposição do Chefe do Poder Executivo, constante do Processo n.º 0351/86-SJ,

## DECRETA:

Art. 1.º – É conferida a ANTONIO GONÇALVES DA SILVA – O PATATIVA DO ASSARÉ, a Medalha da Abolição.

Art. 2.º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza(CE), aos 17 (dezesete) de abril de 1986.

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

Francisco Ernando Uchoa Lima

Reproduzido por incorreção

\*\*\*

DECRETO N.º 17.855, DE 17 DE ABRIL DE 1986.

Concede a "MEDALHA DA ABOLIÇÃO" a FRANCISCO MAGALHÃES BARBOSA – ZÉ PINTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74, item III, da Constituição do Estado, combinado com os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 6.454, alterada pela Lei n.º 10.680, de 12 de dezembro de 1983, e tendo em vista que a Comissão da Medalha da Abolição, em sessão realizada no dia 18 de março de 1986, aprovou a proposição do Chefe do Poder Executivo, constante do Processo n.º 0363/86-SJ,

## DECRETA:

Art. 1.º – É conferida a FRANCISCO MAGALHÃES BARBOSA – ZÉ PINTO – a medalha da Abolição.

Art. 2.º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza(CE), aos 17 (dezesete) de abril de 1986.

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

Francisco Ernando Uchoa Lima

Reproduzido por incorreção

\*\*\*

DECRETO N.º 17.939, DE 02 DE JUNHO DE 1986

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74, item III, da Constituição do Estado,

e com fundamento no Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956 e da Lei n. 6.602, de 07 de dezembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo n. 01/85, da Procuradoria-Geral da Justiça,

## DECRETA:

Art. 1.º – É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a propriedade denominada "Casinho", no lugar do mesmo nome, Município de Aracati, matriculada sob o n. 1.290, no Registro de Imóveis da Comarca de Aracati (Cartório do 2.º Ofício), de propriedade de MACHADO CORREIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com área de 42.68ha, com as seguintes medidas e confrontações: ao nascente, 541,50m, com o Oceano Atlântico; ao poente, 386,00m, com terras de José Augusto de Deus e sua mulher; ao norte, 929,50m, com terras de Antonio Bernardino; ao sul, 1.239,00m, com terras de Joaquim Fernandes de Carvalho, avaliada em Cz\$ 8.864.115,22 (Oito milhões e oitocentos e sessenta e quatro mil e cento e quinze cruzados e vinte e dois centavos), sendo o valor da terra Cz\$ 1.669.779,60 (Sete milhões e seiscentos e cinquenta e nove mil e setecentos e setenta e nove cruzados e sessenta centavos), e o valor das benfeitorias, Cz\$ 1.204.335,62 (Um milhão e duzentos e quatro mil e trezentos e trinta e cinco cruzados e sessenta e dois centavos), conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Superintendência de Obras do Estado do Ceará – SOEC.

Parágrafo Único – A desapropriação de que cuida este Decreto tem por fim a preservação das características ecológicas, paisagística e turística da Praia de Canoa Quebrada e o resguardo dos legítimos interesses dos moradores estabelecidos na área expropriada.

Art. 2.º – A desapropriação de que trata este Decreto, é considerada de caráter urgente para o efeito do disposto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3.º – Fica a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará autorizada a proceder, amigável ou judicialmente, a desapropriação de que trata este Decreto, devendo as despesas correspondentes correrem à conta do Fundo de Desenvolvimento do Ceará – FDC.

Art. 4.º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza(CE), aos 02 de junho de 1986.

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

Antônio Marçal Pinto de Castro

Mário Cezar de Andrade Sales





## ANEXO B – Título de Domínio n.6470/2006

**INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE**

**AUTENTICAÇÃO**  
Nº EF 379.736  
MIZ 08  
15/01/2011  
Bel. João Luis Portela de Almeida  
Oficial Titular

Apresente toda a documentação conferida com o original exibido nestas notas. Dou fé. Em testemunho da verdade.  
ARACATI

**ESTADO DO CEARÁ**

**TÍTULO DE DOMÍNIO Nº 6470 /2006**

**TÍTULO DE DOMÍNIO QUE O ESTADO DO CEARÁ CONFERE POR SEU INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ – IDACE, MEDIANTE PROPRIEDADE RESOLÚVEL NOS TERMOS DOS ARTIGOS 1.359 E 1.360 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ESTEVES CANOA QUEBRADA.**

O ESTADO DO CEARÁ, através do INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ – IDACE, localizado na Av. Bezerra de Menezes, 1820 – Bairro de São Gerardo – Fortaleza – CE, Autarquia Especial Estadual criada pela Lei nº 11.412, de 28 de dezembro de 1987, regulamentado pelo Decreto nº 20.066, de 26 de abril de 1989 e, alterado pelo Decreto nº 25.909, de 08 de junho de 2000, devidamente autorizado na forma do artigo 316 e seus incisos e alíneas da Constituição Estadual de 1993, neste ato representado por seu SUPERINTENDENTE, o Geólogo WILSON VASCONCELOS BRANDÃO JÚNIOR, brasileiro, casado, funcionário Público Estadual, portador da Carteira de Identidade nº 90002272291 – SSP-CE e CPF nº 123.987.213-53, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza e, considerando a implementação dos requisitos estabelecidos na legislação aplicável à matéria, CONFERE o presente **TÍTULO DE DOMÍNIO**, doado À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ESTEVES CANOA QUEBRADA, portadora do CNPJ nº 06579304/0001-31, o imóvel denominado Esteves, com uma área de 42,6840 hectares, localizado no distrito de Canoa Quebrada, município de Aracati – CE, Registrado no Livro B-47, as Fls. 22/46, do cartório João Machado, do 7º Ofício de Notas, da Comarca de Fortaleza – CE, neste Ato representado (a) pelo seu (sua) Presidente (a) FRANCISCO DE ASSIS HONORATO DA ROCHA, brasileiro(a), casado(a), residente e domiciliado(a) na localidade de Esteves, distrito de Canoa Quebrada, município de Aracati-CE, portador do documento de Identidade nº 517356 – SSP-CE e CPF nº 231.810.013-68. O imóvel em questão foi desapropriado por Utilidade Pública pelo Governo do Estado do Ceará através do Decreto nº 17.939, de 02 de junho de 1986. A Desapropriação tem por fim resguardar os legítimos moradores ali estabelecidos no imóvel expropriado e preservar o sistema ecológico e paisagista da Praia de Canoa Quebrada.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente Título de Domínio têm os limites certos e determinados conforme planta e memorial descritivo integrante deste Título, estando a área encravada na gleba denominada ESTEVES localizada no Distrito de Canoa Quebrada, município de Aracati, Estado do Ceará, com as seguintes confrontações:

AO NORTE: com a Vila de Canoa Quebrada;  
AO SUL: com Joaquina Fernandes de Carvalho;  
AO LESTE: Terras do Patrimônio da União (Terras de Marinha)  
AO OESTE: com José Augusto de Deus – Atual estrada asfaltada Aracati/Canoa Quebrada.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – que, por esse instrumento fica OUTORGADO em favor da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ESTEVES CANOA QUEBRADA, já devidamente qualificada no presente Título de Domínio sobre o imóvel descrito na cláusula primeira;

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Que, a gleba ora OUTORGADA constitui Propriedade Resolúvel e Indivisível e, os seus associados se obrigam a explorar o imóvel direta e racionalmente preservando-o de

qualquer forma de degradação ambiental e sempre levando em consideração os princípios que regem a função social do imóvel, podendo levantar benfeitorias úteis e necessárias decorrentes da referida exploração, obedecendo sempre a regulamentação que rege as áreas ditas como preservação permanente vetada as voluptuárias em relação às quais não está o IDACE obrigado a indenizar no caso de cancelamento de que trata a cláusula nona;

**CLÁUSULA QUARTA** – Que, por tratar-se de propriedade resolúvel e indivisível, fica vetado a Associação desmembrar, remembrar, alienar, transferir, dar em locação, empréstimo, parcelar, lotear e ceder a posse do imóvel objeto da cláusula primeira, sem a previa e expressa anuência do outorgante doador valendo por um prazo de 10 (dez) anos, após ser levada a registro o presente Título de Domínio;

**CLÁUSULA QUINTA** – Fica terminantemente proibido o uso para quaisquer tipo de construção tais como: **pousada, hotéis e similares**, ficando autorizado deste já a construção de unidades habitacionais dos seus Associados no imóvel em área não superior a 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), e que deverá atender as Legislações Federal, Estadual, Municipal e o Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano da situação do imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Que, o OUTORGADO obriga-se a fornecer informações quando solicitado pelo outorgante doador, e permitir o acesso ao imóvel de técnicos do IDACE quando julgado necessário pelo órgão;

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Que, o presente Título de Domínio dará acesso ao financiamento junto as Instituições Financeiras do Sistema Nacional de Crédito, deste já o outorgante doador concede anuência ao outorgado para contrair empréstimos, oferecendo como garantia real o imóvel ora doado, devendo no entanto estas Instituições, no caso de cobrança judicial da dívida cientificar o outorgante doador para num prazo de sessenta dias (60) antes do ajuizamento da execução, tomar medidas cabíveis.

**CLÁUSULA OITAVA** – Que, o outorgado solidarizar-se-á por todos os encargos civis, administrativos e judiciais incidentes sobre o imóvel objeto do presente Título.

**CLÁUSULA NONA** – Que, o descumprimento de quaisquer das Cláusulas constantes no presente Título ou na hipótese da dissolução da Associação aqui identificada, provocará a anulação de pleno direito, independentemente de notificação, interpelação, aviso judicial ou extrajudicial, revertendo-se o imóvel ao Patrimônio do Estado do Ceará o imóvel aqui descrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Que, foi dito pelo OUTORGANTE que após ouvido os seus Associados, aceitam as condições estabelecidas em todos os seus termos como tal se encontram redigidos, declarando expressamente que obrigam-se e responsabilizam-se pelo cumprimento das obrigações aqui assumidas, estando o presente instrumento, assinado pelo Senhor Superintendente do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, com a chancela do Senhor Secretário da Agricultura e Pecuária - SEAGRI e do Senhor Governador do Estado do Ceará.

O presente instrumento é firmado em duas (02) vias de igual teor, e fica desde já eleito o foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, com renúncia a qualquer outro para derimir questões que dele resulte.

Fortaleza – Ce, 30 de novembro de 2006

WILSON VASCONCELOS BRANDÃO JÚNIOR  
Superintendente do IDACE

Testemunhas:

RICARDO DURVAL EDUARDO DE LIMA  
CPF Nº 163.517.703-00

ZULEIDE ROSA MELO  
CPF Nº 091.630.183-49



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ESTEVES CANOA QUEBRADA





## ANEXO C – Trechos de Estatuto AMECQ

- g) colaborar com as iniciativas da Associação;
- h) evitar dentro das dependências da Associação, qualquer manifestação de caráter político partidário ou religioso, ou preconceitos de qualquer espécie, bem como atitudes que deponham contra a moral, o decoro e a ética

Parágrafo único - Será aberto o Livro dos Sócios, onde ficarão assentados os sócios em dias com as suas obrigações.

# 3 - Os sócios não respondem nem solidária, nem subsidiariamente por obrigações assumidas e contraídas pela Associação.

### CAP. 6 - DOS MORADORES

Art. 10º - Serão considerado morador do Estevão quem tiver nascido no Estevão e que mora a 20 (vinte anos) ininterruptamente com residência fixa na localidade e título de eleitor registrado no Município de Aracati, tiver sido cadastrado no ano 2002 pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE - e aprovado pelo Departamento Fundiário e Diretoria da AMECQ, e seus filhos quando estes tiverem residência fixa no Estevão.

Art. 11º - Não terão direito a lote gratuito no Estevão, irmãos, primos, tios, e demais parentes próximos do morador que não tiverem sido cadastrados pelo IDACE.

### CAP. 7 - DAS REUNIÕES DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 12º - A Diretoria reunir-se á ordinariamente no mínimo uma vez por mês em dia e hora que serão fixados pelos seus membros, para tratar das atividades da Associação e distribuir responsabilidades.

Art. 13º - A Diretoria reunir-se á semestralmente com o Conselho Fiscal para prestar informações, avaliar e distribuir responsabilidades replanejando suas atividades.

# Único - Nesta reunião todos os membros da Associação terão direito a voz e voto.

Art. 14º - todo e qualquer membro da Diretoria que faltar a cinco reuniões consecutivas e sem justificativa, sra substituído assumindo o suplente.

Art. 15º - A convocação de reunião extraordinária será feita a traves de carta circular entregue até 48 horas antes da realização da reunião.

### CAP. 8 - DAS ELEIÇÕES

Art. 16º - A eleição para escolha da Diretoria e do Conselho fiscal da Associação ocorrerá a cada dois anos, devendo acontecer 30 dias antes de terminar o mandato da Diretoria em exercício.

A eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, na qual poderão votar e ser votado todos os associados em dia com a mensalidade social e no gozo dos seus direitos de sócio, inscritos até 60 dias antes do pleito, será realizada por escrutínio aberto ou secreto

*Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the Associação Moradores do Estevão and a rectangular stamp of the Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.*

- a) As mensalidades dos sócios;
- b) A renda proveniente da venda de produtos e serviços licenciados pela entidade
- c) Doações e subvenções, públicas ou privadas;
- d) Recursos advindos de empréstimos feitos pela Associação;
- e) Lucro advindo de promoções da Associação;
- f) A receita obtida com patrocínios;
- g) A renda obtida pela participação em seleções ou licitações públicas.
- h) Outras receitas.

2º. O patrimônio da Associação é constituído de valores, bens e direitos de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos.

3º. Os bens imóveis somente poderão ser alienados ou onerados, por qualquer gravame, mediante expressa autorização de Assembléia Geral Extraordinária convocada para decidir o assunto.

4º. - Os troféus, medalhas e insígnias conquistados em competição ou recebidos como homenagem são inalienáveis e impenhoráveis.

5º. - Os membros de quaisquer poderes da AMECQ não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da associação, mas serão responsáveis perante o AMECQ por prejuízos que causarem, em virtude de ato praticado com infração aos presentes estatutos ou à legislação vigente.

#### CAP. 10 – DAS PENALIDADES

Art. 18º - Os membros da Associação de uma forma geral, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

- a) Advertência: Quando com palavras ou atitudes desrespeitarem seus companheiros, membros da Associação.
- b) Suspensão: Quando reincidirem nas faltas acima citadas ou cometerem outras que comprometam o bom funcionamento da Associação
- c) Exclusão: Em caso de reincidência nas faltas anteriores, em caso de agressões pessoais e corporais, ou quando fizerem uso do cargo que ocupam para seu benefício, para o que deve haver a devida comprovação.

#### CAP. 11 – DAS NORMAS DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- a) Todo (morador) solteiro maior de 18 anos ou o responsável por uma família terá direito a um lote de terra gratuito de 250 mts<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) no Máximo. *Este na verdade tem que estar no dia C/AMECQ e em presença no livro de Ata*
- b) O morador poderá construir sua residência ocupando ate 50% do lote como máximo deixando 50% para área verde, sendo a altura máxima da construção permitida 4,5 mts.
- c) Antes de construir o morador devera comunicar a AMECQ em reunião ordinária o lote escolhido, e apresentar a planta do imóvel a ser construído.
- d) Após comunicar o desejo de construir e mostrar a planta, o morador devera render

*Omorador deve*

*Handwritten signatures and initials: [Signature] [Signature] [Signature] MHS [Signature] [Signature] [Signature]*



- prova oral e escrita sobre historia do Estevão e da AMECQ.
- ~~e) O morador que não passar na prova deverá repeti-la novamente~~
- f) Após render prova uma comissão formada pelos fiscais da AMECQ e o requerente irá ao local escolhido e medirão o lote.
- g) Após medição do lote, a AMECQ expedirá documento de "aprovado", com o qual o morador deverá providenciar junto aos órgãos públicos alvarás e demais permissões legais.
- h) De posse das permissões legais, a AMECQ dará a licença para iniciar a construção, que tem prazo de uma semana para começar e um ano para o imóvel ser habitado.
- i) Não será permitido o cercado sem benfeitorias dentro. Somente após a construção começar o cercado poderá ser levantado.
- j) No caso de casais formados por moradores e pessoas de fora, o imóvel será cadastrado a nome da pessoa moradora, assim como todos os permissos legais, notas fiscais de compra de material de construção, conta de água e energia e demais documentos referentes ao imóvel.
- k) A AMECQ desestimulará de todas as formas possíveis a compra ou venda de imóveis no Estevão.
- l) Quem vender, trocar, dar ou perder por qualquer motivo seu imóvel no Estevão não terá direito a outro gratuito. *e seus herdeiros perderão seu direito de usufruto*
- ~~ll) Quem tem terreno superior a 250 mts<sup>2</sup> terá que dividir com seus herdeiros na proporção de 250 mts<sup>2</sup> para cada um. No caso de ficar herdeiros sem espaço, será dado a estes autorização para ocupar um lote padrão.~~
- m) É considerada segunda residência o imóvel propriedade de pessoa que não mora no Estevão, vindo para a Comunidade nos feriados.
- n) Os proprietários de segunda residência figuram no cadastro realizado no ano 2002 pelo IDACE.
- ~~o) A prova oral e escrita será tomada por uma comissão avaliadora que elaborará o seu conteúdo.~~
- p) O morador que desrespeitar estas normas poderá ser denunciado aos Órgãos Públicos Competentes.
- q) Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral.
- x O MORADOR SUSPENSO OU EXCLUÍDO DA AMECQ SERÁ PERMITIDO INICIAR A ADMISSÃO DE OCUPAÇÃO DO SOLO QUANDO RETIRAR A PENALIDADE PELA DIRETORIA*

## CAP. 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 19º - A Diretoria organizará estrutural e administrativamente a Associação para garantir o pleno funcionamento deste estatuto e concretização de suas finalidades.

Art. 20º - Este estatuto só poderá ser reformulado por decisão da Assembléia Geral, que deverá contar para tal fim, com a participação de 2/3 (dois terços) de seus associados numa primeira convocação, e na segunda convocação com maioria simples.

Art. 21º - Em caso de extinção da Associação, o seu respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9790/99 escolhida pela Assembléia Geral que preferencialmente tenha o mesmo objeto social e esteja qualificada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social.

Cartório Alexandre Gondim  
Rua Cel. Alexandrino, 744 - Centro  
Fone (88) 421-1788  
ABACATI - CEARÁ

12

## ANEXO D – Termo de Compromisso

**TERMO DE COMPROMISSO**

Pelo presente **TERMO DE COMPROMISSO** de número....., EU,.....CI .....

CPF .....aqui denominado(a) **BENEFICIÁRIO(A)**, **ME COMPROMETO**, perante a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS ESTEVES (ESTEVÃO) DE CANOA QUEBRADA –AMECQ-** aqui denominada **PROPRIETÁRIA** da gleba de terra de 42 ha matrícula de número 6310 , localizada no Estevão, aqui representada pelo seu Presidente.....,A : **NÃO VENDER, TROCAR,CEDER,PENHORAR,HIPOTECAR,ALIENAR,EMPRESTAR OU REALIZAR QUALQUER OUTRA TRANSAÇÃO** que possa significar a perda do domínio ou transferência para outrem do lote de .....mt<sup>2</sup> (.....)que passarei a ocupar gratuitamente , assim como **ME COMPROMETO A NÃO FAZER NENHUMA TRANSAÇÃO COMO AS ACIMA DESCRITAS** com a seguinte benfeitoria:.....

que irei realizar no lote cedido sob estas condições pela AMECQ, segundo consta no Livro de ATAS da AMECQ, folha ....do dia.....do mês .....do ano....., lote cadastrado sob o número .....na planta de expansão do povoado do Estevão. Benfeitoria que deverá atender as legislações Federal, Estadual, Municipal e normas comunitárias. **ASSIM COMO ME COMPROMETO a participar da reunião mensal da AMECQ** e cumprir com os meus deveres de sócio da AMECQ, **DECLARANDO** que o usufruto do imóvel e da benfeitoria nele construída ficará exclusivamente para mim e de minha descendência familiar direta. **Sou ciente** que o descumprimento deste termo de compromisso provocará a **IMEDIATA ANULAÇÃO** da autorização de ocupação do lote, e deverei desocupar o mesmo,**RENUNCIANDO** a qualquer indenização por benfeitorias realizadas no lote, **QUE VOLTARÁ A SER ADMINISTRADO PELA AMECQ. ME COMPROMETO TAMBÉM A** colaborar com a AMECQ no combate à especulação imobiliária ,que foge à função social do imóvel doado pelo Governo

do Estado do Ceará, bem como a trabalhar em favor da organização social e preservação ambiental na comunidade do Estevão. No caso de ser necessário fica escolhido o Fórum da cidade de Aracati.

E, por estarem juntas e de comum acordo, assinam este termo em duas vias de igual teor.

**ESTEVÃO**, .....DE.....DE.....

.....  
**PRESIDENTE AMECQ**

.....  
**BENEFICIÁRIO**